

História do Brasil

■ Plínio Salgado



2. VOLUME

FTD

HISTÓRIA
do
BRASIL

Volume II

DIGITALIZADO

PELA

NACIONALISTA BIBLIOTECA NACIONALISTA

bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

PLÍNIO SALGADO

HISTÓRIA do BRASIL

Volume II

EDITORA F. T. D. S. A.

São Paulo, 1970

Capa de
Stúdio ITO

© Direitos reservados pela
EDITORA F.T.D. S.A.

Rua do Lavapés, 1.023, Cx.P. 30.402
Fones: 278-9120 e 278-8264
São Paulo (12), SP, Brasil
1970

DEDICATÓRIA

*Aos que morreram anônimos no mar, sem rádio,
sem radar, sem nenhuma possibilidade de socorro
e dos quais nunca se tiveram notícias;
aos que sucumbiram nos combates marítimos com
piratas ou massacrados pelos selvagens
e ficaram, para sempre ignorados;
aos que sem nome, sucumbiram nos combates
contra os invasores
e foram apenas um algarismo na soma das perdas
mencionadas pelos relatórios;
aos que, dizimados pelas doenças da selva, pelos
répteis, pelas onças, ou afogados nas travessias dos
rios, terminaram seus dias sem glória
e ficaram para sempre esquecidos;
aos que deixaram seus ossos como balisas dos
limites da Pátria, sob a terra dos misteriosos sertões
e dos quais ninguém mais se lembra;
aos africanos e índios, que souberam trabalhar
humildemente e tantas vezes morrer em quatro séculos
da nossa História
e ficaram olvidados nas sombras do tempo;
aos que tombaram no chão das batalhas que ilumi-
naram de glória os comandantes
e cobriram de negro véu os desconhecidos;
aos que contribuíram para a formação da Nacio-
nalidade dando suas vidas, nas ondas do oceano, nos
dilataados sertões, nas revoluções e nas guerras
e dormiram no seio do Passado, sem lápides, sem
flôres, sem lágrimas;
a êsses, aos quais devemos a construção do Brasil
e tudo o que hoje somos,
dedico, ofereço e consagro êste livro escrito, de
emoção em emoção, sentindo, vivendo a vida dos heróis
obscuros que estão por detrás dos episódios narrados
como sombras inspiradoras de todos os nossos esforços
e trabalhos pela grandeza da Nação Brasileira.*

PLÍNIO SALGADO

AOS PROFESSORES

Esta "História do Brasil", para o curso médio, foi extraída de obra de maior tomo destinada ao curso superior, eliminando-se, do texto básico, pormenorizações de acontecimentos, comentários, interpretações e críticas, assim como documentações, algumas inéditas, que exigem revisão de vários fatos históricos. Apresentamos uma síntese, em nível de compreensão dos alunos ginasiais.

Nem por isso pudemos evitar o emprêgo de palavras que poderão ser consideradas difíceis para os menos afeitos às leituras propiciadoras do conhecimento do nosso idioma. O uso de tais vocábulos nas descrições e narrativas dêste livro, visa, entretanto, a enriquecer o conhecimento dos alunos, mas para lhes facilitar o estudo, damos, no final dos volumes, um "vocabulário". As palavras que dêste não constarem, poderão ser explicadas pelo professor, ou procuradas pelos discípulos num dicionário, hábito que já deverá ir sendo adquirido no curso primário.

No fim de alguns capítulos foram introduzidas "leituras", que se relacionam com fatos históricos.

Além do questionário e da indicação do assunto para debate ao final de cada capítulo, o autor deixa a cargo do mestre, conhecedor das possibilidades dos alunos, formular outras perguntas e, com sua experiência e habilidade, utilizar-se de cartazes, quadros murais, pesquisas e visitas a museus, a lugares históricos... para maior aproveitamento do aprendizado.

O "elucidário", que acompanha também os capítulos, complementa o "vocabulário" e oferece oportunidade para maior esclarecimento da matéria e dos assuntos a ela relacionados.

Este livro pretende realizar a colaboração do autor, do professor e dos alunos, no esforço comum de tornar conhecida e amada a nossa Pátria, através da sua formação nacional e sua evolução, desde o Descobrimento até os nossos dias.

ÍNDICE

IV Parte

A INDEPENDÊNCIA

Capítulo I	— Transferência da Côrte Portuguesa para o Brasil	13
Capítulo II	— D. João VI no Brasil	19
Capítulo III	— Guerras e Revoluções. O Brasil Elevado a Reino	26
Capítulo IV	— Regresso de D. João VI para Lisboa	33
Capítulo V	— O Grito do Ipiranga	40
Capítulo VI	— Ocorrências no Piauí, Maranhão e Pará	50

V Parte

O IMPÉRIO

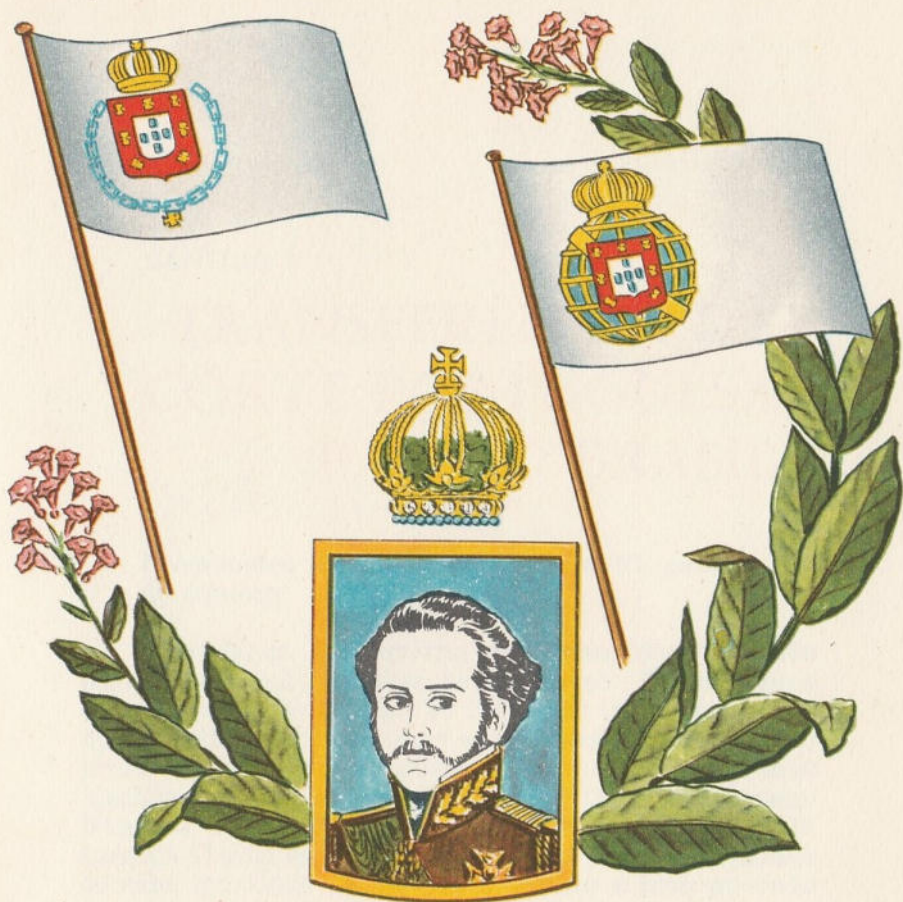
Capítulo VII	— Governo de D. Pedro I — 1	57
Capítulo VIII	— Governo de D. Pedro I — 2	67
Capítulo IX	— Governo de D. Pedro I — 3	75
Capítulo X	— As Regências	80
Capítulo XI	— Governo de D. Pedro II — 1	93
Capítulo XII	— Governo de D. Pedro II — 2	108
Capítulo XIII	— Governo de D. Pedro II — 3	119
Capítulo XIV	— Governo de D. Pedro II — 4	136
Capítulo XV	— A Queda do Império	146

VI Parte

A REPÚBLICA

Capítulo XVI	— Proclamação da República	157
Capítulo XVII	— Transformação do Estado	170
Capítulo XVIII	— Presidentes da República — 1	175
Capítulo XIX	— Presidentes da República — 2	199

Capítulo XX	— Retrospecto da Vida Cultural Brasileira — 1	221
Capítulo XXI	— Retrospecto da Vida Cultural Brasileira — 2	232
Vocabulário		239
Obras que Podem ser Consultadas		245



IV PARTE
A INDEPENDÊNCIA

CAPÍTULO I

TRANSFERÊNCIA DA CÔRTE PORTUGUÊSA PARA O BRASIL

Precedentes da vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro

A mudança do Governo da Comunidade Lusíada para o Brasil não foi obra de improviso. Dizem alguns erradamente que D. João VI fugiu das tropas francesas que invadiam Portugal, mas essa invasão foi apenas um *pretexto* para que se pusesse em prática um plano idealizado muito antes. Já em 1647 D. João IV manifestou o desejo de vir para o Brasil. Mais tarde, D. Luís da Cunha escrevia a D. João V: "Vossa Majestade se acha em idade de ver *florentissimo* e bem povoado aquêl imenso continente do Brasil, se nêl, tomando o título de Imperador do Ocidente, quisesse estabelecer a sua côrte". O Marquês de Pombal também sugeriu a mesma idéia a D. José I. Nos fins do século XVIII êsse pensamento estava amadurecido, como se vê na correspondência entre o encarregado de negócios de Portugal em Viena (Joaquim José de Miranda Rabelo) e D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares. No arquivo do autor dêste livro acha-se um documento *autógrafo* intitulado "Regulamento de sinais que devem

observar os navios do comboio português destinado a sair para os portos da América, sob o comando do Chefe de Divisão Luís da Mota Feio". Traz a data de 1799.

Difícil era pôr em execução a idéia: além da oposição dos portugueses, bem natural, como se viu quando os baianos se desgostaram com a transferência da Capital da Colônia para o Rio de Janeiro, ou quando se aborreceram os cariocas pela mudança da Capital para Brasília, também havia a oposição da Inglaterra. Sòmente um motivo forte tornaria os portugueses conformados e os ingleses de acòrdo. Êsse motivo foi a invasão dos franceses. Portanto, não é verdade que D. João VI tivesse vindo fugido; o plano era velho e sòmente naquela oportunidade tornou-se possível a sua execução.

D. João VI



O Príncipe Regente

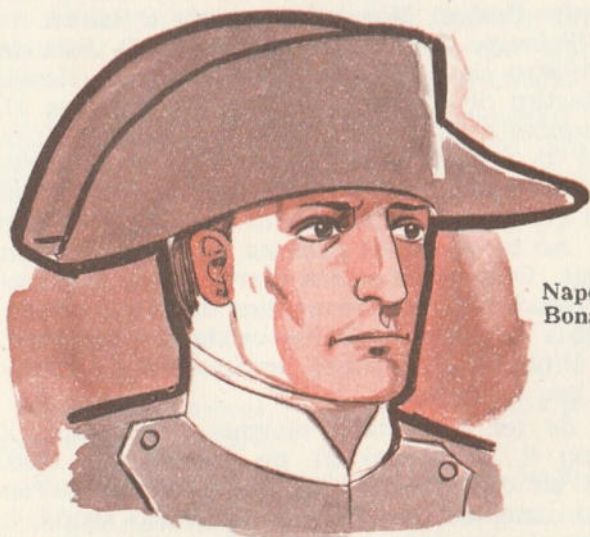
D. João ainda não era rei, mas simplesmente Príncipe Regente, pois sua mãe, a Rainha D. Maria I, por motivo de enfermidade mental, foi impedida de governar. Só depois, quando faleceu D. Maria, o Príncipe foi coroado com o nome de D. João VI.

Política exterior

A política exterior de Portugal subordinava-se aos acontecimentos da Europa, naquela fase posterior à Revolução Francesa, em que tudo se transformava. Seria longo pormenorizar os fatos que formavam a trama das intrigas, das ameaças, que a rivalidade entre a França e a Inglaterra estendia por todo o Continente, envolvendo os demais países, entre estes Espanha e Portugal.

Napoleão

Todo o poder que se vinha gerando, depois da queda dos Bourbons em França, concentrou-se nas mãos de Napoleão Bonaparte, cuja carreira nas armas culminou na posição privilegiada de chefe das tropas de Paris, onde pôde desferir um golpe de Estado, fazendo-se um dos três Cônsules encarregados do governo e, finalmente, o único, com mandato de dez anos e, em seguida, com mandato perpétuo. As ambições



Napoleão
Bonaparte

de Napoleão levaram-no a restaurar a monarquia, assumindo o título de Imperador e empreendendo o domínio da Europa. Foi nesse período, quando todos os monarcas se deixaram subjugar pela tirania bonapartiana, que a política externa de Portugal se tornou mais difícil. Exigia Napoleão que Portugal se declarasse favorável à França. O Príncipe Regente protelava sua decisão. O Imperador dos Franceses, depois de haver subjugado a Espanha e destronado Fernando VII, vendo a impossibilidade de continuar as conversações com Lisboa, resolveu invadir Portugal.

Era a ocasião de se realizar o velho sonho da transferência do governo português para o Brasil. Já agora, com as tropas de Junot dentro do território do Reino, nem o povo se poderia opor à necessária medida, nem a Inglaterra se contrariar com uma solução que atendia a seus interesses no momento.

Embarque do Príncipe Regente e da Còrte para o Brasil

O Príncipe Regente trouxe no navio "Príncipe Real", sua mãe, seu filho primogênito D. Pedro e seu genro D. Pedro Carlos. Nos outros navios ("Rainha de Portugal", "Príncipe do Brasil", "Medusa", "D. João de Castro", "Afonso de Albuquerque", "Conde D. Henrique", e "Martim de Freitas", viajavam a princesa D. Carlota Joaquina e os outros filhos do casal, as princesas irmãs da rainha, altos funcionários e membros da nobreza. A guardar a *frota*, iam dois *brigues* e três *corvetas* de guerra. Também partiram muitos navios mercantes. Ao todo, 15.000 pessoas se transportavam para o Brasil. O *comboio* estava carregado de tôdas as riquezas arrecadadas nos breves dias de preparativos, entre as quais milhares de livros existentes, até hoje, em nossa Biblioteca Nacional, enriquecendo, sobremaneira, o seu acervo.

Depois de ter enfrentado violenta tempestade, a frota chegou à Bahia em 21 de janeiro de 1808. Demorou-se ali dois meses. No dia 8 de março do mesmo ano, ancorou no Rio de Janeiro, sendo o Príncipe Regente recebido com grandes aclamações.



Desembarque de D. João VI

Abertura dos portos

Ainda na Bahia, o Príncipe Regente tomou várias medidas. A mais importante foi a que mandou abrir todos os portos do Brasil às Nações amigas.

Do que fez durante sua permanência no Brasil (1808-1821), praticamente preparando nossa Pátria para se tornar uma nação independente, trataremos na próxima lição.

ELUCIDARIO

Comunidade lusiada — Conjunto de todos os povos que falam a língua portuguesa.

D. João IV — Primeiro rei da Dinastia de Bragança.

D. Luís da Cunha — Célebre diplomata português no tempo de D. João V.

Marquês de Pombal — Primeiro Ministro do Rei D. José I.

D. José I — Rei português, sucessor de D. João V.

Joaquim José de Miranda Rabelo — Diplomata português.

Conde de Linhares — D. Rodrigo de Souza Coutinho. Um dos ministros mais ilustres de D. João VI.

D. Maria I — Rainha de Portugal, filha de D. José I.

Revolução Francesa — Movimento de idéias liberais, inspirado em filósofos da época. Começou em 1789, tornando-se violentíssimo e fazendo jorrar rios de sangue.

Bourbons — Dinastia de reis franceses.

Napoleão Bonaparte — Militar de grande gênio. Notabilizou-se em batalhas das quais saiu vitorioso. Impôs ordem na França, anarquizada pela Revolução. Fêz-se Imperador. Continuou obtendo sucessivas vitórias, dominando quase toda a Europa. Foi derrotado em Waterloo, sendo exilado na ilha de Santa Helena, onde morreu.

Fernando VII — Rei da Espanha, destronado por Napoleão.

Junot — General francês.

D. Carlota Joaquina — Espôsa de D. João VI.

QUESTIONARIO

- É verdade o que se diz, que D. João VI veio fugido para o Brasil, ou já havia um plano de mudança da Côrte Portuguesa para o nosso país?
- Quais os reis e diplomatas que tiveram a idéia dessa mudança?
- Que motivos impediram a transferência do governo português para o Brasil antes da vinda de D. João VI?
- Por que D. João era chamado Príncipe Regente?
- Quem foi Napoleão e o que fêz?
- Quantas pessoas vieram com D. João VI para o Brasil?

DEBATE: O Brasil só passou a se realizar como nação com a vinda da Família Real.

CAPITULO II

D. JOÃO VI NO BRASIL

O novo governo

Recebido no Rio de Janeiro entre aclamações, repiques de sinos, salvas de artilharia e gritos do povo dando vivas ao Imperador do Brasil, o Príncipe Regente nomeou o seu ministério: Negócios do Reino, D. Fernando Portugal, marquês de Aguiar; Marinha, o Conde de Anadia; Guerra e Exterior, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares. Tratou, em seguida, de dar estrutura ao governo, criando o Supremo Conselho Militar e de Justiça, a Mesa de Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordem, a Casa da Suplicação, a Intendência Geral de Polícia, o Arquivo Militar e outros órgãos.

O que fez D. João, como Príncipe Regente e depois Rei (1818), constitui obra gigantesca, sem a qual não teríamos condições de nos fazermos independentes.

O construtor da Nação

Rememoremos resumidamente:

Transformação da capital — O Rio de Janeiro adquiriu novo aspecto: ruas e casas foram melhoradas;

abasteceram-se os cariocas de água, trazida do Corcovado pelos Arcos; o comércio adquiriu grande animação.

Banco do Brasil — Este estabelecimento de crédito foi criado e logo passou a ser um impulsionador da nossa economia.

Estímulo à agricultura — Os lavradores e pecuaristas foram beneficiados por lei, passando a ser assistidos e ajudados.

Escola de Medicina — No Hospital Militar iniciaram-se aulas de anatomia e clínica médica.

Saúde Pública — É nomeado um provedor-mor de saúde. Inicia-se o saneamento da Baixada Fluminense.

Jardim Botânico — O governo mandou vir do Oriente sementes e mudas de plantas que, com as nacionais, formam um conjunto considerado até hoje, um dos mais notáveis do mundo. Na alamêda de palmeiras imperiais, uma delas foi plantada pelo próprio Príncipe.

Academia de Belas Artes — Já em paz com a França, D. João mandou vir um grupo de franceses notáveis e fundou a Escola de Belas Artes.

Biblioteca — A nossa Biblioteca Nacional, que está no Rio de Janeiro, foi obra de D. João VI. É uma das mais importantes do mundo, pelo *acervo* de livros raros, *incunábulos*, manuscritos e gravuras.

Colonização — Foi D. João VI quem promoveu a imigração de europeus para o nosso país. Vieram 2.000 colonos suíços, que se estabeleceram em Nova Friburgo (Estado do Rio).

Cientistas trazidos para o Brasil — Em 1817, o rei atraiu para nosso país grandes botânicos, zoólogos, mineralogistas, que acompanharam D. Leopoldina, casada naquele ano com o Príncipe D. Pedro.

Fábrica de ferro — Compreendiam D. João VI e seus ministros, entre os quais o Conde de Linhares, que o mundo ia entrar no período que poderemos chamar “civilização do ferro”. As nações que produzissem ferro e aço em maior quantidade, seriam as mais ricas e poderosas. Pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, o Príncipe criou um estabelecimento para a extração do ferro nas minas de Sorocaba, sendo cha-

mado para isso o técnico alemão Varnhagen. Foi D. João VI, portanto, o iniciador da siderurgia no Brasil, tendo por ponto de partida a Fábrica do Ipanema.

Imprensa nacional — Fêz D. João VI instalar no Rio de Janeiro uma tipografia e publicar o primeiro jornal impresso em nosso país, a "Gazeta", que depois estimulou o aparecimento de outros.

Explorações no sertão — Mandou o Rei explorar os rios Tapajós, Madeira, Xingu, Arinos e desenvolver a navegação no Amazonas.

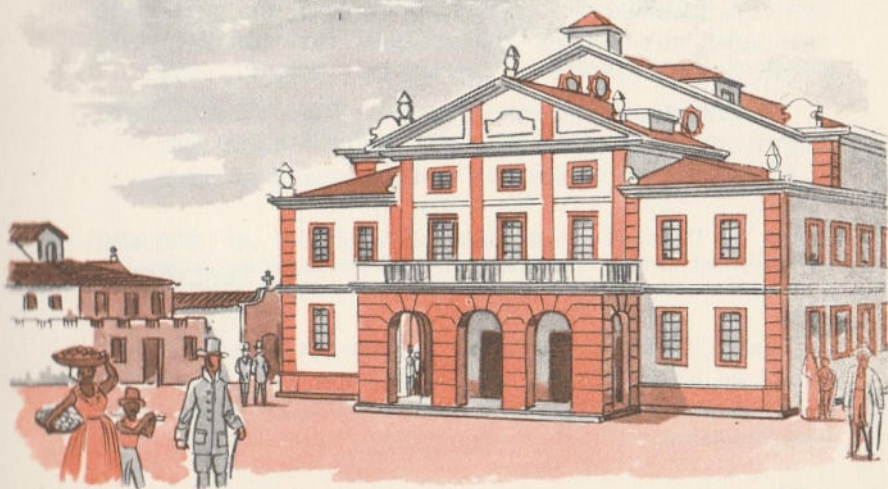
Fábrica de pólvora — Como outras iniciativas de progresso, instalou-se a primeira fábrica de pólvora no Brasil.

Estudos econômicos — Organizou-se a primeira escola de Economia Política, sendo nomeado diretor José da Silva Lisboa, visconde de Cairu.

Música brasileira — Foi organizada a orquestra da Capela Real. No Paço, eram promovidos concertos de música clássica. Nesse ambiente, surgiu a figura de José Maurício, compositor genial.

Teatro — Fundou-se o Teatro São João, onde pela primeira vez no Brasil se cantaram óperas.

Teatro São João



Construções e melhoramentos — Além da remodelação da cidade do Rio de Janeiro, cuja população se encontrava nos bairros da Glória, Botafogo, o atual Catete e o Centro, D. João mandou construir outro, denominado até hoje Cidade Nova, isentando os proprietários de impostos. Promoveu o calçamento e a iluminação da Capital e o mesmo realizou nas demais cidades do país. Para si reservara o palácio dos vice-reis, mas tendo o negociante Elias Antonio Lopes doado ao governo a sua chácara de São Cristovam, ali o Rei executou melhoramentos que fizeram do imóvel o nobre edifício residencial dos futuros imperadores.

Hotéis, lojas e livraria — Apeado Napoleão do poder, vieram numerosos franceses, para o Brasil: hoteleiros, modistas, perfumistas, livreiros, impressores e editores. Seus estabelecimentos deram grande vida ao Rio de Janeiro e influíram nos costumes sociais.

Treze anos de trabalhos — Muitas outras providências e iniciativas foram tomadas durante os escassos 13 anos do governo de D. João VI, apesar dos acontecimentos revolucionários e das guerras sustentadas nas fronteiras setentrionais e meridionais.

A Nação Brasileira estava agora montada institucional e materialmente, para dar corpo, em termos de realidade, aos sonhos *inexequíveis* dos idealistas do século anterior.

A gratidão e o respeito por D. João VI só podem dignificar os brasileiros.

ELUCIDÁRIO

Jardim Botânico — Próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Deve-se em grande parte a sua organização inicial a Frei Mariano da Conceição Veloso, notável naturalista brasileiro.

Academia de Belas Artes — D. João VI trouxe para o Brasil professores notáveis: de pintura, Debret; de arquitetura, Grandjean; e outros de grande valor, como Montigni e Nicolau Taunay em cuja companhia veio seu irmão Augusto. A direção da Escola foi confiada a Le Breton.

Cientistas no Brasil — Entre outros, que o Rei trouxe ao nosso país, mencionaremos Pohl, mineralogista; Naterar, zoólogo; Mickau, botânico; Schott, paisagista; Ender, Buchberger, Schuch, pintores de plantas; o botânico italiano Radi e, para destacarmos em grande relêvo, Spix e Martius.

Varnhagen — Luís Frederico Guilherme. Alemão. Depois de exercer importantes funções técnicas em Portugal, foi chamado ao Brasil por D. João VI. Fundou a fábrica de ferro do Ipanema (próximo a Sorocaba). Seu filho, Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro), escreveu famosa "História do Brasil", tendo sido o pesquisador mais eficiente dos documentos e obras relativas ao nosso país.

José da Silva Lisboa — Visconde de Cairu — Notável filósofo e economista brasileiro. Foi o inspirador da abertura dos portos do Brasil a todas as nações.

QUESTIONÁRIO

- Como D. João VI organizou seu primeiro governo no Brasil?
- Que órgãos administrativos criou?
- Quais as principais obras que realizou em nosso país?

DEBATE: Os benefícios da vinda de D. João VI ao Brasil seriam comparáveis aos de quaisquer outros períodos da vida brasileira?

LEITURA COMPLEMENTAR

PERFIL DE D. JOÃO VI

Destino dos grandes construtores

Nenhum dos homens que prestaram grandes serviços à Humanidade e à Pátria escapou do pesado tributo da **deturpação** de seus atos e atitudes, da própria desfiguração da sua personalidade. A paixão adversária é o artífice que trabalha com o **cinzel da maledicência** para esculpir falsas imagens, apresentando quadros onde não brilha a luz da verdade. Depois, essas imagens e quadros passam a constituir o credo dos ingênuos, dos incapazes de pesquisas lúcidas e racionais.

D. João VI desfigurado durante um século.

Ao ressentimento dos que pretendiam submeter novamente o Brasil à condição de colônia, somaram-se os descontentamentos do chamado "partido francês" que tinham desejado que, na fase napoleônica, Portugal cedesse às exigências de Paris. A tais paixões políticas, vieram juntar-se as antipatias dos que no Brasil alimentavam idéias republicanas. Acrescenta-se a oposição dos **absolutistas**, inconformados com a vitória constitucional e as máguas dos próprios constitucionalistas que pretendiam avançar mais do que o bom senso permitia. Todos esses fatores, estimulantes das paixões, produziram o retrato de D. João VI, como ficou conhecido durante cem anos, até que espíritos equilibrados empreenderam uma revisão histórica.

Os inimigos de D. João VI pintaram-no como homem de acanhada inteligência e nenhuma cultura; um beato, sob influência de frades e só preocupado com música sacra; um glutão, que devorava de uma só vez meia dúzia de frangos; um **pusilânime**, à mercê da política de seus ministros e **áulicos**; finalmente um covarde, que fugiu das tropas de Bonaparte.

A verdade sobre o Rei caluniado.

Não cuidava o Príncipe D. João que um dia viesse a ser rei. O herdeiro do trono era seu irmão D. José, que para isso vinha sendo preparado por competentes professores. Com o falecimento deste, viu-se aquele herdeiro do trono. Ignora-se até que ponto chegara a cultura de D. José, tão **decantada** pelos inimigos de D. João, ao qual, dispondo de relativa instrução, sobravam qualidades de um espírito **intuitivo**, o que vale muito mais do que a **erudição**.

Acusam-no de beato, ou do que se chama popularmente "carola", o que não é verdade. O seu beatismo se reduz à sua

fé católica, à sua austeridade na vida particular, ao cumprimento de seus deveres de homem e de rei.

A glotonaria de D. João é outra lenda ridícula. Não havendo o que apontar de deprimente na personalidade do Rei, precisou-se inventar a fábula da sua gula.

A incapacidade de D. João VI para governar é desmentida por diplomatas e historiadores estrangeiros. Vários fatos ocorridos no seu governo demonstram seu poder de decisão sem influência de outrem. Uma qualidade lhe era peculiar: sabia escolher seus auxiliares e equilibrar suas tendências, não se sujeitando a opiniões unilaterais, tanto que se servia de D. Antônio de Araújo, Conde da Barca, simpático à França, como de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, considerado amigo da Inglaterra.

Homem esclarecido sobre os problemas do século, estimulou as ciências; compreendendo os altos interesses do Brasil, adotou uma linha firme na política externa.

Esse era o Rei, caluniado pelas paixões políticas. **Reabilitar** a sua memória é o dever de um povo que a ele deve os alicerces da construção nacional e as condições que facilitaram o **advento** da vida independente.

CAPÍTULO III

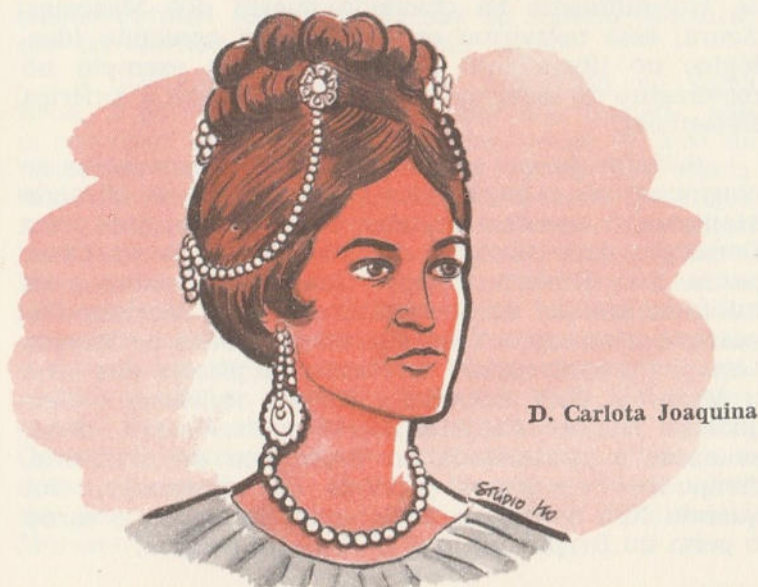
GUERRAS E REVOLUÇÕES — O BRASIL ELEVADO A REINO

Invasão e tomada da Guiana Francesa

Instalado em Portugal um governo francês na ausência de D. João VI, julgou este necessária uma declaração de guerra à França, o que se fez em 10 de junho de 1808. Em consequência, determinou a invasão da Guiana Francesa, para o que foi enviada do Pará, para aquêle território, uma tropa de 470 soldados, sob o comando do tenente-coronel Manuel d'Elvas Portugal. O governador francês Victor Hughes rendeu-se em janeiro de 1809. Nosso domínio durou até 1815, quando o Congresso de Viena, após a queda de Napoleão, decidiu que Portugal restituísse à França a sua *possessão*. Durante a nossa dominação, o governador João Severiano Maciel da Costa mandou para o Brasil mudas de fruta-pão, abacate e uma qualidade de cana de açúcar, que hoje chamamos "caiana", *corruptela* de Caiena, capital da Guiana. De lá também nos vieram as primeira mudas de café.

Província Cisplatina

Fôra sempre pensamento de Portugal estender os limites do Brasil além do rio da Prata. Depois da abdicação de Carlos IV e desistência dos direitos de sucessão por parte do Príncipe D. Fernando, em Espanha, entendeu D. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI, na qualidade de princesa espanhola, que lhe cabia reivindicar os domínios castelhanos na América. Antes disso, o Conde de Linhares propusera ao vice-reinado de Buenos Aires a proteção de Portugal, o que não fôra aceito. Agora, entretanto, os argentinos se mostraram dispostos a aceitar D. Carlota como rainha e estava esta para ir assumir o poder, quando chegou a notícia de que o rei legítimo da Espanha fôra reintegrado. Mas a situação no Sul tornou-se confusa, até que em 9 de julho de 1816, os argentinos proclamaram a República. Declarou-se em seguida a luta de Artigas (uruguaio) contra a Argentina e, como as tropas daquele *caudilho* invadissem, com frequência, o território brasileiro, D. João VI ordenou a invasão do Uruguai. Entregou o comando das operações a Carlos Frederico Lecor.



D. Carlota Joaquina

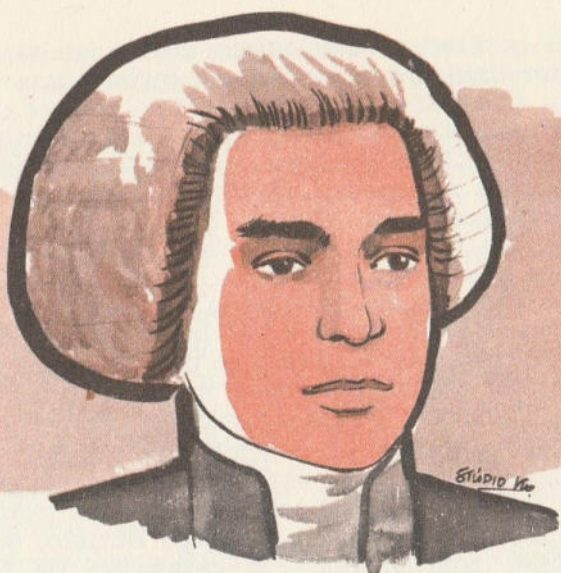
Levando mais de 5.000 homens, Lecor saiu do Rio de Janeiro, desembarcou em Santa Catarina e seguiu por terra, enquanto nossa esquadra buscava o estuário do Prata. A 20 de janeiro de 1817, Montevideu *capitulou*. Apelou Artigas para Buenos Aires, mas a República Argentina impôs, para ajudá-lo na luta contra os brasileiros, a anexação do Uruguai pelo governo de Buenos Aires. Continuou Artigas a lutar sozinho, durante três anos, até que suas forças foram derrotadas na batalha de Taquarembó, refugiando-se o chefe no Paraguai.

Com grande tolerância, Lecor pôs em função o seu governo. Foi convocado um congresso, com representantes de todas as cidades uruguaias, o qual em 21 de julho de 1821, decidiu incorporar o Uruguai ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina.

Revolução em Pernambuco

Havia já alguns anos que os ânimos andavam tensos, em Pernambuco, por motivo das rivalidades entre "reinóis" e brasileiros. O sentimento nativista gerara-se na guerra contra os holandeses, manifestara-se violentamente na chamada guerra dos Mascates. Agora, esse nativismo encontrava um conteúdo ideológico no liberalismo do século e um exemplo no movimento de independência que incendiava a América Espanhola.

Sabedor do que se estava passando em reuniões de conspiradores, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro mandou prender os suspeitos, que eram Domingos José Martins, Antonio Gonçalves da Cruz, padre João Ribeiro, Vicente Guimarães Peixoto e os militares Manuel de Souza Teixeira, José Mariano Calvacanti, Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima. Foi encarregado de efetuar as prisões dos civis o Marechal José Roberto e as dos militares o Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro. Este, reunindo a oficialidade do Regimento de Artilharia, dirigiu-lhes veementes palavras de repreensão. Foi quando José de Barros Lima sacou da espada e varou o peito do Brigadeiro, que ali mesmo morreu.



Caetano Pinto de Miranda Montenegro

Estando o quartel revoltado, mandou o governador para ali, com o intuito de restabelecer a ordem, o tenente-coronel Alexandre Tomás de Aquino Siqueira, que foi baleado, caindo morto do cavalo.

A revolução tomou vulto. Refugiado no forte Brun, o governador foi sitiado por 800 homens, sob o comando de Domingos Teotônio Jorge, e teve de render-se. Instalou-se um govêrno republicano, constituído por uma Junta de que eram membros Domingos José Martins, representando o comércio; Domingos Teotônio Jorge, o exército; Padre João Ribeiro, o clero; Manuel Corrêa de Araújo, a agricultura; José Lins de Mendonça, a justiça. Também não se esqueceu de criar um Conselho de Intelectuais, de que faziam parte o ouvidor de Olinda, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio), o deão da mesma cidade, Luís Ferreira Portugal, o letrado José Pereira Caldas, o instruído comerciante Gervásio Pires e o nosso tão conhecido Antônio Moraes e Silva, autor do principal dicionário da nossa língua (Dicionário Moraes).

O governo revolucionário enviou emissários aos Estados Unidos, à Argentina e à Inglaterra, solicitando apoio. Credenciou em Londres Hipólito José da Costa, redator do "Correio Brasiliense", como *plenipotenciário* junto à Côrte Britânica. Lavrava o movimento de indisciplina em todo o interior de Pernambuco e, em seguida, incendiava Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte. No Ceará, o seminarista José Martiniano de Alencar proclamou a república na cidade do Crato. A revolução pretendia estender-se à Bahia, para onde foi mandado o padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima), mas este foi prêso ao desembarcar. O Conde dos Arcos, que ali governava, submeteu-o a um julgamento sumário e mandou fuzilá-lo.

Não tardaram as providências do Rei. Do Rio seguiu para Recife uma esquadra comandada pelo almirante Rodrigues Lobo, levando avultada tropa sob o comando do general Luís do Rego Barreto; eram oito batalhões com artilharia e cavalaria. Da Bahia, o Conde dos Arcos mandou forças para Alagoas.

Apesar de se baterem bravamente, os revolucionários começaram a sentir o pêso da reação em pesadas derrotas, como as de Utinga e Ipojuca. Foi aprisionado Domingos José Martins. Verificando ser impossível resistir, os republicanos tentaram conseguir uma rendição honrosa. Não lograram êxito. Concentrados em Recife, não tinham como se defender das poderosas forças que os cercavam. O chefe da revolução, Domingos Teotônio Jorge, retirou-se da cidade em 18 de maio de 1817. E Recife foi ocupada pelas tropas legalistas.

Começaram as punições. Foram cruéis e desonrosas para os seus executores. Constituíram a página negra do reinado de D. João VI. Se êsse monarca merece calorosos elogios por tudo quanto fêz pelo Brasil, também merece nossa reprovação, ou pela sua direta *conivência* com as barbaridades que se praticaram contra os vencidos de 1817, ou pela ausência de sua vigilância sôbre os carrascos naqueles dias nefastos.

Os espancamentos em praça pública constituíram atestado da maldade de seus mandantes. Além da

confiscação dos bens e saques da soldadesca, as prisões se efetuavam com algemas e os prisioneiros eram torturados.

Sumariamente julgados e condenados à morte, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e o padre Pedro Tenório tiveram suas cabeças e mãos cortadas, sendo os corpos atados a caudas de cavalos e arrastados até ao cemitério. Esta horrível descrição consta da sentença do capitão general Luís do Rego Barreto, nomeado governador de Pernambuco.

Foram enforcados, em Recife, José Peregrino Xavier de Carvalho, Francisco José da Silveira, Amaro Gomes Coutinho, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e o Padre Antonio Pereira. O Conde dos Arcos mandou executar, na Bahia, em 12 de junho de 1817, Domingos José Martins, o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro e José Luís de Mendonça.

O terror durou até 6 de fevereiro de 1818, data da coroação de D. João VI, quando o monarca assinou a *anistia*.

Elevação do Brasil a Reino

Apesar de tão lamentáveis acontecimentos, o Brasil já era uma Nação praticamente independente. A 16 de dezembro de 1815, D. João VI elevou nossa Pátria à categoria de Reino. Ficávamos, como os atuais países da Comunidade Britânica, unidos a Portugal, mas gozando de privilégios que nos conferiam uma vida *autônoma*. O dia 7 de setembro de 1822 foi a data da nossa separação, quando as Côrtes de Lisboa haviam decidido submeter-nos novamente à condição de colônia, suprimindo tôdas as regalias que D. João VI nos havia concedido.

ELUCIDÁRIO

Congresso de Viena — Após a derrota de Napoleão em Waterloo, reuniram-se as nações vencedoras em Viena, para

estabelecerem a ordem na Europa e demarcarem os limites das diversas soberanias. Os dirigentes dêsse congresso eram a Inglaterra, a Áustria, a Prússia e a Rússia, mas tomando parte a França, apesar de vencida. Os homens que mais influíram nas decisões tomadas foram Maeternich (Áustria), Canning (Inglaterra), Tayllerand (França), e o Czar da Rússia.

Província Cisplatina — Nome do atual Uruguai, no tempo em que pertencia ao Brasil. Foi também chamada Banda Oriental.

Artigas — General uruguaio, chefe do partido independente, chegou a governar seu país, mas após lutas sangrentas retirou-se para o Paraguai, onde morreu.

Reinóis — Nome dado pelos nativistas brasileiros aos nascidos em Portugal.

Mascates — Denominação dada aos portugueses de Recife pelos brasileiros de Olinda (ver o 1.º volume desta obra).

Hipólito José da Costa — Jornalista. Em Londres, editou o "Correio Brasiliense" em que lutava pela independência do Brasil.

Deão — Dignitário eclesiástico, que preside ao cabido, isto é, a corporação dos cônegos de uma catedral.

QUESTIONÁRIO

- Por que as tropas brasileiras invadiram e se apoderaram da Guiana Francesa?
- Qual o motivo pelo qual saímos daquele território?
- Que sucedeu na Argentina e no Uruguai no reinado de D. João VI?
- O Uruguai já pertenceu ao Brasil? Com que nome?
- Como se deu a revolução de Pernambuco em 1817?
- Que fizeram os revolucionários?
- Como terminou essa revolução?
- Em que data o Brasil foi elevado à categoria de Reino?

DEBATE: O "Reino do Brasil" não foi apenas um nome.

CAPITULO IV

REGRESSO DE D. JOÃO VI PARA LISBOA

Situação em Portugal

Encontrava-se D. João VI diante de dificuldades, tanto em Portugal, como no Brasil. Depois da luta contra a ocupação francesa, que durou até 1814, foram finalmente expulsas as tropas de Bonaparte do território português. Cooperaram para isso as forças inglesas comandadas por Wellington, auxiliado por Beresford.

Libertado dos franceses, caiu Portugal sob verdadeiro domínio dos ingleses, cujas tropas de terra eram apoiadas pela esquadra do almirante Berkeley. A tal ponto chegou a submissão do governo português, que D. João VI mandou do Rio ordens aos seus fiéis em Lisboa, para que cumprissem as ordens de Wellesley (Wellington) e do ministro de Sua Majestade Britânica, Stuart.

O povo português se sentia oprimido pelos ingleses. O marechal Beresford era o supremo senhor e contra ele se tramou uma conjuração de patriotas. No mesmo ano em que, no Brasil, estalara a Revolução Pernambucana (1817), em Portugal era descoberto o plano dos conspiradores chefiados pelo tenente general Gomes

Freire de Andrade. Prêso e torturado no forte São Julião, foi Gomes Freire enforcado.

Tais sucessos e o geral descontentamento dos portugueses alarmavam os representantes do Rei em Lisboa e os ingleses que ali tudo decidiam. Uma onda de liberalismo e nativismo empolgava o país. O marechal Beresford seguiu para o Rio de Janeiro a fim de conferenciar com o Rei.

Em 24 de agosto de 1820, estalou uma revolução na cidade do Pôrto. Eram chefes Manuel Fernandes Tomás (desembargador) e José da Silva Carvalho (ouvidor geral). O marechal Beresford, que se achava no Rio de Janeiro, correu pressuroso a Portugal. A revolução alastrara-se por todo o país e Beresford não pôde desembarcar, tomando o rumo da Inglaterra.

Os revolucionários de Portugal (como acontecia nas manifestações públicas no Brasil) estavam sob a fascinante influência da Constituição de Cadiz, resultante da revolução espanhola.

Situação no Brasil

O entusiasmo dos brasileiros, ao terem notícia de tais acontecimentos foi instantânea. Embora D. João VI tivesse convocado uma Junta de Côrtes, onde os representantes das Câmaras Municipais estudassem o momentoso problema constitucional, deliberando acerca do que se deveria fazer, o povo e a tropa revoltados concentraram-se no Largo do Rocio, dispostos a impor ao Rei as suas exigências.

Mandou D. João VI seu filho D. Pedro ao encontro dos rebelados, os quais propuseram fôsse jurada a Constituição Espanhola, que já era adotada provisoriamente em Portugal, devendo igualmente ser no Brasil. Exigiam também que se nomeasse nôvo ministério, para o qual indicaram doze nomes.

Levando tais propostas ao pai, o Príncipe D. Pedro voltou e da sacada do Teatro São João (hoje João Caetano) falou ao povo e à tropa, declarando que seu pai concordava com os desejos da Nação, pelo que êle, Príncipe, jurava ali a Constituição Provisória (a

espanhola) e anunciava a formação do novo Ministério. Aclamado pelos batalhões e pela massa popular, foi D. Pedro levado sob aclamações de entusiasmo ao Palácio da Quinta da Boa Vista e, já agora em companhia de D. João VI, voltou ao Paço da Cidade, onde receberam vibrantes manifestações de júbilo do povo.

Regresso a Lisboa

Após êsses acontecimentos, agravou-se a situação política em Portugal com a deliberação dos revolucionários de que as Côrtes deveriam funcionar em Lisboa, o que se faria apesar da ausência do Rei. Ao mesmo tempo, havia certa pressão por parte da Inglaterra que, através de seu ministro, aconselhava o Rei a regressar à Europa.

No Rio de Janeiro também surgiam dificuldades. O espírito de independência era cada vez maior e o povo reclamava ou a permanência do Rei, ou a de seu filho D. Pedro, sendo esta a mais desejada.

Acabou D. João VI cedendo aos reclamos populares. Em 7 de março de 1821, nomeou D. Pedro para as funções de Regente do Reino do Brasil. No dia 20 de abril reuniram-se os eleitores para escolher os representantes do Rio de Janeiro às Côrtes de Lisboa.

No dia 24, o Rei embarcou acompanhado de cerca de 4.000 pessoas. No dia 26, a frota levantou âncora e seguiu para Portugal.

O "Fico"

O Príncipe D. Pedro, assumindo o governo do Brasil, tinha diante de si grandes embaraços. Os últimos sucessos tinham desviado as atenções dos responsáveis pela política, esquecendo-se a administração pública que *urgia* recompor-se. Por outro lado, *acirravam-se* as animosidades entre brasileiros e portugueses, estes em oposição ao Príncipe, aqueles sequiosos pela independência. Restavam ainda os *remanescentes* do sistema absolutista, inconformados com o sistema constitucional.

Os primeiros atos do Príncipe foram os que tinham por fim atender à franca *demagogia* reinante: aboliu a censura da imprensa; permitiu a entrada de livros estrangeiros no país; proibiu prisões sem culpa formada; suprimiu açoites, grilhões, algemas; garantiu a propriedade privada; responsabilizou juizes e demais autoridades por abusos que cometessem.

Grande dificuldade encontrava o Príncipe com a presença, no Rio, da Divisão Auxiliadora, comandada por Avilez, a qual vigiava os movimentos do povo e os atos do Regente, disposta a intervir em qualquer circunstância.

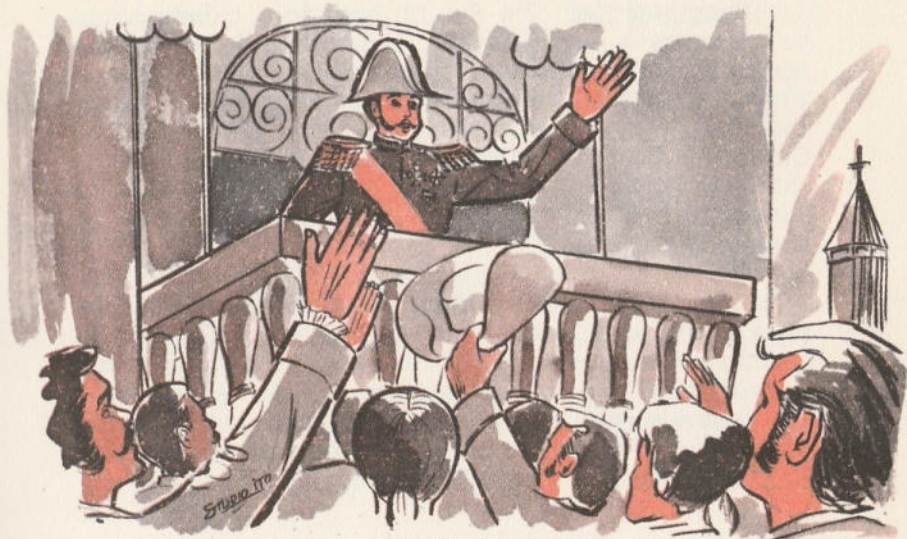
Revelou-se D. Pedro um político hábil, no começo dando a impressão de estar de acôrdo com as Côrtes de Lisboa, até fortalecer-se com a organização de tropas brasileiras capazes de se oporem à Divisão Auxiliadora de Avilez.

Corriam assim os acontecimentos, quando, em 10 de dezembro de 1821, chegou a notícia de que as Côrtes, em 29 de setembro, decretaram a extinção dos órgãos judiciários do Rio de Janeiro e o regresso do Príncipe D. Pedro a Portugal, passando a regência do Brasil a uma junta provisória.

Os líderes brasileiros, de acôrdo com o Príncipe, enviaram emissários às províncias paulista, mineira e fluminense, a fim de trazerem representações das Câmaras Municipais e do povo pedindo ao Regente que não abandonasse o Brasil.

Julgando haver nisso um movimento *sedicioso*, Jorge Avilez exigiu de D. Pedro a prisão dos responsáveis e sua remessa para Lisboa. Respondeu-lhe o Príncipe que o direito de petição estava assegurado pela Constituição jurada.

Aproveitaram-se os partidários da independência para levar a efeito uma solenidade espetacular. Pediram a D. Pedro que marcasse dia e hora para receber uma comissão do Senado da Câmara. Foi designada a data de 9 de janeiro de 1822. Reunida a comissão na igreja do Rosário, dali saiu acompanhado das pessoas mais importantes da cidade e de uma compacta mul-



O "Fico"

tidão. O cortejo era imponente. Entrou pela rua do Ouvidor e atingiu o palácio, levando o estandarte da Câmara.

Ao meio dia, D. Pedro recebeu a comissão na sala do trono. O povo esperava na praça fronteira. Tomou a palavra José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara. Expôs claramente as idéias da constituição e da independência e declarou que, se o Príncipe deixasse o Brasil, seria inevitável a imediata separação deste país da metrópole portuguesa.

Ouvindo o discurso de José Clemente Pereira, também a leitura das mensagens do interior brasileiro, o Príncipe respondeu: "Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

José Clemente, de uma das janelas do Paço, desenrolando o estandarte da Câmara, repetiu, em voz alta, as palavras do Príncipe. O entusiasmo da massa popular foi indescritível. Então, D. Pedro apareceu à janela. Estava comovido. A multidão prorrompeu em aclamações delirantes. E ele disse: "Agora só tenho a recomendar-vos: união e tranqüilidade".

Reagiu Avilez. No dia 12, quando a cidade ainda se encontrava em festejos, comemorando o grande acontecimento, o militar português concentrou suas forças no morro do Castelo. Imediatamente D. Pedro mobilizou as tropas brasileiras, que acorreram ao Campo de Sant'Ana sob o comando do marechal Joaquim de Oliveira Álvares e do velho general Joaquim Xavier Curado. O povo se levantou aclamando as forças do Príncipe.

D. Pedro enviou um emissário ao morro do Castelo, intimando Avilez a depor as armas e preparar-se para regressar a Lisboa. Avilez capitulou, mas resistiu quanto ao seu regresso a Portugal. O Príncipe, vendo a *protelação* do comandante da Divisão Auxiliadora, foi pessoalmente intimá-lo a embarcar, sob pena de ser atacado. No dia 15 de janeiro de 1822, Avilez, com sua tropa, deixou o Rio de Janeiro.

ELUCIDÁRIO

Bonaparte — Nome de família, com que é designado Napoleão.

Wellington — Artur Wellesley Wellington — (1769-1852) — Depois de intensas atividades militares, comandou os exércitos aliados em Waterloo, onde Napoleão foi derrotado.

Beresford — Guilherme Carr — Comandou as tropas portuguesas do exército de Wellington, contra a ocupação francesa. Tornou-se depois antipático e odiado pelo povo português, por pretender transformar Portugal numa colônia britânica.

Constituição de Cadiz — Constituição de caráter liberal, promulgada em 19 de março de 1812. Após um período tumultuoso em que lutavam partidos políticos diversos, foi novamente proclamada em 1820, pelo general Riego. Nessa ocasião é que seus princípios e normas renovadoras exerceram grande influência em Portugal e no Brasil.

Demagogia — Propaganda que explora as paixões populares.

Direito de petição — Faculdade que têm os cidadãos de pedir qualquer coisa aos governantes.

QUESTIONÁRIO

- Que aconteceu em Portugal, depois da expulsão dos franceses?
- Qual o motivo do descontentamento do povo português?
- Que fez Gomes Freire? Que lhe aconteceu?
- Que se passava no Rio de Janeiro?
- Que reclamavam o povo e a tropa?
- Que resolveu D. João VI? Como se passaram os fatos?
- Quando D. Pedro foi nomeado Regente do Reino do Brasil?
- Quando D. João VI regressou para Lisboa?
- Como D. Pedro se opôs às tropas portuguesas de Avilez? E como as expulsou?
- Como se deu o famoso “Fico”?

DEBATE: D. Pedro I pode ser chamado herói nacional?

CAPÍTULO V

O GRITO DO IPIRANGA

José Bonifácio em ação

O primeiro ato de D. Pedro, depois do “Fico”, foi a organização do seu ministério que ficou assim constituído: Guerra, marechal Joaquim de Oliveira Álvares; Fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro; Marinha, Manuel Antônio Farinha; Negócios do Reino e Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva. A êste estava reservado um papel de tal relevância na preparação da nossa *emancipação* política, que foi chamado “Patriarca da Independência”.

Era José Bonifácio homem de rara cultura, como *naturalista*, poeta e pensador. Viajara durante dez anos pelos principais países da Europa, freqüentando cursos e convivendo com os *luminares* da ciência. Regressando a Portugal, foi nomeado professor da Universidade de Coimbra, Intendente Geral das Minas, Superintendente das obras do rio Mondego, Administrador das minas de ferro de Figueiró dos Vinhos e Desembargador. Além de cientista, literato, professor e administrador, possuía também virtudes militares, notabilizando-se como tenente-coronel do Batalhão Acadêmico, nas lutas pela expulsão dos franceses de

Portugal. Membro da Academia de Ciências de Lisboa, ao despedir-se de seus confrades em 1819, disse ser tempo de regressar a sua Pátria, filha de Portugal, que “estava montando a sua casa”. Fixou residência em Santos, sua terra natal. Em 16 de janeiro de 1821, foi nomeado ministro.



José Bonifácio de Andrada e Silva

Missão do grande Andrada

A tarefa de José Bonifácio era agora da maior responsabilidade. Tinha de enfrentar as Côrtes de Lisboa, e de evitar, internamente, as brigas entre os partidos chamados “português” e “brasileiro”, sobretudo conter os excessos dêste, inflamado por um *nativismo* exagerado e um excessivo *liberalismo* que levavam à anarquia. Conselheiro do Príncipe, seu objetivo era fortalecer a autoridade dêste a fim de que pudesse impedir as desordens que lavravam em tôdas as províncias prejudicando o desenvolvimento de uma polí-

tica hábil que nos levaria facilmente à Independência, ligando esta à Dinastia Portuguesa, o que traria, como resultado, a manutenção da unidade nacional.

Entre os exaltados se contavam brasileiros ilustres, como Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Luís Pereira da Nóbrega Coutinho, os quais, excetuando o primeiro, por haver fugido para Buenos Aires, foram presos e deportados para a França.



José Clemente Pereira

Duas medidas vinham sendo tomadas: a criação de um Conselho de Procuradores, eleitos em tôdas as Províncias e enviados ao Rio de Janeiro para colaborar com o Príncipe, em funções legislativas, e a preparação de forças militares para defender o país contra qualquer surpresa advinda das Côrtes de Lisboa.

Foi ordenado às Juntas das Províncias que não permitissem o desembarque de forças portuguesas. Em março, teve de regressar a Portugal a esquadra

comandada por Maximiliano de Souza, que trazia tropas para substituir as de Avilez.

Ocorreram complicações nas Províncias. Em São Paulo, grave crise entre os próprios paulistas. Numeroso grupo hostilizava Martim Francisco, irmão de José Bonifácio. O Príncipe deliberou ir pessoalmente acalmar as paixões. Nomeando sua esposa, D. Leopoldina, para substituí-lo, como Regente Provisória, seguiu para a terra bandeirante.

Viagem e recepção

As viagens naquele tempo eram penosas, feitas a cavalo, havendo necessidade de vários dias para ir do Rio à Capital Paulista. No primeiro dia, D. Pedro e sua comitiva pousaram na fazenda de Santa Cruz. Do segundo em diante, foram pernoitando em vários pontos, destacando-se as cidades de Lorena e Pindamonhangaba, nesta organizando-se a Guarda de Honra do Príncipe. A proporção que seguia a viagem, aumentava o número de pessoas incorporadas à marcha que parecia triunfal e predestinada. A última pousada foi na Penha. Foram enviados emissários para anunciar a chegada do Príncipe. No dia 25 de agosto, seguido pela Guarda de Honra em vistosos uniformes, cavalgou para São Paulo. Rojões anunciaram a sua chegada. Os sinos começaram a repicar e a artilharia a salvar. Transpôs D. Pedro o arco triunfal que se erguia à entrada da cidade. O povo prorrompeu em delirantes aclamações. O Príncipe apeou-se, sendo recebido pelo Senado da Câmara com seu estandarte alçado, pelo Bispo Diocesano e o Clero. Tinha-se erguido um altar, onde D. Pedro orou; depois, formou-se uma procissão, a caminho da Sé, indo o Príncipe debaixo do *pálio*. Nas ruas, por onde passava o cortejo, as janelas das casas estavam guarnecidas de colchas de sêda. Celebrou-se um "Te-Deum". À noite, acenderam-se *luminárias*; tocavam bandas de música e a multidão regurgitava nas ruas. Era o Brasil que já se sentia independente.



O "Grito do Ipiranga"

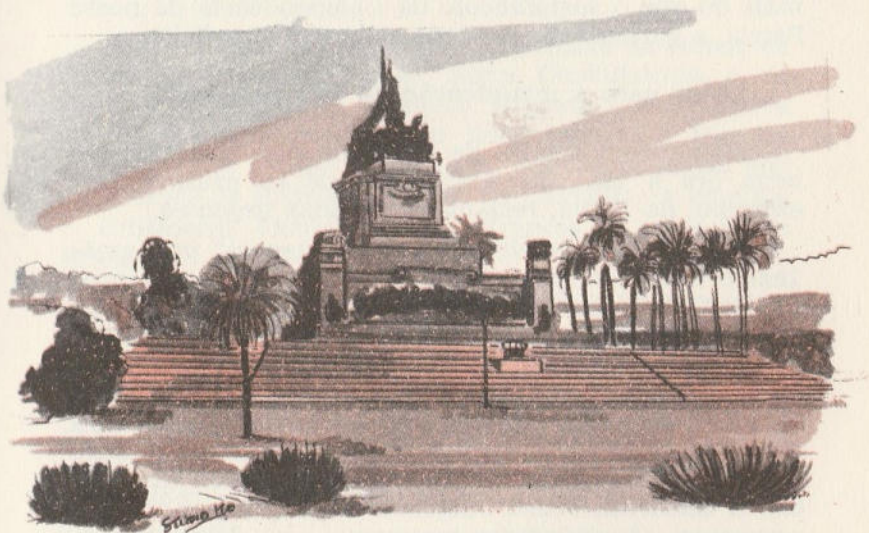
"Independência ou morte!"

No dia 5 de setembro, com a sua comitiva, D. Pedro seguiu para Santos, onde passou todo o dia 6. Na manhã de 7, regressou a São Paulo, em cujas proximidades a Guarda de Honra e a comitiva se distanciaram, indo esperá-lo à margem do regato Ipiranga.

Do Rio tinham vindo dois portadores, que eram Paulo Emílio Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro. Encontrando o Príncipe, que estava em companhia do Padre Belchior, entregaram-lhe a correspondência, constante de cartas da Princesa e de José Bonifácio, acompanhadas dos decretos que tinham vindo de Lisboa. Os decretos anulavam vários atos de D. Pedro, mandavam processar criminalmente os que houvessem desobedecido às ordens da Metrópole, exigiam novo Ministério da confiança das Côrtes e determinavam o regresso do Regente a Lisboa.

Inteirando-se de tudo, D. Pedro explodiu colérico: "É tempo! Estamos separados de Portugal!" Num gesto de raiva, arrancou o laço português que trazia no chapéu, atirando-o ao chão. Esporeando o cavalo, foi ao encontro da Guarda de Honra, que se achava na colina próxima ao riacho. Os cavaleiros rodearam D. Pedro e este exclamou: "Amigos, as Côrtes de Lisboa querem escravizar-nos. De hoje em diante, nossas relações estão quebradas. Já nenhum laço nos une".

Desembainhou a espada. Todos fizeram o mesmo. Eram quatro horas da tarde. O Príncipe bradou: "Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil!". E, com tôdas as forças, lançou o grito célebre: "Independência ou morte!".



Monumento à Independência

O povo em festa

À noite realizou-se no teatro, em São Paulo, um espetáculo de gala em homenagem ao Príncipe, com hinos patrióticos e indescritível entusiasmo. Consta que D. Pedro, que se dedicava à música, naquele dia compôs o hino para o qual foram adaptadas as letras que começam pelos versos: "Já podeis, da Pátria filhos, ver contente a mãe gentil; já raiou a liberdade no horizonte do Brasil".

O regresso para o Rio foi efetuado em marchas forçadas. Saindo de São Paulo pela madrugada do dia 10, chegou o Príncipe ao paço de São Cristovam na noite de 14. O entusiasmo que inundou a capital do Reino era explosivo.

No dia 12 de outubro foi D. Pedro solenemente aclamado Imperador do Brasil. Ele, a quem fôra conferido, desde o episódio do "Fico", o título de "Defensor Perpétuo", tornava-se agora, definitivamente, mais do que o sustentáculo da Independência da nossa Pátria, a garantia da unidade nacional brasileira.

Lutas para a manutenção da Independência

Não foram apenas de festas os dias que abriram nova era à vida do Brasil. O que se passava, por exemplo, na Bahia, reclamava medidas urgentes.

Em 19 de fevereiro de 1822, o general português Inácio Luís Madeira de Melo havia derrotado as tropas de Manuel Pedro de Freitas Guimarães, a quem vinha substituir e que não reconheceu a legitimidade da nomeação do seu substituto. Para maior incitamento dos ânimos, os soldados de Madeira desenfreadam-se pela cidade, cometendo assaltos e violências. Entre estas, a mais emocionante foi o ataque ao Convento da Lapa. Abrindo os braços, à porta arrombada pelos assaltantes, a abadessa Joana Angélica tentou impedir-lhes a passagem. A soldadesca matou-a.

O cruel assassinio teve repercussão nacional. No Rio de Janeiro celebraram-se *exéquias*, a elas comparecendo D. Pedro e sua esposa D. Leopoldina.



Morte de Joana Angélica

Em *revide* a tais violências, a Câmara da cidade de Cachoeira organizou uma “Junta Conciliatória e de Defesa”, favorável ao Príncipe Regente. À iniciativa aderiram outras cidades do Recôncavo. Do Rio foi enviada, para ajudar os baianos, uma força naval sob o comando de Rodrigo Antônio De Lamare. Ia com êle o Brigadeiro Pierre Labatut, francês a serviço do Brasil.

Labatut procurou reforços em Pernambuco, trazendo de lá 400 voluntários, sob o comando do major Falcão de Almeida.

Enquanto os brasileiros iam-se preparando, já agora com 5.000 homens, Madeira fortalecia-se, pois chegara de Lisboa uma esquadra em seu auxílio, comandada por Ferreira Campos. Dispunha agora de 8.000 homens.

Os baianos aplicaram os métodos usados no século XVII contra os holandeses: sitiaram Madeira impedindo-o de receber mantimentos do interior. O

general português tentou romper o cêrco, e foi derrotado em Pirajá. Quis ocupar a ilha de Itaparica, mas esta resistiu.

Assumira o comando das tropas brasileiras o coronel Joaquim de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias. A luta pela independência na Bahia prolongava-se mesmo depois do grito do Ipiranga. Em maio de 1823, uma esquadra brasileira, comandada pelo almirante escocês Lord Cócrane, ali chegou, tornando mais crítica a situação de Madeira. Os brasileiros não queriam sacrificar as vidas dos soldados portugueses; preferiram apertá-los pela fome, levando-os à rendição. Esta ocorreu em 2 de julho de 1823. Com tôdas as garantias, o general Madeira e sua tropa embarcaram para Portugal.

ELUCIDÁRIO

Academia de Ciências de Lisboa — Foi criada pelo Duque de Lafões, tio da rainha D. Maria I, destinando-se a estimular o progresso cultural português.

Dinastia Portuguesa — Sucessão de reis, oriundos de um primeiro que foi o fundador. Na época da nossa Independência, os reis portugueses pertenciam à Dinastia de Bragança, fundada por D. João IV em 1640.

Unidade Nacional — União dos habitantes de um território obedecendo às mesmas leis. O Brasil é caso único no mundo, onde a unidade nacional não foi o resultado de artifícios políticos. Em oito milhões e meio de quilômetros quadrados, falamos a mesma língua, temos a mesma religião, os mesmos costumes, os mesmos sentimentos e ideais.

Funções legislativas — São as de propor, discutir e votar as leis de um país.

D. Leopoldina — Princesa da Áustria e Imperatriz do Brasil. Filha do imperador Franciscó II, mãe de D. Pedro II,

de D. Maria da Glória (rainha de Portugal), de D. Francisca e de D. Januária. Estimadíssima pelo povo brasileiro, que pranteou a sua morte

"Te-Deum" — Cerimônia religiosa de agradecimentos a Deus.

Ipiranga — Regato nas proximidades de São Paulo, hoje canalizado.

Recôncavo — Cavidade, enseada. Nome dado à região baiana no interior da Baía de Todos os Santos.

Lord Cócrane — Notável almirante; depois de tomar parte em numerosas batalhas na Europa, veio ajudar as nações da América na luta pelas suas independências. (1775-1860).

QUESTIONÁRIO

- Quem era José Bonifácio?
- Qual a missão que lhe competia como ministro de D. Pedro?
- Quais os ilustres brasileiros que se exaltaram, prejudicando a obra habilidosa de José Bonifácio? Que lhes aconteceu?
- Que medidas tomou D. Pedro, após organizar o seu Ministério?
- Como se deu a viagem de D. Pedro a São Paulo e quais os motivos dela?
- Como foi o Príncipe recebido pelos paulistas?
- O que ocorreu no dia 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro regressava de Santos?
- Como o povo paulista recebeu a notícia do "grito do Ipiranga"?
- Em que dia D. Pedro saiu de São Paulo para o Rio e em que data ali chegou?
- Em que dia foi o Príncipe aclamado Imperador?
- Como se deram as lutas pela independência na Bahia?
- Em que dia se rendeu o general português Madeira?

DEBATE: O Brasil estava maduro para a Independência? (Compare nossa situação com a das recém-independentes nações africanas).

CAPITULO VI

OCORRÊNCIAS NO PIAUÍ, MARANHÃO E PARÁ

Levantam-se os piauienses

Enquanto o capitão John Taylor seguia de perto a esquadra de Madeira, até vê-la em alto mar, a fim de se assegurarem os brasileiros de que o general não tentaria desembarque em qualquer ponto da costa, Lord Cócrane partia para o norte. A situação no Piauí, no Maranhão e no Pará estava a exigir providências do governo imperial.

Governava o Piauí o sargento-mor Cunha Fidié. A vila de Parnaíba, sabendo que os cearenses haviam aderido entusiasticamente aos patriotas do sul e à proclamação do Príncipe no Ipiranga, ergueu o brado de independência em 19 de outubro de 1822. O governador saiu da capital (Oeiras) para abafar o movimento em Parnaíba, mas na sua ausência rebelou-se o povo da sede do seu governo, aclamou o Imperador e elegeu uma Junta Governativa. Não podendo, pois, Fidié regressar a Oeiras, fugiu para o Maranhão e estabeleceu sua base na cidade de Caxias.

Os piauienses, com o concurso de contingentes vindos do Ceará, sitiaram Caxias. Os maranhenses do interior da província levantaram-se pela independência. Restava a capital, a velha cidade de São Luís, onde a Junta apoiava as Côrtes de Lisboa.



Almirante Cócane

Os maranhenses vitoriosos

A 26 de julho, a esquadra de Cócane surgiu diante de São Luís. No dia seguinte, a Junta *recalcitrante*, em companhia do Bispo Diocesano, procura o almirante. Adere à independência, reconhece D. Pedro como Imperador do Brasil. Em 28 de julho realiza-se o ato solene da aclamação. Três dias depois, capitulam os sitiados de Caxias.

Lutas no Pará

No Pará, a Junta de Belém era francamente favorável ao governo português, a ponto de ter mandado tropa contra os patriotas do Maranhão. O sentimento

nacional, entretanto, ali chegara e dominara os espíritos. Isso ficou provado quando, em fevereiro de 1823, elegeu-se a Câmara de Belém: só foram eleitos partidários da independência do Brasil.

A tropa fiel à Junta depôs os eleitos. Começaram as agitações na Província. Em 14 de abril, os "independentes" tomaram o quartel de artilharia, que perderam pouco depois. Foram presos 271 conspiradores e condenados à morte, mas a sentença não se executou, sendo os réus enviados para Lisboa.

A 14 de abril, chegou a Belém o navio de guerra "Maranhão", sob o comando do capitão-tenente Grenfell. Avisou a Junta de que ali estava, por determinação do almirante Cócrane, para apoiar os partidários da nossa emancipação. Em 16 de agosto, em solenidade realizada no palácio governamental, foi proclamada a Independência e reconhecido D. Pedro como Imperador.

No extremo sul

Só faltava agora o extremo meridional para que todo o país estivesse integrado no Império, mas no dia 18 de novembro de 1823, capitulou em Montevidéu D. Álvaro da Costa de Macedo, que ainda resistia.

Cumpria agora ao Imperador e seus auxiliares a obra externa do reconhecimento da Independência pelas Nações e a interna da construção e do progresso nacionais.

ELUCIDÁRIO

Parnaíba — Cidade litorânea às margens do rio Iguaçu (Piauí).

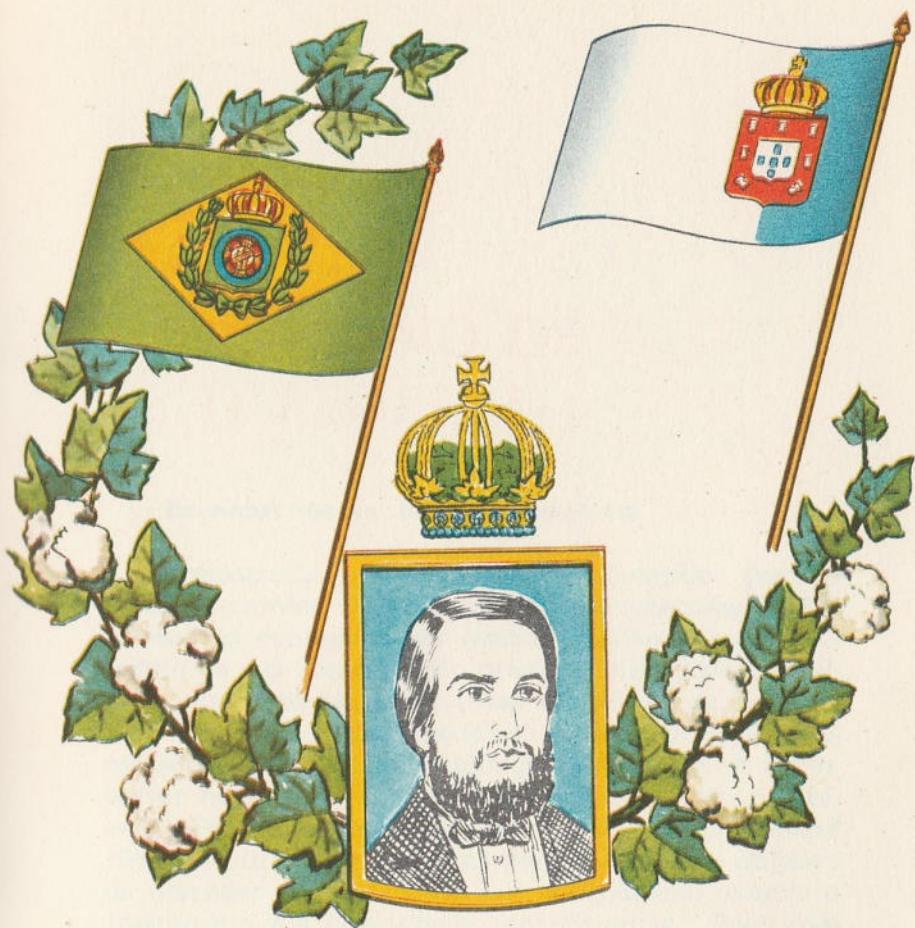
São Luís — Capital do Maranhão, fundada em 1612 pelos franceses.

Caxias — Cidade do Maranhão, à margem do rio Itapicuru, distante da capital 480 quilômetros.

QUESTIONÁRIO

- Que fez o capitão John Taylor com seus navios?
- Que aconteceu no Piauí?
- Que aconteceu no Maranhão?
- Como se fez a Independência no Pará?
- Qual a última parte do nosso território que se integrou no Império?

DEBATE: Não teria a falta de meios de comunicação concorrido para que tivesse havido choques entre os partidários da Independência e os da Metrópole portuguesa?



V PARTE
O IMPÉRIO

CAPÍTULO VII

GOVÊRNO DE D. PEDRO I-1

Reconhecimento da Independência

Proclamada a Independência, cumpria dar ao Brasil o caráter de personalidade internacional. Era necessário conseguir das demais nações o reconhecimento da sua emancipação política. Não havia dificuldades nas Américas, onde tôdas as colônias da Espanha e da Inglaterra haviam sacudido o jugo das respectivas metrópoles. A batalha diplomática tinha de se desenvolver na Europa e ali as condições não eram favoráveis. Desde o Congresso de Viena (1815) tinha-se firmado um acôrdo entre as potências com o objetivo de defender o *absolutismo* e o colonialismo, contra o liberalismo e a *democracia representativa*. Sete anos depois, em Verona, (14 de dezembro de 1822), foi proposta a idéia de submeter-se de nôvo as nações da América ao regime colonial.

O trabalho diplomático brasileiro tinha-se de realizar preliminarmente na Inglaterra, não só para obter de Londres o reconhecimento da nossa Independência, como, por intermédio do govêrno britânico, conseguir-se de Portugal a aceitação de uma realidade que seria



Marquês de Barbacena

impossível remover. Foi encarregado de tal serviço o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquês de Barbacena.

Canning, chefe do gabinete inglês, afastara a Inglaterra da Santa Aliança e tinha, portanto, os movimentos livres. A posição britânica no caso da nossa Independência enquadrava-se em dois interesses opostos: não desagradar a Portugal e não prejudicar o comércio inglês com o Brasil. Resolveu Canning mandar a Lisboa o diplomata Charles Stuart, com a missão de comunicar a D. João VI que a Inglaterra seria forçada a reconhecer a Independência do Brasil. Esclareceria que não era com Portugal que o Brasil romperia, mas com as Côrtes de Lisboa que pretendiam subordinar o nôvo Reino, criado por D. João VI, à condição de colônia. Não houvera quebra de amizade entre brasileiros e portugueses, nem entre D. Pedro e seu pai. Essa amizade poderia oficializar-se num convívio entre duas nações que vinham das mesmas origens.

Brant, quando Canning ainda se manifestava indeciso, declarou que, no caso da Grã Bretanha desamparar a causa do Brasil, este se veria forçado a recorrer aos Estados Unidos. O argumento foi decisivo.

As conversações, entretanto, entre Londres e Lisboa, a nosso respeito, arrastaram-se durante três anos. Finalmente, o governo de Lisboa fez propostas razoáveis. Seguiu Stuart para o Rio, onde chegou a 18 de julho de 1825. Reune-se o Ministério. Elabora-se um tratado em 11 artigos. Ficava D. João VI com o direito de usar o título de Imperador (honorário) do Brasil, sendo D. Pedro Imperador de fato. O tratado foi assinado em 29 de agosto de 1825 e a nossa Independência reconhecida, não só pelo governo português, como por todas as nações.

O império organizado

O Império Brasileiro estava organizado. Uma corte se apresentava como *super-estrutura* social, constituindo-se de marqueses, condes, viscondes e barões. Havia ainda os comendadores das duas ordens: a do Cruzeiro e a da Rosa. Os negócios do Estado estavam a cargo de ministros nomeados pelo Imperador. Reorganizavam-se os serviços da administração pública, das forças de terra e de mar. Tudo isso se firmava sobre a base econômica da agricultura, pois ainda não tínhamos indústria que merecesse esse nome. Eram os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho, que constituíam uma espécie de aristocracia rural. A *infra-estrutura* estava no trabalho escravo.

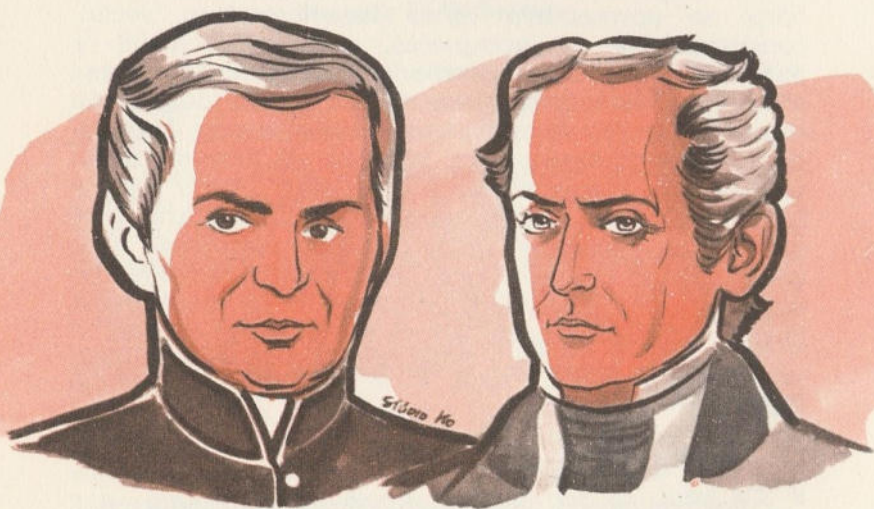
Cumpria agora dar à Nação uma Carta Constitucional.

A Constituinte

Foi convocada uma Assembléia Constituinte. A 3 de maio de 1823, instalou-se solenemente. Formavam-na deputados eleitos pelas províncias. Compareceu D. Pedro e leu a "fala do trono". Causou má impressão por haver prevenido os constituintes de que só aceitaria a Constituição que votassem se ela merecesse a sua

aprovação. Estas palavras provocaram desconfiança, temendo-se que o Imperador não estivesse disposto a governar constitucionalmente.

Na Constituinte, além do entrechoque das idéias correntes nos países da Europa, manifestava-se o nativismo, criando incompatibilidades entre brasileiros e portugueses que haviam aderido à Independência e procuravam colaborar com o Imperador. Tramavam-se intrigas contra os irmãos Andrada, cujo descontentamento chegou ao extremo quando D. Pedro anistiou os implicados na “bernarda” de Francisco Inácio em São Paulo, constituída de inimigos de Martim Francisco e José Bonifácio. Desprestigiados por êsse ato, ambos se demitiram dos cargos de ministros que ocupavam e, com o terceiro irmão, Antônio Carlos, passaram-se para a oposição.



Antônio Carlos
de Andrada

Martim Francisco
de Andrada

Um fato veio acirrar os ânimos já exaltados: o “Diário do Governo” aplaudiu a restauração do absolutismo em Portugal. Ora, se o Imperador permitia

que se louvassem os que extinguiram a Constituição portuguesa, como olhar com bons olhos a nossa Constituinte? Prosseguia a discussão do projeto constitucional redigido por Antônio Carlos, mas num clima de apreensões. Por outro lado, as intermináveis discussões retardavam a promulgação da Carta Magna, de tal sorte que, até novembro de 1823, apenas foram discutidos 24 artigos do projeto que se compunha de 272.

Ocupavam agora os lugares dos Andradas, no Ministério, José Joaquim Carneiro de Campos, futuro marquês de Caravelas (Império e Exterior) e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, depois marquês de Baependi (Fazenda). Os irmãos Andrada desencadearam tremenda oposição a êsse governo e ao Imperador, quer pela tribuna da Constituinte, quer pelo jornal "Tamoio". A auxiliá-los veio outra gazeta, a "Sentinela da liberdade à beira mar da Praia Grande". Para culminar a crise política, êsses jornais publicaram o artigo assinado por "Um brasileiro resoluto", atacando oficiais portugueses que se achavam a serviço de D. Pedro. O suposto autor, Davi Pamplona, foi espancado pelos militares lusitanos. Em consequência, a Assembléia tratou do assunto. As paixões explodiram. As galerias repletas se manifestaram com tal furor que o presidente dos trabalhos, João Severiano Maciel da Costa, deliberou encerrar a sessão.

Enquanto ocorriam tais sucessos, D. Pedro concentrava tropas em São Cristovam. Fortalecido militarmente, o Imperador mandou um officio à Constituinte, referindo-se aos insultos publicados por certos periódicos e reclamando providências. Retrucou a Assembléia pedindo esclarecimentos e o Ministro do Império respondeu serem o "Tamoio" e a "Sentinela" os periódicos referidos; declarava que S. Majestade preferia que os castigos contra os responsáveis partissem da própria Constituinte. Era uma insinuação para que esta anulasse os mandatos dos Andradas. Diante da gravidade da situação, os constituintes se declararam em sessão permanente, atravessando o dia 11 e tôda a noite de 11 para 12 em vigília. Era, no dizer do povo, a "noite da agonia".

O golpe de Estado

Pela manhã, deliberou a Assembléia convocar o Ministro do Império para explicações. Às 11 horas compareceu o titular da pasta, que era agora Vilela Barbosa, e declarou francamente que os militares exigiam serem tornados sem efeito os mandatos dos três Andradas. Lembrou aos constituintes que se não agissem como desejava a tropa, seria provável que acontecesse aqui o que ocorrera em Lisboa, onde o movimento "vila-francada" dissolvera as Côrtes.

A essa altura, D. Pedro discursava às tropas em São Cristovam, enganando-as com o anunciar haver êle sido deposto e as fôrças do Rio de Janeiro degredadas para os confins do Brasil. Com um ramo de café no chapéu, comandou as fôrças até ao Campo de Sant'Ana. Dali mandou uma *brigada*, sob o comando do general Moraes, cercar a Constituinte e entregar ao seu presidente o decreto que a dissolia.

Saindo do recinto, foram presos José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos, Menezes Drumond, Montezuma, Padre Belchior de Oliveira e Joaquim da Rocha. Fugiu para Recife o constituinte Francisco Antônio Soares que, segundo se dizia, era o autor do artigo sob o pseudônimo de "um brasileiro resolutu", ponto nevralgico dos acontecimentos.

José Bonifácio e seus irmãos ficaram presos na Fortaleza de Santa Cruz e dali seguiram para o exílio, que durou seis anos.

A Constituição outorgada

No mesmo dia da dissolução da Constituinte, D. Pedro, com aparato de fôrças, fêz uma passeata pela cidade. Notou, porém, que o povo assistiu ao desfile com frieza. Alguns exaltados partidários da dissolução, davam vivas a favor do absolutismo. Respondeu D. Pedro: "Quero ser sòmente defensor perpétuo do Brasil e imperador constitucional".

Com êste pensamento, nomeou um Conselho de Estado, para que redigisse um projeto de Constituição.

O descontentamento no Rio de Janeiro tinha consonância com o das demais províncias. Da Bahia foi enviada uma mensagem ao Imperador reprovando o seu ato. No Maranhão, no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Alagoas, houve claras manifestações de desagrado. Em Pernambuco, foram mais graves essas manifestações, como se verá quando tratarmos da revolução que ali estalou em 1824. Nas províncias do sul também se revelavam indisposições contra a dissolução da Constituinte.

É em tal clima que trabalha o Conselho de Estado elaborando a nova Carta. Tudo vai a galope. Em quatro meses, o serviço está terminado. Ao contrário do que prometera, D. Pedro não convocou outra Constituinte. No dia 25 de março de 1824, o Imperador outorgou a Constituição.

Revolução pernambucana

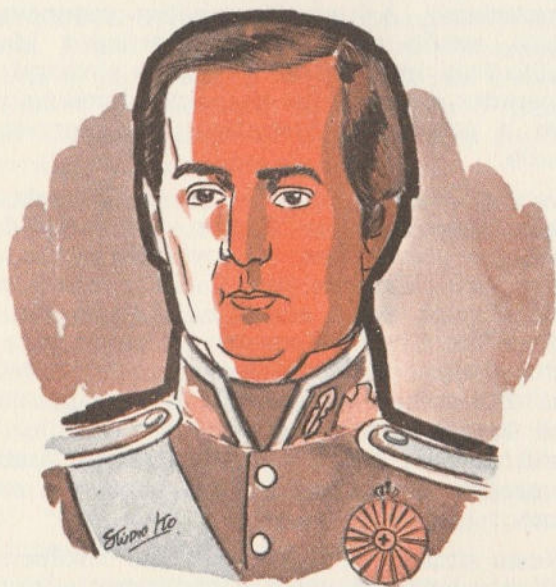
Pernambuco era o centro mais vivo do liberalismo e do nativismo. A Junta Governativa renunciou ao seu mandato, sendo eleito para governador Manuel de Carvalho Pais de Andrade. O colégio eleitoral preveniu o Imperador dizendo que os pernambucanos não receberiam o presidente Francisco Pais Barreto, recém-nomeado.

Contou Pais de Andrade com o apoio das municipalidades reunidas em Recife, as quais decidiram mantê-lo na presidência. O governo imperial mandou duas *fragatas* de guerra para Recife, sob o comando do capitão Taylor para garantir a posse de Barreto. Reuniu-se um Grande Conselho apelando para o Imperador no sentido de que revogasse a nomeação que fizera. Foi atendida a solicitação, mas nomeado José Carlos Mayrink de Souza Ferrão, com o que não se confirmava a presidência de Pais de Andrade. O novo presidente da Província recusou-se a assumir o governo.

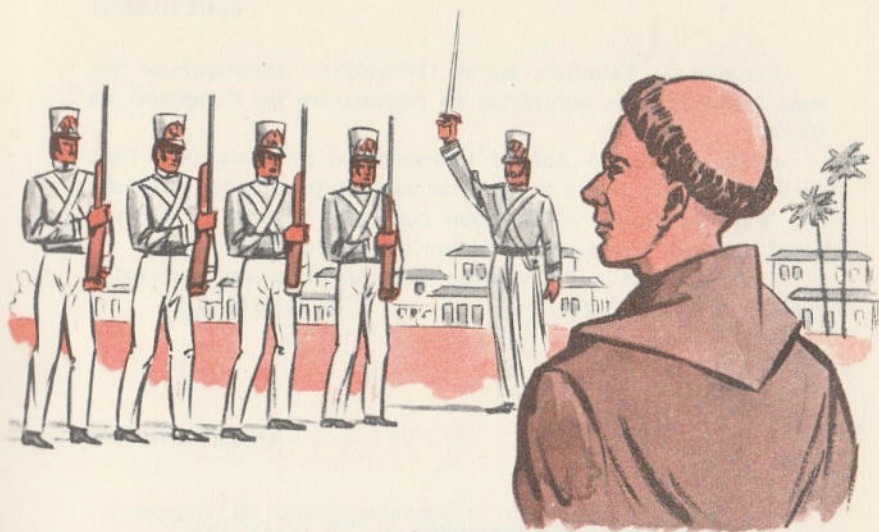
Nesta situação, Pais de Andrade, revolucionário de 1817, que escapara da condenação à morte fugindo para os Estados Unidos, reviveu o espírito do movimento

republicano de sete anos antes e lançou um manifesto em que proclamava a "Confederação do Equador". Aderiram a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. O governo revolucionário adotou provisoriamente a Constituição da Colômbia.

Chegando a notícia ao Rio, o Governo Imperial mandou para Recife uma divisão naval comandada por Lord Cócrane, levando 1.200 soldados sob o comando do general Francisco de Lima e Silva. Após desembarcar as tropas de terra em Alagoas, o almirante *bloqueou* pelo mar a capital pernambucana. Enquanto as forças de Lima e Silva apertavam os revolucionários em terra, Cócrane procurava convencer os *insurretos* a se renderem. Tomou parte nas conversações a escritora inglesa Maria Graham que se achava de passagem para o Rio, onde foi professora das filhas de D. Pedro I. Mas não foi possível uma conciliação.



Francisco de Lima e Silva



Frei Caneca

Batidas pelas tropas de Lima e Silva, as comandadas pelo revolucionário Falcão de Lacerda recuaram para Olinda. O chefe Pais de Andrade refugiou-se numa *corveta* inglesa. As forças militares da Confederação, que sobraram da derrota, foram levadas por Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Caneca) para Goiânia, tentando alcançar o Ceará. Os imperiais alcançaram-nas desbaratando-as.

A punição foi severa para sete oficiais revolucionários, inclusive um norte-americano, James Rodhers, em Recife. Quanto a Frei Caneca, os carrascos negaram-se a enforcá-lo; recorreu-se a condenados e escravos com promessa de liberdade, mas também se negaram. A solução foi fuzilarem o frade. No Rio, houve três execuções e no Ceará cinco.

Estava terminada a revolução pernambucana. Durara pouco a "Confederação do Equador". Foi um mal, ou foi um bem? O mal foi o excesso das punições, o bem foi evitar-se a desunião nacional, como sucedeu na América Espanhola.

Canning — Estadista inglês (1770-1827). Distinguiu-se por suas idéias liberais contrárias às dominantes no Congresso de Viena.

Santa Aliança — Acôrdio internacional proposto pelo Czar da Rússia e que visava a restaurar na Europa o poder absoluto.

“Fala do trono” — Discurso com que os reis, no sistema constitucional, abrem os trabalhos do parlamento.

“Vila-francada” — Revolução que restaurou em Portugal o regime do absolutismo.

QUESTIONÁRIO

- Como foi conseguido o reconhecimento da Independência do Brasil pelas Nações?
- Havia dificuldades no Continente Americano?
- E na Europa? Que embaraços havia?
- Quem foi o encarregado das conversações com o governo inglês?
- Quais as interferências da Inglaterra junto a Portugal?
- Em que ano foi assinado o tratado pelo qual o governo de Lisboa reconhecia a nossa Independência?
- Como estava organizado o Império no tempo da nossa emancipação?
- Em que data foi convocada a Assembléia Constituinte? Que deveria ela fazer?
- Qual o ambiente político em que funcionou a Constituinte?
- Por que os Andradas se demitiram do Ministério e passaram à oposição? Que fizeram como oposicionistas?
- Qual a causa da luta entre o Imperador e a Constituinte?
- Como se deu o fechamento da Constituinte por D. Pedro I?
- Em que data D. Pedro I outorgou a Constituição do Império?
- Como se deu a revolução de Pernambuco e como terminou?

DEBATE: O poder militar sempre atuou nos momentos difíceis da nação?

CAPÍTULO VIII

GOVÊRNO DE D. PEDRO I - 2

Guerra no Sul e independência do Uruguai

Os uruguaios jamais se conformaram com a anexação do seu território ao Império Brasileiro, sob o nome de Província Cisplatina. Com 3.000 homens concentrados em Montevidéu, ia Lecor mantendo a dominação do Brasil, mas não se dava conta do que se preparava em Buenos Aires contra a nossa ocupação.

Em 17 de abril de 1825, partindo da Argentina, 32 conjurados saltaram no distrito de Agraciada. Eram comandados por Juan Lavalleja. Ampliando o campo de ação, Lavalleja estabeleceu em Flórida o seu quartel general. Novos contingentes de insurretos foram se levantando e até mesmo oficiais que estavam a serviço do Império, como Julian Laguna e Rivera. Em 20 de agosto, um congresso de partidários da independência declarou nula a anexação da Província Cisplatina e, a 25, proclamou a emancipação política do Uruguai, sob o protetorado da Argentina.

Uma esquadra brasileira, comandada pelo almirante Rodrigues Lobo, ameaçou Buenos Aires e o governo argentino assegurou neutralidade na *pendência* entre o Império e os uruguaios. Nestas condições, Lobo

regressou a Montevideu. Aproveitando a trégua, os argentinos tiveram tempo de preparar um exército de 8.000 soldados. O comandante das armas do Rio Grande do Sul, general Abreu, saiu com uma cavalaria de 1.200 homens para se opor àquelas forças sete vezes maiores. As tropas de Rivera foram batidas por Bento Manuel, e Abreu dominou o curso do Rio Negro.



Bento Manuel

Em 12 de outubro, feriu-se combate entre Bento Manuel e Lavalleja, à margem do rio Sarandi. Depois de êxitos iniciais, não sorriu a sorte às armas brasileiras. Aproveitando-se da situação, o governo de Buenos Aires, como diz a expressão popular, “pôs as mangas de fora”. O Congresso *platino* decretou a anexação da Banda Oriental à República Argentina.

Recebendo a comunicação oficial, o governo Imperial tratou de mobilizar tropas, concentrando-as em Sant’Ana do Livramento. Ao mesmo tempo, a esquadra

de Rodrigues Lobo *bloqueou* Buenos Aires. Em *revide*, a Argentina mobilizou suas forças navais sob o comando de Brown. Deflagrou-se a guerra no estuário do Prata.

O ano de 1826 assinalou-se por uma espécie de estagnação das forças contrárias em terra. Nossas tropas em Livramento começavam a sentir-se deprimidas na *inatividade*. Resolveu D. Pedro I substituir os comandos no Sul e para a direção geral das tropas nomeou Barbacena, que chegou a Pôrto Alegre em 23 de novembro de 1826. Dias depois, era o próprio Imperador que seguia para o teatro da luta, chegando à capital do Rio Grande a 8 de dezembro. Quis, com isso, dar aos combatentes brasileiros a impressão da importância daquela guerra, pois, no fundo, os nossos soldados e parte da opinião pública no Rio de Janeiro consideravam antipática a atitude do Império.

Não se demorou D. Pedro no Sul. Chegou-lhe a notícia do falecimento da esposa, D. Leopoldina, pelo que regressou à Córte. Dando início ao cumprimento de sua missão, Barbacena seguiu para Livramento. Os



argentinos esperavam os brasileiros com um exército de 10.000 homens comandados pelo próprio ministro da guerra, Carlos Alvear. Na segunda quinzena de janeiro de 1827, o exército *platino* penetrou o Rio Grande do Sul.

A 20 de fevereiro, travou-se batalha no Passo do Rosário. Durava já seis horas, quando irrompeu um incêndio na *macega* ressequida. Para cúmulo do infortúnio, a ventania sopra na direção dos nossos. Imersos na fumaça que os sufoca, os brasileiros pressentem a aproximação das labaredas. E Barbacena ordenou a retirada.

Não houve vencidos nem vencedores nessa batalha, mas não se pode negar o desastre que o seu desfêcho constituiu para o exército brasileiro. Denominam os argentinos êsse episódio como "batalha de Ituzaingó" e dela se vangloriam até hoje, mas a verdade é que o grande vencedor dos dois exércitos foi o incêndio na campanha.

Psicológicamente, não era mais possível continuar a guerra. A opinião pública brasileira mostrava-se contrária à insistência do Imperador querendo submeter um povo que falava outra língua e se *vinculava* às tradições espanholas. Começaram as conversações visando à paz, por iniciativa de Buenos Aires. E de supor-se que os argentinos não se sentiam fortes para a continuação da luta. O ministro inglês Posomby interveio para *conciliar* os dois governos. Como representantes do govêrno argentino, vieram ao Rio de Janeiro os generais Barcace e Guido. Em 28 de agosto de 1828, concluíram-se as negociações, desistindo a Argentina de anexar o Uruguai e concordando o Brasil com a independência da Província Cisplatina.

D. Pedro, entre Portugal e o Brasil

Difícil tornou-se a situação de D. Pedro com o falecimento de D. João VI, em 10 de março de 1826. Tinha sido declarado sucessor de seu pai no trono português. Aceitar, seria unir as duas coroas, com as conseqüências que poderiam advir: o temor dos brasileiros de uma volta à situação do Reino Unido e o dos

portuguêses de serem governados do Rio de Janeiro. Em tal emergência, resolveu D. Pedro renunciar ao trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória, estabelecendo que ela deveria casar-se com seu tio D. Miguel, o qual governaria, no período da menoridade da Princesa, até ao matrimônio.

Não se conformando com a solução dada por seu irmão, D. Miguel se fez aclamar rei de Portugal, em 15 de julho de 1828.

Segundo casamento de D. Pedro I

Depois de muitas sondagens nas côrtes da Europa, D. Pedro casou-se, em segundas núpcias, com D. Amélia de Leuchtemberg, filha de Eugênio de Beauharnais, enteado de Napoleão, e de Amélia Augusta, filha do rei da Baviera. O matrimônio realizou-se por procuração em Munique, a 9 de agosto de 1829. Aproveitando a vinda da espôsa, fez D. Pedro trazer de Viena, onde se educava, a pequena Maria da Glória, que contava sete anos.



D. Amélia
de Leuchtemberg

Estado de espírito no Rio de Janeiro e nas Províncias

Preocupava-se D. Pedro em destituir D. Miguel em favor da pequena D. Maria da Glória, mas esse interesse pela política portuguesa era um fator de desconfiança dos brasileiros, resultando em impopularidade para o Imperador.

Como em todos os momentos de crises políticas, propagavam no país e particularmente no Rio, boatos e intrigas, formando um clima de inquietações.

A verdade, porém, é que tais apreensões se justificavam pelas atitudes do Imperador. Começava a definir-se a *divergência* entre o arbítrio de D. Pedro e a vigilância do Legislativo. A imprensa colaborava com este, sendo de notar as ponderações de bom senso com que Evaristo da Veiga, no jornal "Aurora Fluminense", se colocava numa posição de equilíbrio, sem paixões extremadas.

D. Pedro irritara a Câmara dos Deputados, quando, na fala do trono, disse: "Eu exijo desta Assembléia", expondo, em seguida, suas recomendações. Na sessão de encerramento, lamentou que a Assembléia "não tivesse aproveitado o tempo tão sábiamente como elle esperava".

Fato mais grave ocorreu em seguida: o boato de que estavam sendo preparadas na Inglaterra tropas portuguesas destinadas ao Brasil. Não seriam ostensivamente contra a nossa independência, mas de apoio ao Imperador contra seus adversários. Tais tropas nunca vieram. No entanto, os ânimos se irritavam. Em 1829 a Câmara iniciou os seus trabalhos numa atmosfera carregada. O Imperador é acusado, severamente criticado, ferido no seu orgulho.

Para agravar o estado de ânimo da opinião pública, chegara a notícia de que fôra destronado em França Carlos X. Este rei havia dissolvido o Parlamento e restabelecido o absolutismo. Quem assumiu o trono foi Luís Felipe, restaurador do liberalismo. Esse fato influíu nos liberais brasileiros. Movimentos de opinião se ergueram em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Maranhão.

Cumprer notor que o povo brasileiro não é cioso apenas de sua independência, mas sequioso pela vida constitucional, baseada na harmonia dos três poderes e, principalmente, no mútuo respeito entre o Executivo e o Legislativo. As atitudes de D. Pedro eram as que visavam à predominância do arbítrio imperial sobre o parlamento.

Por motivo das manifestações liberalistas em São Paulo, foram presas diversas pessoas. Atuava na capital bandeirante o jornalista Líbero Badaró, que editava o jornal "O Observador Constitucional". Italiano de nascimento, médico pelas Universidades de Pavia e Turim, fêz-se um propugnador do constitucionalismo no Brasil. Contra prisões que julgava injustas, escreveu artigos veementes, provocando as iras dos partidários do Imperador, que o assassinaram na rua que hoje tem o seu nome. O assassinio de Badaró incendiou de cólera os paulistas.

Em Minas Gerais as coisas não andavam melhor. Foi para ali D. Pedro com o intuito de acalmar os ânimos e recuperar a popularidade. Teve recepção fria e até hostil, voltando decepcionado.

ELUCIDÁRIO

Lecor — Carlos Frederico. General português (1767-1839). Em 1816 invadiu a Banda Oriental (Uruguai) e incorporou esse território ao Brasil. Ali governou até 1826.

Província Cisplatina — Denominação dada à chamada Banda Oriental, posteriormente Uruguai.

Barbacena — Felisberto Caldeira Brant Pontes. (1772-1841). Militar e diplomata. Trabalhou em Londres pelo reconhecimento da independência do Brasil. Comandou o exército brasileiro na guerra contra a Argentina em 1826. Escolheu a segunda esposa de D. Pedro I e foi tutor de D. Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Seu filho, o Visconde de Barbacena, foi

igualmente grande diplomata, tendo falecido com 104 anos de idade.

D. Miguel — Terceiro filho de D. João VI (1802-1866). Teve uma vida agitada, lutando a favor do poder absoluto dos reis. Conseguiu governar Portugal, até à tomada do país por seu irmão D. Pedro, que representava os ideais constitucionistas. Capitulou em Évora, sendo deportado e viveu no exílio o resto da existência.

QUESTIONÁRIO

- Que era a Província Cisplatina? Qual o outro nome que se dava àquela região?
- Como principiou a revolta pela independência do Uruguai?
- Como procedeu a Argentina no começo do conflito?
- Que decidiu o Congresso em Buenos Aires?
- Como se desenvolveu a guerra entre a Argentina e o Brasil e qual o seu desfecho?
- Por que D. Pedro I não pôde ficar no Sul? Quem o substituiu?
- Qual a verdade sobre a chamada batalha de Ituzaingó?
- Em que situação ficou D. Pedro I com o falecimento de D. João VI?
- Que fez D. Miguel, em Portugal?
- Com quem se casou, em segundas núpcias, o Imperador? Quem era D. Amélia?
- Qual o estado de ânimo da opinião pública brasileira contra o Imperador e por quê?

DEBATE: Era justificada a antipatia que se criou nos meios políticos e populares contra o 1.º Imperador do Brasil?

CAPÍTULO IX

GOVÊRNO DE D. PEDRO I - 3

A Abdicação

Para festejar seu regresso de Minas, portugueses e brasileiros fiéis a D. Pedro I, preparavam-lhe grande homenagem: fogos de artifício, fogueiras, *luminárias* na Capital. Os contrários reagiam, havendo distúrbios, sobretudo à noite, quando os comerciantes atiravam dos sobrados pedras e garrafas contra os amotinados, pelo que se deu aos episódios o nome de “noites das garrafadas”. Uma enérgica representação, assinada por deputados liberais, foi dirigida a D. Pedro, pedindo a punição dos responsáveis pelas “garrafadas”. Os *signatários* diziam que “a ordem pública, o repouso do Estado, o Trono mesmo, tudo está ameaçado”, se a reclamação não fôr atendida.

Tentou D. Pedro satisfazer aos “nativistas” nomeando um Ministério constituído somente por brasileiros natos. Mas continuou a agitação política. Desiludido, o Imperador demitiu o Ministério e nomeou outro, composto de amigos nos quais confiava (Marqueses de Paranaguá, Inhambupe, Aracati, Baependi e o Visconde de Alcântara). A oposição logo apelidou o novo gabinete, com a designação de “Ministério dos Marqueses”.

Foi o estopim para explodir a bomba. No Campo de Sant'Ana aglomeraram-se milhares de pessoas. Revelavam a *incongruência* da oposição que, não se tendo conformado com o Ministério de brasileiros natos, agora exigia a sua volta.

Uma comissão de três Juizes de Paz foi ao Paço de São Cristovam levar a D. Pedro a exigência do povo. O Imperador recusou altivamente. Se era verdade que êle descontentava aos liberais, não era menos verdade que êstes visavam ao desprestígio de D. Pedro, pretendendo que o monarca fôsse um juguete das paixões e caprichos políticos. Não era o Imperador homem para tais humilhações e, acima de tudo, procurava resguardar a dignidade do trono. Respondeu à comissão: "Digam que sou mais constitucional do que todos os brasileiros natos e mais do que os senhores juizes de paz componentes desta comissão. Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo".

Tal decisão inflamou a massa popular. Gritava-se "morra o tirano". Os mais prudentes resolveram enviar outro emissário, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva que, pelo seu prestígio, poderia *demover* D. Pedro da sua intransigência. Mas Lima e Silva nada conseguiu.

Quando o Brigadeiro voltou ao Campo de Sant'Ana para dar conta da sua missão, encontrou ali, confraternizados com o povo, os corpos da guarnição e, para maior surpresa, o próprio Batalhão do Imperador.

Lima e Silva conferenciou com os generais ali presentes. Deliberou-se mandar terceira mensagem ao Imperador, agora para lhe expor claramente a situação. Foi escolhido o major Miguel de Frias que, à meia noite, chegou ao Paço.

Abatido e apreensivo, D. Pedro pede ao major Frias que espere. Toma improvisada resolução. Manda o *intendente* de polícia ir às pressas à cidade, a fim de comunicar ao Senador Vergueiro que o nomeava chefe do Gabinete e que viesse imediatamente a São Cristovam, trazendo os ministros que escolhesse.

Eram duas e meia da madrugada, quando voltava o *intendente* cansadíssimo, informando não haver en-

contrado Vergueiro, por mais que o procurasse. Fracassara o recurso do Imperador.

Uma hora depois, D. Pedro entregou ao major Frias um papel por êle assinado. Dizia: "Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado filho D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, 7 de abril de 1831, 10.º da Independência e do Império".



D. Pedro I assinando a abdicação

Mandou chamar José Bonifácio de Andrada e Silva, que já regressara do exílio a que fôra mandado pelo próprio D. Pedro. Nomeou-o tutor do futuro D. Pedro II e recomendou-lhe a educação do menino que contava cinco anos.

ELUCIDÁRIO

Vergueiro — Nicolau de Campos (1798-1859). Português naturalizado brasileiro. Tomou parte nas lutas pela nossa independência. Era liberal avançado. Tomou parte no movimento pela abdicação de D. Pedro I. Foi membro da regência provisória e em 1832 ministro do Império.

QUESTIONÁRIO

- O que foi a “noite das garrafadas”?
- Que ministério nomeou D. Pedro para satisfazer aos liberais e nativistas?
- Conseguiu os seus intentos?
- Que nôvo ministério nomeou e como a oposição o apelidou?
- Que exigiam agora os contrários ao Imperador?
- Como se deu a abdicação de D. Pedro I?
- Como se despediu de seus filhos? (ver leitura complementar).

DEBATE: Balanço da atuação de D. Pedro I nos 9 anos de reinado.

LEITURA COMPLEMENTAR

AS DESPEDIDAS

Ao lusco-fusco da madrugada de 7 para 8 de abril, o Palácio de São Cristóvam desenhava seu perfil sombrio, dentro do silêncio que se fizera, depois das horas agitadas da noite. Pelo retângulo de algumas janelas, coava-se a luz dos lampeões. Era o gabinete de D. Pedro I.

Assinada a abdicação, o Imperador deveria retirar-se para a Europa. Enquanto remexia a papelada, destruindo o que era inútil e selecionando o que pretendia levar, seu coração batia sob as inquietações que o atormentavam e a emoção profunda daquele momento histórico.



Pensava nos filhos, entregues aos cuidados do govêrno que se instalava e àquêles que o tinham forçado a abdicar. Levaria consigo a Imperatriz D. Amélia e a filha D. Maria da Glória, do primeiro matrimônio, futura rainha de Portugal. Ficavam D. Januária de 9 anos, D. Paula de 8, D. Francisca de 7 e D. Pedro de 5. Punha sua esperança e confiança em José Bonifácio, a quem confiara o amparo e a proteção daquelas crianças.

O embarque na nau "Warspite" estava apazado para o raiar do dia. As montanhas e o mar já se ruborizavam aos primeiros sinais da alvorada. Chegara o instante mais doloroso para o coração de um pai: as despedidas daquelas criaturinhas envolvidas no episódio histórico e ainda incapazes de compreender o que estava acontecendo.

D. Pedro e D. Amélia encaminham-se para o aposento onde dormem as crianças. Felizmente, estão tôdas adormecidas. A luz frouxa de uma lamparina colocada em velho oratório, D. Pedro e a espôsa, de berço em berço, iam beijando aquêles inocentes que só muito mais tarde iriam saber o que fôra a última noite em que seu pai os vira.

Ao chegar ao berço onde o pequenino príncipe herdeiro se achava imerso em plácido sono, o Imperador contemplou-o derramando lágrimas. Beijou-o. Nunca mais o iria ver. Em soluços, sai, num arranco, do aposento. Rompia o sol.

CAPÍTULO X

AS REGÊNCIAS

A criança coroada

Excetuando D. Maria da Glória, que ia com seu pai para a Europa, ficavam no Brasil D. Januária, D. Paula, D. Francisca e o pequeno imperador D. Pedro de Alcântara.

Nascera D. Pedro II em 2 de dezembro de 1825, na Quinta da Boa Vista. Fôra batizado com o nome de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bebiano Francisco Xavier de Paula Leocadio Miguel Rafael Gonzaga.

D. Pedro I, nomeando José Bonifácio tutor de seu filho, escreveu-lhe uma carta pedindo que o educasse “naqueles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar”.

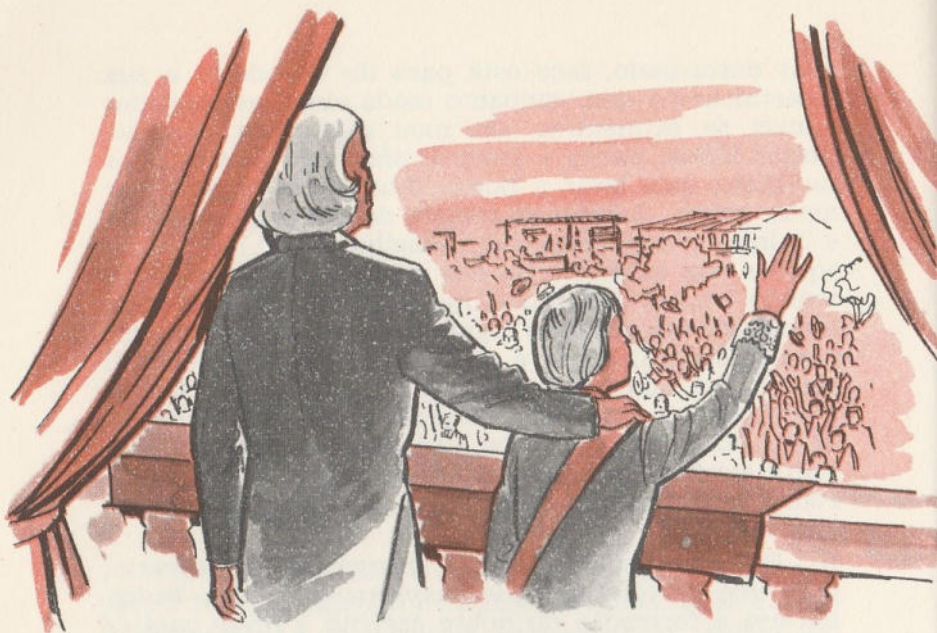
O menino aprendera a ler e escrever muito cedo, ensinado por D. Mariana de Verna. Fizeram-no, com suas garatujas infantis, rabiscar uma carta ao pai, que lhe respondeu: “Meu querido filho e meu imperador — Muito agradeço a carta que me escreveu; mal a pude ler, porque as lágrimas eram tantas que me impediam o ver. Agora, que me acho, apesar de tudo, um pouco

mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e certificar-lhe que, enquanto ainda viver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício, mas levar a honra *ilibada* não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aquêles que cuidarem da sua educação e conte que o mundo o há de admirar e que eu me hei de encher de *ufania* por ter um filho digno da Pátria. Eu me retiro para a Europa; assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e que possa no futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, filho amado, receba a bênção de seu pai, que se retira saudoso e sem mais esperança de o ver. — D. Pedro de Alcântara — Bordo da nau “Warspite, 12 de abril de 1831”.

Entendemos necessária a transcrição dessa carta, para que se veja sob que *auspícios* o menino Pedro iniciava a formação do nobre espírito e firme caráter que o fariam um dos mais altos padrões de homem de Estado.

No dia 8 de abril, José Bonifácio foi tranquilizar os príncipezinhos, que se achavam alarmados por tudo quanto ouviam e conseguiam entender. Ao avistar o pequeno Pedro II, ergueu-o nos braços, com grande emoção e exclamou: “Meu imperador e meu filho!”

A aclamação do nôvo Imperador pelas tropas e pelo povo deu-se a 9 de abril. Brilhante cortejo de carruagens saiu de São Cristovam para o Paço da cidade. Ia D. Pedro II levado por sua camareira-mor, D. Mariana de Verna, futura condessa de Belmonte. Ao entrar o carro, em que o conduziam, nas ruas centrais, o menino assustou-se, não atinando porque motivo o povo avançou para a sua viatura, aos gritos de “Viva o nosso Imperador”. Acalmou-o D. Mariana e, “fazendo parar a carruagem, abriu a portinhola apresentando o infantil soberano às carícias dos brasileiros”. Então, foi um delírio. Os populares desatrelaram os cavalos e puxaram o veículo até ao Paço. Ensinado pela camareira, o imperadorzinho abanava a mão saudando o povo.



Aclamação de D. Pedro II

Debret reproduziu em bela estampa a cena da aclamação. Numa das janelas, aparece o menino trepado numa cadeira e amparado por José Bonifácio; sacode um lenço. Em frente, a tropa apresentando armas, os juizes de paz a cavalo, atrás a massa popular.

A bordo do navio que deveria conduzi-lo à Europa e que ainda estava no Rio de Janeiro, o pai daquela criança coroada ouvia, chorando de orgulho pelo filho e as naturais apreensões paternas pelo futuro, as salvas de artilharia e, vagamente, o clamor da multidão, pontilhado pelas notas metálicas dos clarins e os rufos dos tambores.

Passada a festa...

Entramos agora no tumultuoso período histórico das Regências do Império. Antes de tratarmos dos acontecimentos políticos em todo o país, vejamos o que

se passava no próprio Paço, em relação à tutoria confiada a José Bonifácio e às divergências entre as damas da Câmara Imperial. Em São Cristovam, o Andrada se conduzia tratando com amabilidade a todas as pessoas, mas demonstrando ares autoritários. Não se conformava com a superioridade do tutor D. Mariana de Verna que, de há muito, tudo dispunha no palácio, ao seu arbitrio. Logo se formaram dois grupos, um a favor e outro contra José Bonifácio. Nos primeiros dias em que o Andrada tratava de desincumbir-se de sua missão, a Regência Provisória nomeou para seu lugar o Marquês de Itanhaém e a Câmara dos Deputados declarou nulo o ato do ex-imperador nomeando um tutor para seu filho. Protestou José Bonifácio, declarando "injusta e ilegal a decisão, apesar da fonte que a *emanou*, pois que o justo não vem dos homens, mas sim da Lei Moral gravada por Deus no coração e entendimento humanos".

Em 30 de junho, as Câmaras reunidas elegeram o mesmo José Bonifácio que assumiu efetivamente o cargo a 24 de agosto. De conformidade com as atribuições que lhe eram conferidas, designou os professores do menino Imperador e de suas irmãs: Boulanger, mestre de escrita, primeiras letras e geografia; cônego Boiret, francês; Rodrigues de Sá, desenho; Lacombe, dança; Mazziotti, música; Natanael Lucas, inglês; Vandelli, ciências naturais.

Regência Provisória e a primeira Permanente

No próprio dia 7 de abril, haviam-se reunido 26 senadores e 36 deputados e elegeram uma Regência Provisória composta pelo Marquês de Caravelas, Senador Vergueiro e Lima e Silva. No dia 17 de junho, a Assembléia Geral elegeu a Regência Permanente, que ficou assim constituída: Lima e Silva, Costa Carvalho e Bráulio Muniz.

Tanto a Regência Provisória como a Permanente se viram a braços com imensas dificuldades. O ambiente era de desordem e de conspirações. As medidas foram enérgicas: proibição de ajuntamentos à noite, nas praças e ruas; regulamentação da venda de armas;

supressão de fiança em casos de *flagrantes-delitos*; criação da Guarda Nacional, extinguindo-se os antigos corpos de milícia; estímulo à imprensa sensata e repressão aos desregramentos de jornais exploradores de intrigas e escândalos; fundação de clubes que assumiam a responsabilidade de sustentar as instituições e os poderes constitucionais.

Os homens de bom senso sabiam que agora não mais se justificavam revoluções pela independência que já tínhamos, pelo constitucionalismo que já estava consagrado, pelo nativismo que só poderia criar dificuldades à obra construtiva da Nação. Os eternos revolucionários, jamais satisfeitos, assim não pensavam e todo o esforço da Regência era o de pôr um paradeiro à desordem.

Paixões desencadeadas

No Pará, foi deposto o presidente da Província, que ficou à mercê dos excessos da *facção* vitoriosa. No Maranhão, povo e militares, orientados pelos eternamente insatisfeitos, clamam por medidas cruéis contra os chamados "imperialistas" e inofensivos habitantes portugueses. Na Paraíba, a tropa depõe o seu comandante. Em Pernambuco, revolta-se a guarnição e domina Recife; no dia seguinte, estudantes e povo enfrentam a soldadesca amotinada, matam 300, mandam 800 para Fernando de Noronha. Dois meses depois, insubordina-se novamente uma parte da tropa, mas o governo subjuga os *insurretos*.

No Ceará a coisa é mais grave. A rebelião tem sentido contrário às das outras Províncias. O coronel Joaquim Pinto Madeira, fiel ao ex-Imperador, detestado pelos liberais cearenses, levanta no Crato o grito da revolução em 2 de janeiro de 1832. Dominou toda a região do Cariri. Uma tropa comandada por Labatut vai ao seu encontro. As forças de Pinto Madeira eram de 3.000 homens. Foram desbaratadas. Prêso e julgado por um júri na vila do Crato, condenaram-no à morte. Foi fuzilado em 28 de novembro.

No Rio de Janeiro, a confusão das idéias, o des-
tempêro dos agitados, as reclamações de muitos que,
tendo participado da revolução de abril de 1831, não
se conformavam em que ela tomasse os rumos de uma
linha sensata, mas queriam que ela fôsse às máximas
consequências, tudo isto eram dificuldades criadas por
insanos contra o patriotismo clarividente dos homens
da Regência. Urgia, em tais circunstâncias, reformar
o Ministério, fortalecendo-o com homens vigorosos,
principalmente aquêle a quem se confiasse a pasta da
Justiça. Acharam-no: era o Padre Diogo Antônio Feijó,
caráter enérgico, vontade decidida.

Ação de Feijó

Os viciados e famintos de revoluções, percebendo
que tinham pela frente quem os não temia, começaram
a tramar contra o govêrno. Foi inútil. A rebelião do
26.º batalhão de infantaria foi sufocada. Não demorou
a insurgir-se o batalhão de polícia, auxiliado por uma
parte da guarnição e pelo povo amotinado. Reuniu

Pe. Feijó



Feijó as forças disponíveis e dominou os revoltosos. Os comprometidos foram processados. O ministro impediu que na Câmara passasse um projeto de *anistia*. Foi também suprimido o *habeas-corpus* preventivo.

Feijó criou a Guarda Nacional, como organização de patriotas dispostos a reprimir quaisquer movimentos contra a Constituição.

Pelos fins de setembro, novos tumultos ocorrem no Rio, insuflados pelo major Miguel de Frias, que ganhara prestígio por ter sido o último emissário a D. Pedro I em 7 de abril. O ministro da Justiça abafou a desordem. Uma semana depois, explode uma sedição militar na Ilha das Cobras. É abafada imediatamente.

As paixões políticas não têm lógica nem *coerência*. Adversários de ontem tudo esquecem para se unir objetivando um interesse comum. Assim foi que os "restauradores" (fiéis a D. Pedro I), aliaram-se aos liberais exaltados contra a Regência. O major Miguel de Frias, que estava prêso na ilha de Villegaignon, desembarcou na praia de Botafogo com 300 soldados e tomou posição no Campo de Sant'Ana. As forças comandadas pelo tenente-coronel Sanches Brandão, das quais fazia parte o major Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) dominaram os rebeldes. Mas nova revolta surge em São Cristóvam; é incontínente sufocada.

Propôs Feijó reformas constitucionais visando à pacificação do país. A Câmara não as aceitou; em consequência Feijó e seus colegas demitiram-se.

O grande pretexto para os motins era o receio de que ainda fôsse possível a restauração de D. Pedro I no trono. Boato e nada mais: o Imperador se achava bastante doente e morreu em setembro de 1834.

O Ato Adicional

A reforma constitucional era apoiada pelos liberais moderados. As revoltas nas Províncias decorriam, principalmente, da *antinomia* que sempre constituiu o *esquema* da grande questão brasileira: centralização e descentralização. As Províncias queriam mais *autonomia*.



Bernardo Pereira
de Vasconcelos

A Regência propôs a modificação da Constituição de 1824. Seu *artífice* foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos vultos mais notáveis daquele período histórico. Veio o Ato Adicional. Criava nas Províncias as Assembléias Legislativas em substituição aos Conselhos Gerais. Poderiam elas legislar sobre a organização civil, judiciária e eclesiástica, instrução, desapropriações, funcionalismo, polícia e economia dos municípios, viação e obras públicas. Criava-se o Município Neutro, capital do Império, e deslocava-se a sede da Província Fluminense para Niterói. Estabelecia-se que a Regência do Império fôsse una e o mandato do Regente, eleito pelo voto popular, de quatro anos. O Conselho de Estado ficava suprimido.

O Regente Feijó

Com a morte de D. Pedro I, em setembro de 1834, não houve mais lugar para o partido restaurador. Restaram dois: o “moderado” e o “exaltado”. Ambos apresentaram candidatos ao cargo de Regente. Venceram os “moderados”, elegendo Diogo Antônio Feijó, que obteve maior número de votos sobre seu concorrente Holanda Cavalcanti.

Não governou Feijó, com as simpatias do Legislativo. Habitado a exercer ação enérgica no cargo de ministro da Justiça da Regência Trina, julgou agora poder dispensar, como Regente, o apoio dos parlamentares. O manifesto à Nação, com que assumiu o poder, desagradou à Câmara. Não quis esta ver a grandeza das idéias expostas naquele documento; viu somente o tom autoritário com que se exprimia Feijó, revelando seu caráter ao mesmo tempo leal e arbitrário. Formou-se grande oposição contra seu governo.

As dificuldades que se lhe antepunham, ao assumir o espinhoso cargo, juntavam-se outras que vinham de trás, como a revolução do Pará, a que se deu o nome de "cabanagem", e a dos "Farrapos" que estalara 22 dias antes do início da sua Regência.

A "cabanagem"

A rebelião começou com o *aliciamento* que o cônego Batista de Campos fazia dos "cabanos", gente como as atuais das "favelas" e "mocambos". Vieram cooperar com o cônego o fazendeiro Antônio Malcher, os irmãos Vinagre e Eduardo Angelin. Morrendo Batista Campos num acidente, seus companheiros continuaram a mobilização de sertanejos e, em 7 de janeiro de 1835, tomaram Belém, assassinando o presidente da Província, Bernardo Lobo de Sousa, e o comandante das armas, tenente-coronel Santiago. Formaram governo, assumindo Malcher a presidência da Província.

Indispondo-se com Francisco Pedro Vinagre, Malcher foi assassinado, apoderando-se seu opositor da governança da Província.

A Regência enviou do Rio de Janeiro ao Pará uma esquadra comandada por John Taylor e forças sob o comando do marechal Manuel Jorge Rodrigues. Dominados, os revolucionários retiraram-se de Belém, mas voltaram, reconquistando a capital. Era agora Angelin o presidente. As forças da Regência, comandadas por Soares Andréia e Fedrerico Mariath, subme-

teram os rebeldes, prendendo Angelin. No interior, porém, prolongaram-se as agitações durante as sucessivas Regências.

Da “guerra dos Farrapos”, que durou dez anos, falaremos em lugar próprio.

Realizações de Feijó e sua renúncia

Em dois anos de governo, Feijó apesar de preocupado com a defesa e manutenção da ordem pública, não se descurou do que administrativamente lhe competia: regulamentou a instrução pública na Côrte; introduziu reformas no Exército; autorizou o funcionamento de uma companhia de navegação no rio Doce; reorganizou o serviço das alfândegas, favoreceu a imigração estrangeira.

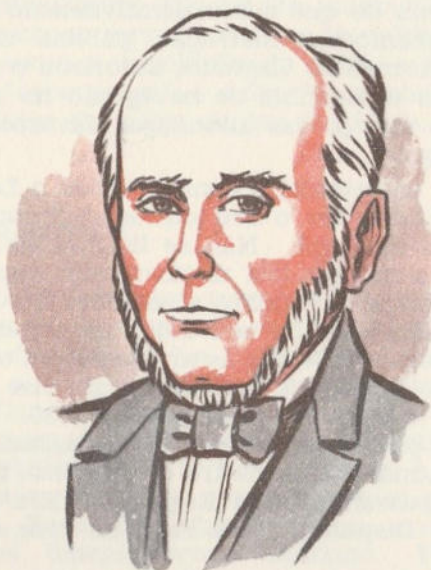
Em 1837, entretanto, o conflito entre o Legislativo e o Executivo iria ter o seu desfecho decorrente do temperamento de Feijó. Não se limitou êle, durante seu governo, a manter fria distância dos representantes do povo, dispensando-lhes a colaboração; passou a francas hostilidades. De seu lado, os parlamentares, magoados, usaram de tôdas as armas contra o Regente, não excluindo acusações *aleivosas*. A crise entre os dois Podêres chegou ao extremo em 1837. Não era Feijó homem para composições e transigências. Chamou Araújo Lima, fê-lo ministro do Império, renunciou em seguida, passando-lhe a Regência. Era o dia 19 de setembro. Dispunha ainda Feijó de mais dois anos de mandato.

Araújo Lima

O ministério de Araújo Lima ficou constituído por Bernardo Pereira de Vasconcelos (Justiça); Marquês de Abrantes (Fazenda); Rodrigues Torres (Marinha); Sebastião do Rego Barros (Guerra); Maciel Monteiro, (Estrangeiros). Sua primeira preocupação foi reconciliar o Executivo com o Legislativo. Grangeou as simpatias da Câmara e criou um clima de tranqüillidade na capital do Império.

Não acontecia o mesmo nas Províncias. No Sul, continuava a guerra dos Farrapos; no norte estalavam desordens. Destas, as mais importantes foram a "sabinada" na Bahia e a "balaiada" no Maranhão.

Na Bahia, o médico Sabino Álvares da Rocha Vieira proclamou a República Baianense. O comandante das armas foi ao encontro dos revoltosos mas seus próprios soldados aderiram ao movimento. O



Pedro de Araújo Lima

presidente da Província refugiou-se num navio de guerra. Mandou Araújo Lima tropas comandadas pelo marechal João Crisóstomo Calado, que cercou os revoltosos por terra, enquanto o comandante Mariath os sitiava por mar. Os republicanos foram derrotados, perdendo na luta 600 homens.

No Maranhão, o famigerado Raimundo Gomes invadiu a 13 de dezembro de 1839, a vila de Manga, ali

concentrando sertanejos e grande número de criminosos, como o chefe, rústicos e sanguinários. A tropa de Raimundo foi para os lados do Piauí. Na vila do Brejo contava mais de 1.000 combatentes. Uma força enviada contra os revoltosos sofreu derrota. A insurreição alastrou-se, tomando a cidade de Caxias. A adesão do terrível Ferreira Balaio deu o nome ao movimento, que se designou por "balaiaada". A situação era crítica para o governo do Maranhão, ilhado na capital. Foi quando a Regência teve a feliz idéia de nomear para presidente da Província, acumulando as funções de comandante de armas, o coronel Luis Alves de Lima, futuro Duque de Caxias. Misto de militar e de hábil político, Alves de Lima, ao mesmo tempo que combatia os rebeldes, acenava-lhes com anistia. Assim, pacificou a Província.

No Rio Grande do Norte, no Piauí, em Alagoas, as desordens não foram tão extensas; na primeira foi assassinado o presidente Manuel Ribeiro; na segunda houve largo movimento de opinião a favor dos rebeldes maranhenses; na terceira os amotinados tomaram o palácio do governo, sendo porém dominados pelas forças legais. Na Paraíba, em Mato Grosso e Goiás deram-se distúrbios. Até em São Paulo houve um começo de sedição na cidade de Franca. E a guerra no Sul continuava...

Em 22 de abril de 1838, passara Araújo Lima da interinidade à efetividade como Regente, alcançando 4.308 votos contra 1981 dados a Holanda Cavalcanti, 597 a Antonio Carlos e 581 a Costa Carvalho. Era a vitória dos conservadores. Não tardou que a oposição lhe antepusesse as maiores dificuldades. No ano seguinte, novas complicações perturbam o governo da Regência, com a escolha de um senador da lista tríplice, pela Província Fluminense. Os ministros queriam Miguel Calmon mas Araújo Lima nomeou Lopes da Gama. O ministério demitiu-se. Ao se instalar a Assembléia Geral em 1839, a oposição na Câmara tinha crescido.

ELUCIDÁRIO

São Cristovam — Palácio residencial da família imperial, no Rio de Janeiro.

Debret — Notável pintor e gravurista francês.

Flagrantes delitos — Prisão no ato ou imediatamente ao ato praticado.

QUESTIONÁRIO

- Com que idade D. Pedro II foi aclamado Imperador?
- Quem D. Pedro I escolheu para tutor de seu filho?
- Que recomendações deu a José Bonifácio e que disse em carta ao pequeno príncipe?
- Como se deu a aclamação de D. Pedro II?
- Que fez José Bonifácio pela educação de D. Pedro II e suas irmãs?
- O que foi a Regência do Império? No início, quantos membros?
- O que acontecia no Rio de Janeiro e nas Províncias?
- Como desempenhou Feijó o cargo de ministro da Justiça?
- O que significou o Ato Adicional à Constituição?
- Como procedeu Feijó como Regente do Império? Que Impressão causou aos deputados e senadores?
- O que foi a revolução chamada “cabanagem” e como terminou?
- Por que Feijó renunciou a seu mandato? Quem o substituiu?
- O que foi a “sabinada” na Bahia e a “balaiada” no Maranhão? Como terminaram?
- Que complicações políticas perturbaram o governo de Araújo Lima?

DEBATE: Teria sido o Padre Feijó o melhor dos regentes?

CAPITULO XI

GOVÊRNO DE D. PEDRO II - 1

A Maioridade

O pensamento dominante no mundo político era o de declarar-se a *maioridade* do Imperador, pondo termo às agitações do regime regencial. Nos meados do ano legislativo de 1839, o Senado propusera a formação de uma comissão mista para colaborar com o Executivo na procura de soluções capazes de acalmar as desordens que se manifestavam no país. A Câmara não concordou e, na sessão de 19 de agosto, Montezuma exclamou: “Se a salvação pública exige que se invista de poderes extraordinários o govêrno regencial, então declaremos logo a *maioridade* do Imperador”. Imediatamente numerosos oradores aplaudiram a idéia. O movimento em seu favor deflagrou-se em tôdas as Províncias. O partido que apoiava a Regência adotou um *alvitre* hábil: apresentou um projeto de reforma constitucional, estabelecendo que o Imperador seria maior antes dos 18 anos. Grande tumulto se verificou na Câmara, porque o processo da reforma seria demorado e a Regência ganharia tempo. Diante disso, Honório Hermeto retirou o seu projeto,

mas as sessões da Câmara se tornaram tempestuosas, sob as manifestações das galerias. Nesse ambiente, Limpo de Abreu propôs que se nomeasse uma comissão para, urgentemente, dar seu parecer sobre o problema.

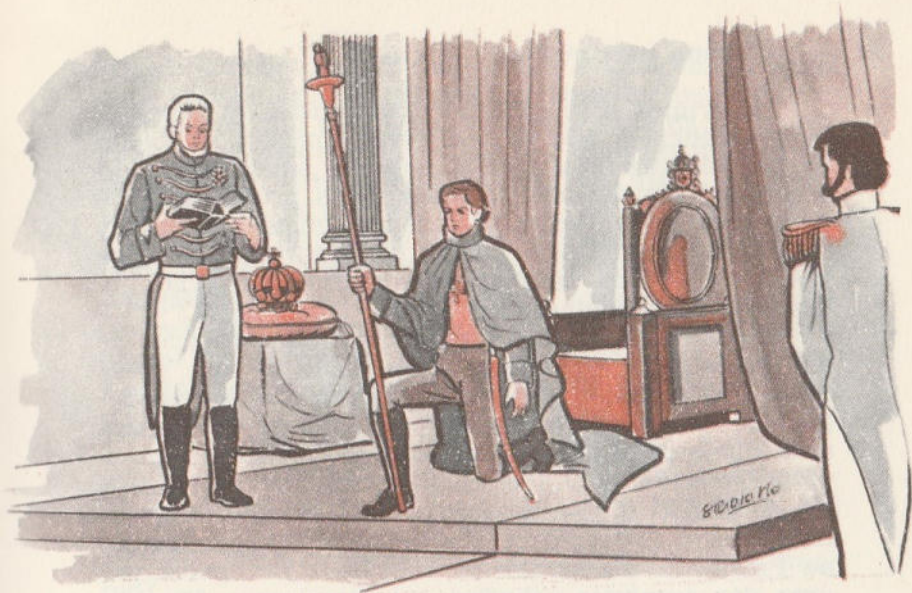
A essa altura Antônio Carlos apresentou um projeto que declarava o Imperador maior. O presidente ia pô-lo em votação, mas eis que chega um decreto da Regência adiando a Assembléia Geral para 20 de setembro. Foi uma explosão de cólera contra o Governo. Aos gritos de "viva a maioria!", "viva D. Pedro II", os deputados, tendo à frente Antônio Carlos, dirigiram-se ao Senado. Grande multidão invadiu o edifício e transbordou para a rua. Senadores e deputados decidiram mandar a São Cristóvam uma delegação para pedir ao Imperador que assumisse o governo. Concordeu D. Pedro II.

No dia seguinte, no Senado, afluíram os parlamentares das duas casas do Legislativo. Nas galerias e nas imediações do edifício apinhava-se uma multidão de mais de 10.000 pessoas. Às 11 da manhã, o Marquês de Paranaguá, presidente do Senado, abre a sessão e põe-se de pé. Todos fazem o mesmo. Em alta voz, Paranaguá pronuncia estas palavras: "Eu, como órgão da representação nacional em Assembléia Geral, declaro, desde já, maior, Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro II e no pleno exercício dos seus direitos constitucionais". *Reboaram* aclamações dos parlamentares e do povo.

Às três e meia da tarde, com um *séquito* majestoso, chega o Imperador àquela casa do Congresso. Delirante o entusiasmo do povo. Conduzido ao recinto, senta-se D. Pedro II no trono. Depois, ajoelha-se e repete, pausadamente, as palavras do juramento que vão sendo lidas pelo secretário do Senado.

Estava-se no dia 23 de julho de 1840. A maioria não fôra decretada após uma *tramitação* regimental e obedecendo a normas constitucionais; fôra o resultado de uma revolução.

O período regencial durara 9 anos, o mesmo tempo do reinado de D. Pedro I.



Juramento de D. Pedro II

O Ministério da Maioridade

Contava D. Pedro II 14 anos e 7 meses de idade. Já era, entretanto, um espírito *precocemente* amadurecido, não só pelos estudos e conselhos de seus mestres, como pelo sofrimento, o melhor dos mestres. Em tenra idade, separaram-no do pai, que nunca mais viu; percebeu as lutas no Paço e no Governo relacionadas com a sua educação; órfão de mãe, mal saíra do berço, tinha 9 anos quando também morreu seu progenitor; principiou a entender o que se passava nos tormentosos dias da Regência; madrugou nêle a consciência da responsabilidade que teria sobre os ombros.

O primeiro Ministério que organizou após a proclamação da sua *Maioridade* foi, como hoje se diz, de alto gabarito: Império, Antônio Carlos; Justiça, Limpo de Abreu; Estrangeiros, Aureliano Coutinho; Fazenda, Martim Francisco; Marinha, Holanda Cavalcanti; Guerra, Cavalcanti de Albuquerque. Nota-se que D. Pedro II procurou conciliar elementos contrastantes, visando a união nacional acima dos partidos.

Sistema parlamentar

Os grupos e *facções* políticas existentes desde a independência e que se delinearam mais nitidamente no período regencial foram, pouco a pouco, tomando a consistência de dois partidos. Nos primeiros anos do reinado de D. Pedro II, já se exprimiam, como correntes na luta pelo poder, os conservadores e os liberais. Era na base dessa dualidade que iria funcionar o parlamentarismo.

O sistema parlamentar consiste na formação de um ministério sob a responsabilidade de um presidente que escolhe os titulares para as diversas pastas. Esse presidente deve merecer a confiança da Câmara e do Chefe de Estado. Efetivamente, o sistema consagrou-se em 1847, tendo-se criado a Presidência do Conselho de Ministros. No caso brasileiro, quando a Câmara manifestava por votos a sua desconfiança em relação ao Presidente do Ministério, o Imperador optava por uma das seguintes soluções: ou dissolver a Câmara, convocando novas eleições, ou destituir o Ministério, substituindo-o por outro.

O parlamentarismo vigorou durante mais de quarenta anos, até à proclamação da República.

Revolução dos Farrapos

Entre os problemas que se apresentavam, logo após a *Maioridade*, certamente o mais grave era a revolução que, desde 1835, estalara no Rio Grande do Sul e ainda continuava.

Como interpretar essa revolução, que produziu heróis famosos, que revelou tanta constância numa guerra prolongada por dez anos? Alguns lhe dão o caráter de separatismo, outros de apenas republicano. O mais certo é considerá-la um efeito daquele desequilíbrio a que nos temos referido em outras passagens deste livro, entre os anseios autonomistas das Províncias e a *hipertrofia* do Poder Central.

Dissemos, quando tratamos da Independência, que a sabedoria de José Bonifácio esteve em ligar a nossa emancipação política à dinastia tradicional, evitando

o esfacelamento do Brasil, como aconteceu na América Espanhola. As Regências, vivendo dias difíceis, não inspiravam confiança na estabilidade da união nacional. *Ideológicos e demagogos* criavam no Rio de Janeiro um clima de agitações que nada de bom prometia ao país.

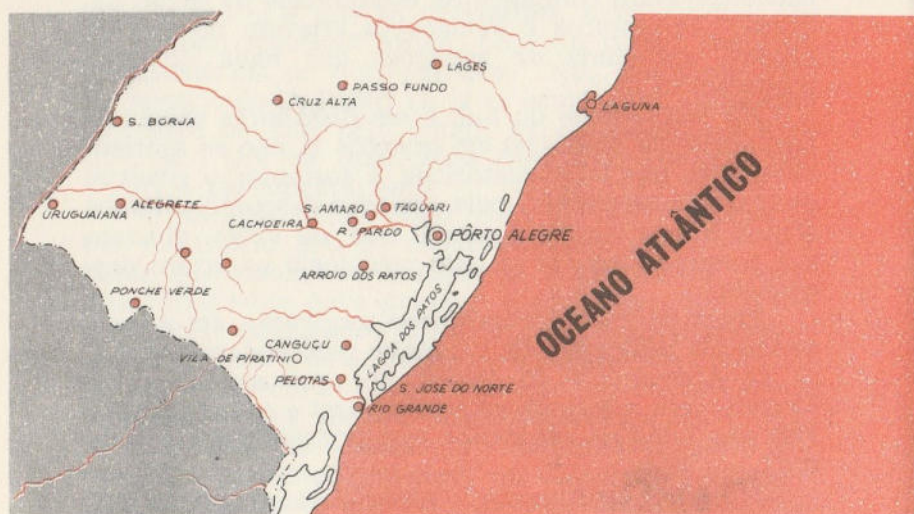
No Rio Grande do Sul, êsses dissabores encontraram ambiente favorável em quantos já não se sentiam obrigados, por laços históricos, a sustentar o governo central. Sobrevieram, pois, grandes descontentamentos contra o arbítrio dos homens que, de longe, ditavam sua vontade a um povo cuja psicologia pareciam desconhecer.

Fator de importância, como inspiração, foi a independência uruguaia. Se o vizinho país pudera libertar-se da Argentina e do Brasil, por que motivo o Rio Grande, com a mesma estrutura rural e o mesmo espírito das lutas na campanha não poderia fazer o mesmo?

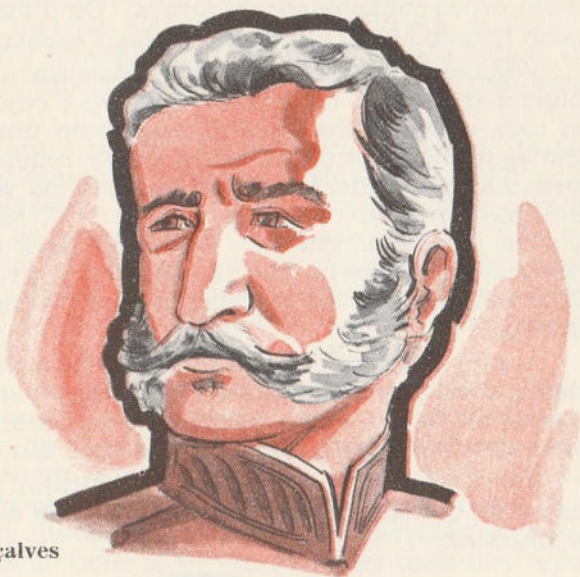
No fundo, entretanto, o coração rio-grandense palpitava unísono com o sentimento da unidade da grande Pátria. Por isso, quando os heróis gaúchos proclamaram a República de Piratini, declararam, como a desculpar-se, perante seus irmãos brasileiros, que ficariam separados até que as demais Províncias, tornando-se também republicanas, formassem, com êles, uma Federação. Mas vejamos os acontecimentos.

A 20 de setembro de 1835, preparavam-se as forças insurretas no local denominado Azenha, com o fim de atacar Pôrto Alegre e depor o presidente Fernandes Braga. Mandou êste, pequena tropa, para conter os rebeldes, mas esta foi rechassada. Temeroso, Braga partiu para a cidade do Rio Grande, onde instalou o governo. O chefe da revolução, Bento Gonçalves entrou vitorioso em Pôrto Alegre, empossou no governo o vice-presidente Mariano Pereira Ribeiro e colocou o coronel Bento Manuel como comandante de armas.

Chegando a notícia ao Rio de Janeiro, Feijó nomeou novo presidente para a Província. Era José de Araújo Ribeiro. No entanto, na mesma ocasião, a Assembléia Legislativa empossava um presidente revolucionário: Américo de Melo.



Fato auspicioso para o governo do Rio de Janeiro ocorreu em seguida: Bento Manuel Ribeiro, caudilho de largo prestígio, abandonava os rebeldes, aderindo às forças legalistas. O resto do ano decorreu assinalado por encontros entre “imperiais” e revolucionários, sendo êstes, quase sempre, derrotados. Em junho de 1836, as forças legais apoderaram-se de Pôrto Alegre. Fôra uma façanha do major Marques de Souza, auxiliado pelo velho marechal Mena Barreto. Os revolucionários, longe de perder o ânimo, prosseguiram na luta. Além da vitória no Arroio dos Ratos, lograram estrondoso triunfo no combate de Seival. Comandava as tropas da revolução Antônio de Souza Neto que, no dia seguinte a êste êxito, proclamou a República. Já Bento Gonçalves não se achava na chefia geral do movimento; fôra prêso, depois de lutar vigorosamente na ilhota do Fanfa, onde o sitiara a esquadrilha imperial, e remetido para o Rio de Janeiro, com outros oficiais. Ao proclamar a República na vila de Piratini, não se esqueceram os chefes do herói ausente: elege-



Bento Gonçalves

ram Bento Gonçalves para a presidência e Vasconcelos Jardim para exercer o cargo durante o impedimento daquele.

Como dissemos, os homens do Rio de Janeiro não compreendiam os do Rio Grande do Sul, e, assim, cometeram o grave erro de nomear para presidente da Província, em substituição de Araújo Ribeiro, o general Antero de Brito. Vaidoso e convencido, o general, chegando a Pôrto Alegre, intimou seu antecessor a sair imediatamente da Província; percebendo o prestígio e autoridade de Bento Manuel, que lhe fazia sombra, começou a agir em relação ao grande cabo de guerra de modo a levá-lo à renúncia de comandante das armas; finalmente, certo de que a sua simples presença acabaria com a revolução, comunicou a Bento Manuel que iria visitar o acampamento legalista de Alegrete. Nas cercanias da cidade vieram ao seu encontro 100 cavalarianos e Brito imaginou que era uma guarda de honra que lhe enviava Bento Manuel; com decepcionante surpresa, verificou que se tratava de uma escolta

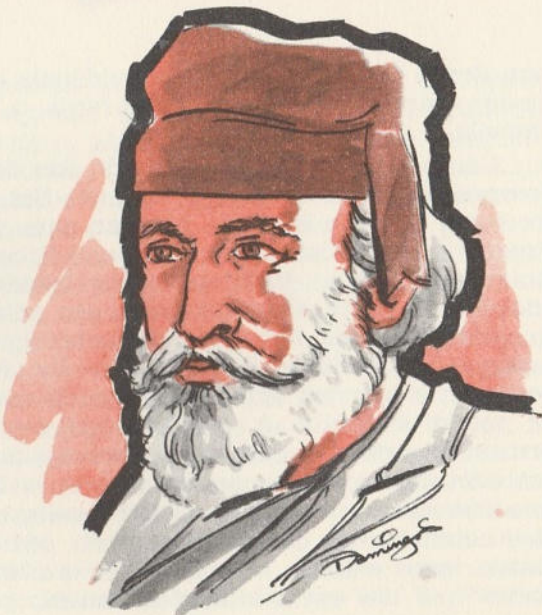
para prendê-lo, o que foi feito, sendo levado ao acampamento do ex-comandante de armas. Os oficiais do seu *lusido* Estado Maior conseguiram fugir espavoridos.

Voltava Bento Manuel a confraternizar com os revolucionários, cujo entusiasmo cresceu e cujo domínio, em toda a campanha, alastrava-se como um incêndio. Era agora Rio Pardo, tomada pelos republicanos, e Pôrto Alegre sitiada. A maior das alegrias veio coroar os êxitos dos insurretos: em fins de 1837, surgia entre os seus, Bento Gonçalves. Remetido para a Bahia e encerrado no Forte do Mar, conseguira fugir, chegando disfarçadamente a Santa Catarina e dali atingira o Rio Grande.

Araújo Lima, que assumira a Regência do Império, manda novo presidente para Pôrto Alegre, o marechal Elisário de Brito. Como o outro Brito, parecia não ter sorte, pois foi no seu governo que caiu Rio Pardo.

Em março de 1838, chegou a Piratini Giuseppe Garibaldi, que assumiu o comando de uma esquadilha de *lanchões*.

Garibaldi



Bento Gonçalves, verificando que todo o Rio Grande do Sul está em seu poder, restando aos imperiais apenas Pôrto Alegre, São José do Norte e a cidade do Rio Grande, lança um manifesto aos povos das Américas.

Vai agora o próprio Ministro da Guerra ao teatro dos acontecimentos. Examina a situação e volta para o Rio de Janeiro, não se sabe porque razões acreditando que os republicanos estão nos últimos dias do seu domínio. Talvez as suas suposições se devessem ao fato de, apesar das promissoras condições da revolução, acharem-se os republicanos bloqueados pelas forças navais do Império.

Ocorre, em tais *conjunturas*, um episódio grandioso. Os *lanchões* republicanos estão prisioneiros nos recôncavos da Lagoa dos Patos e os revolucionários precisam atingir o mar. Concebe, então, Garibaldi um plano sobre-humano: levar os pequenos navios por terra até o litoral. Sôbre grandes carretas puxadas por dezenas de bois, lá se vão as rudes naus dos republicanos. Atingem o lago de Tramandaí; entram no oceano. Tornou-se possível o ataque a Santa Catarina.

Vai por terra David Canabarro com 1.000 homens, toma Lages, junta-se às forças de Garibaldi e, em ação conjugada, apoderam-se de Laguna. Em 24 de julho de 1839, proclamam a República Catarinense. Ali Garibaldi conhece Anita que será sua espôsa e se destacará como heroína nas guerras em que seu marido se empenhou no Brasil e na Itália.

Durou pouco a República Catarinense. Em 15 de novembro de 1839, o marechal Soares Andrea retomou Laguna. Ganhou com isso a nomeação de presidente do Rio Grande do Sul. Teve sorte: Bento Manuel desliga-se novamente dos revolucionários e passa-se para as forças imperiais.

Nessa altura, chega ao Rio Grande do Sul a notícia da maioridade de D. Pedro II. O Imperador dirigiu um manifesto aos revolucionários, prometendo *anistia* e determinando às tropas imperiais a suspensão das hostilidades. Fracassaram as tentativas de paz. Sem grandes sucessos, decorre o ano de 1841, sendo nôvo

presidente do Rio Grande o Dr. Saturnino de Oliveira e comandante das armas o Conde do Rio Pardo.

Novos entusiasmos incendeiam os revolucionários com as notícias do que ocorre em São Paulo e Minas. Tais entusiasmos demonstraram que os rio-grandenses não queriam estar separados do Brasil, desejando que as outras Províncias também se levantassem para constituírem uma Federação, conservando a Unidade Nacional.

Interrompamos a narrativa da guerra dos Farrapos (ou Farroupilhas) para tratarmos dos sucessos que tanto estavam animando aos revolucionários gaúchos.

São Paulo e Minas rebelados

A dissolução da Câmara dos Deputados e a organização de novo Ministério, a restauração do Conselho de Estado, a reforma do Código do Processo, e outras medidas, provocaram em 1841 gerais descontentamentos no partido liberal. Campanhas pela imprensa, agitação nos clubes, bem revelavam o estado de ânimo em que se encontravam os liberais, agora apeados do poder. Em princípios de 1842, começaram as conspirações visando um recurso às armas, acertando-se que mineiros e paulistas se levantariam na mesma ocasião.

Em 17 de maio de 1842, estalou a revolução em Sorocaba, tendo à frente o Brigadeiro Tobias de Aguiar, que fôra demitido de presidente da Província pelo governo do partido conservador. Proclamou-se agora presidente e dirigiu um manifesto ao povo paulista, partindo com suas forças para tomar a capital. Em caminho, a tropa do Brigadeiro Tobias avistou as que vinham ao seu encontro comandadas pelo então Barão de Caxias. Detiveram-se os adversários. Tentou Caxias convencer o Brigadeiro a depor as armas. Não o conseguindo, rompeu o ataque. Os revoltosos recuaram. Em Campinas, as forças de To-

bias tinham sido expulsas pelas da legalidade. Delibera o Brigadeiro retomar aquela cidade. Próximo a Itu, é avisado de que as tropas de Caxias se aproximam novamente e que a própria cidade está em poder dos conservadores. O Brigadeiro Tobias voltou a Sorocaba, mas Caxias foi-lhe ao encalço. Não encontrou ali nenhum revolucionário a não ser o Padre Feijó, que aderira à revolução de Tobias. Restava agora o *reduto* liberal de Lorena, chefiado pelo Padre Teotônio de Castro, o qual foi facilmente dominado.



Duque de Caxias

Em Minas a revolução começou em Barbacena. Aclamou presidente da Província ao tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. O levante estendeu-se por Queluz (hoje Lafayette), Pomba, Sabará e São João Del Rei, sendo nesta cidade instalado o governo revolucionário. Os combates em Minas foram próximos a Queluz, depois no arraial de Santa Luzia.

Entre um e outro, houve uma reunião dos responsáveis pelo movimento, com a presença de Teófilo Ottoni, figura de alto relêvo na política brasileira e chefe intelectual da revolução mineira. Dando balanço à situação, propôs que todos depusessem as armas e se apresentassem ao Barão de Caxias. Não concordaram alguns, principalmente pelo motivo de haverem os insurgentes recebido grandes reforços. Encontrava-se Caxias em Ouro Preto e sabendo que os revoltosos marchavam para o norte, foi-lhes em perseguição e deu-lhes combate. Responderam os mineiros com rara bravura e por pouco não derrotaram as tropas imperiais. Por fim, não puderam resistir e bateram em retirada no rumo da Lagoa Santa, onde se dispersaram. Processados os cabeças, a maior parte foi absolvida, não havendo condenações à morte. Depois, todos foram anistiados.

Fim da revolução dos farrapos

Andavam os legalistas desanimados quando o Governo Imperial nomeou o Barão de Caxias presidente do Rio Grande do Sul, tomando posse em 9 de novembro de 1842. Vinha credenciado o futuro Duque pelas pacificações que conseguira no Maranhão, em São Paulo e Minas.

Não foi fácil a Caxias apaziguar em curto prazo o Rio Grande do Sul. Considerando as armas apenas o suporte de uma política de conciliação, teve de usá-las com energia para criar um clima propício a seus objetivos pacificadores. Os dois anos de 1843 e 1844 foram de sucessivos embates entre as forças imperiais e as dos revolucionários. Notava-se, entretanto, que ao cabo de dez anos, êstes já se mostravam fatigados e com desejo de pôr um término a tão *afanosas* lutas. Além do mais, Caxias tinha cortado as ligações dos revolucionários com o Uruguai, de onde lhes vinham armamentos e cavalos. Estavam, também, sujeitos à superioridade da artilharia e da infantaria imperiais,

que anulavam o heroísmo da sua cavalaria. Tinham sido derrotados em Poncho Verde, Piratini e Canguçu. Seus recursos não permitiam a continuação de uma guerra longa. Começaram as conversações entre Caxias e os insurretos Bento Gonçalves, Souza Neto, Canabarro e Vasconcelos Jardim. Assentou-se que iria ao Rio de Janeiro um representante dos revolucionários e outro de Caxias, respectivamente Antônio Vicente da Fontoura e o coronel Marques de Souza.

No dia 1.º de maio de 1845 Canabarro e Caxias declararam que a guerra estava terminada. As condições eram honrosas para os rio-grandenses: os oficiais do seu exército poderiam, se quisessem, incorporar-se ao Exército Imperial com os mesmos postos, excetuando os generais; os escravos que houvessem prestado serviços à República teriam *carta de alforria*; seria assegurado aos revolucionários o direito à vida e às suas propriedades.

Revolução praieira

Estamos em 1848. A adaptação dos partidos e do povo à técnica do sistema parlamentar ainda não se fizera de todo. As mutações ministeriais provocavam abalos e rebeliões.

Havia, no Recife, um jornal chamado "Diário Nôvo", cuja redação estava na Rua da Praia. Tomou o nome de "praieiro" e era órgão do partido liberal. Quando caiu esse partido, subindo o conservador, o primeiro ministro, Araújo Lima, substituiu o presidente de Pernambuco, Chichorro da Gama, que era "praieiro", por Herculano Ferreira Pena. Começou êste a demitir os funcionários liberais, nomeando para seus lugares elementos de confiança do partido conservador. Crescendo a indignação dos "praieiros", promoveram êstes uma insurreição que estalou em Olinda, a 7 de novembro de 1848. Aderiram senhores de engenho; foram lançados manifestos.

Concentrados em Água Preta, sob o comando de Nunes Machado, que contou com a colaboração do republicano Borges da Fonseca, os rebelados atacaram Recife. Foram batidos pelos legalistas, morrendo no combate Nunes Machado. Não se conformando com a derrota, os "praieiros" foram para o interior, chefiados por Pedro Ivo, João Roma e Bernardo Câmara, enquanto seus aliados republicanos se assenhoreavam de várias cidades da Paraíba.

Alguns meses depois, desanimados pelas derrotas e decepcionados pelas deserções, os revolucionários não puderam mais continuar a luta. Seus chefes, Abreu e Lima, Castro Tavares e Borges da Fonseca, foram presos e remetidos para Fernando de Noronha. Quanto a Pedro Ivo, afundou-se pelo sertão, por onde andou errante durante um ano. Por fim, a conselho de seu pai, apresentou-se às autoridades. Foi enviado para o Rio, sendo condenado e passando a cumprir a sentença na fortaleza da Lage. Conseguiu fugir, embarcou para a Europa e morreu em viagem.

A revolução "praieira" foi a última a perturbar internamente o governo de D. Pedro II.

ELUCIDÁRIO

Montezuma — Francisco Acaiaba, Visconde de Jequitinhonha — Homem de grande ação literária e política, nos dias da Independência e nos sucessos a ela subsequentes.

Piratini — Município rio-grandense do sul, entre Caçapava, Herval, Canguçu e Cacimbinhas.

Garibaldi — (Giuseppe). General italiano (1807-1882). Teve uma vida agitada até sua vinda para o Rio de Janeiro em 1836. Tomou parte na revolução dos "farrapos", mais tarde na guerra contra Rosas. Regressando à Itália, lutou contra franceses e austríacos. Foi herói destacado em prol da independência e unificação italianas.

QUESTIONÁRIO

- Como se deram os acontecimentos que determinaram a declaração da maioria de D. Pedro II? Quantos anos tinha ele, quando subiu ao trono?
- Como foi organizado o primeiro ministério do segundo imperador?
- Que é o sistema parlamentar?
- Quando começou e quanto tempo durou a revolução dos “farrapos”?
- Os revolucionários gaúchos eram contra a Unidade Nacional?
- Que motivos os levaram a insurgir-se?
- Quem eram os chefes dessa Revolução?
- Em que cidade foi proclamada a República pelos revolucionários? Que disseram em seu manifesto?
- Que aconteceu ao general Antero de Brito?
- Como se deu a prisão e a fuga de Bento Gonçalves?
- Quais os principais combates?
- Qual foi a façanha de Garibaldi e quem era ele?
- Quando e por quem foi proclamada a República Catarinense?
- O que foi a revolução de São Paulo e Minas em 1842 e quem pacificou os paulistas e mineiros?
- Para que cargo foi nomeado Caxias, no Rio Grande? Como agiu para submeter os revolucionários? Quantos anos levou para conseguir?
- Em que data terminou a revolução dos “farrapos”, ou “farroupilha”?
- O que foi e o que motivou a revolução “praieira” em Pernambuco?
- Como foi sufocada e julgados os seus chefes?

DEBATE: A serenidade de D. Pedro II fator de unificação da Pátria.

CAPITULO XII

GOVÊRNO DE D. PEDRO II - 2

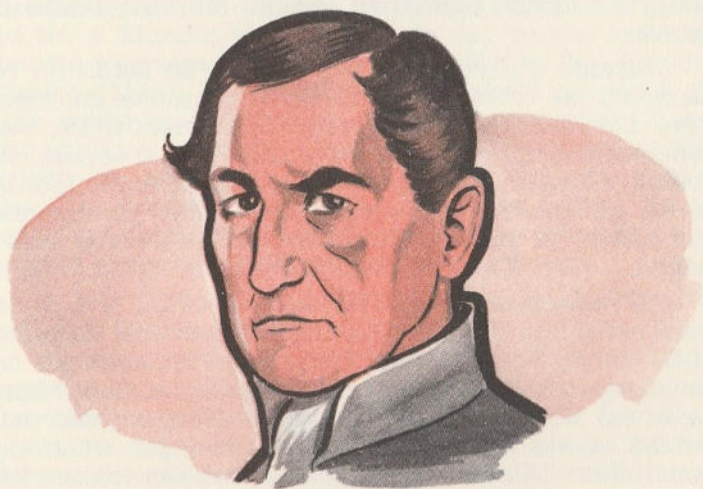
Brasil contra Inglaterra

Ultrapassada a primeira metade do século XIX, a consolidação das instituições e a entrada do país no normal funcionamento do sistema parlamentar trouxeram a paz interna propiciando o progresso econômico e cultural do Brasil. Começávamos a sentir a nossa força como nação, quando ocorreram pequenos fatos que se avolumaram, tornando-se acontecimento internacional e abalando a nossa opinião pública. Foi a chamada "Questão Cristie".

Era ministro inglês no Rio de Janeiro o insensato William Cristie, a mais perfeita negação das qualidades para as funções diplomáticas. O primeiro incidente provocado por êsse representante da Grã-Bretanha foi em consequência do naufrágio do navio inglês "Prince of Wales", nas costas do Rio Grande do Sul. Encailhado num baixio, a sua carga desapareceu. As autoridades brasileiras abriram inquérito, visando a descobrir os culpados, mas Cristie não esperou pelo resultado das investigações, exigindo o pagamento imediato de 3.200 libras de indenização. Impunha ainda a presença de um oficial britânico junto às autoridades brasileiras que procediam ao inquérito.

A atitude do inábil diplomata irritou o Ministério e, mais ainda, o Imperador. As investigações prosseguiram, sem ingleses nelas metidos, mas não se passaram muitos meses e o violento Cristie criava outra situação mais ofensiva aos brios brasileiros. Três oficiais da marinha inglesa, à paisana e completamente embriagados, foram presos num conflito com populares, provocado por desordens que haviam promovido. Desmandaram-se em insultos à autoridade policial, a qual, tendo-os identificado, pô-los em liberdade logo que se lhes passaram os vapores alcoólicos. O arbitrário Cristie fez desse episódio um caso de suma gravidade para as relações entre o Brasil e a Inglaterra. Declarando ter sido ofendida a Marinha de Sua Majestade Britânica, exigiu a punição dos policiais brasileiros.

Nosso Governo nenhuma atenção deu a tão tresloucadas imposições. Então, Cristie ameaçou o Império de medidas *drásticas*.



Leopoldo I

De fato, no dia 30 de dezembro de 1862, o almirante Warren, de acôrdo com o ministro inglês, aprisionou cinco navios brasileiros. O povo do Rio de Janeiro, mais do que a nossa diplomacia, resolveu o problema: saiu às ruas, em manifestações de cólera, ameaçou arrasar os estabelecimentos comerciais ingleses da Capital do Império e assaltar as residências dos súditos britânicos. Amedrontado, propôs Cristie fôsse a questão resolvida por *arbitragem*.

O rei da Bélgica, Leopoldo I, tio da Rainha da Inglaterra, foi aceito como árbitro por ambas as partes. Antes, porém, para que não se pensasse que o Brasil brigava por mesquinhas questões de dinheiro, D. Pedro II mandou pagar as 3.200 libras reclamadas pelo governo britânico. Restava o aspecto moral da contenda: a honra brasileira ofendida. O rei Leopoldo ofereceu um *laudo* totalmente favorável ao Brasil; ficava a Inglaterra obrigada a pedir desculpas ao nosso Imperador. Esperava-se essa atitude digna e leal do governo britânico, o qual, como se diz popularmente, fêz ouvidos de mercador. Diante do prolongado silêncio inglês, o Governo Imperial cortou as nossas relações diplomáticas com a Inglaterra, sendo retirado de Londres o nosso ministro Carvalho Moreira, Barão de Penedo.

Durante o período de lutas, antes do *laudo* do rei Leopoldo, as cartas de D. Pedro II à rainha da Inglaterra foram expressivas e uma delas comovente, verdadeiramente profética, a prenunciar o que seriam, no futuro, o Brasil e a Grã-Bretanha a qual, então, abusava do seu poder para coagir uma nação jovem, mas que estava se preparando para uma esplêndida maturidade. (Ver Elucidário, ao fim desta lição).

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra estiveram cortadas até 1865. Nesse ano, achando-se D. Pedro II em Urugaiana, quando da rendição daquela praça pelos paraguaios, ali chegou o ministro inglês em Buenos Aires, Edward Thorton, enviado pela Rainha e, em nome dela, pediu desculpas ao nosso Imperador. No fundo, havia interesses comerciais e não impositivos morais. Reataram-se as relações entre os dois países.



Rosas

Guerra contra Rosas

O Tratado de Madri, de 1750, traz o germe do pan-americanismo. No período da independência dos povos do Nôvo Mundo, a solidariedade das nações americanas foi expressa por Monroe, presidente dos Estados Unidos (1823), a qual não dizia respeito apenas à defesa recíproca dos países do nosso continente diante das ameaças européias, mas também à sustentação dos princípios democráticos em oposição aos do absolutismo e, portanto, contra as ditaduras. Esse pensamento norteou os estadistas brasileiros visando a sustentá-lo onde estivesse ameaçado.

É sob esse ângulo interpretativo que devemos ver a guerra contra Rosas.

A independência do Uruguai destruíra o sonho argentino da anexação desse país e do Paraguai, restaurando-se o Vice-Reinado do Prata sob a forma republicana. A idéia, que se achava em estado *latente*, *corporificou-se* na política de D. Juan Manuel Rosas. Suas vistas se voltaram para Montevidéu, onde contava com a colaboração de Lavalleja e Oribe.

Eleito presidente do Uruguai, Frutuoso Rivera procurou apaziguar e atrair os dois caudilhos, nomeando Manuel Oribe seu ministro da guerra. De acôrdo com Rosas, Oribe comportou-se com tamanha falsidade que Rivera, ao fim do mandato, o fêz seu sucessor.



Oribe

Oribe arrancou a máscara. Iniciou e prosseguiu uma política de hostilidade contra Rivera, a quem devia sua posição. O prestígio, o poder de *aliciamento* de correligionários fazem de Rivera uma figura fascinante. Mobiliza o povo contra Oribe, que se vê forçado a renunciar, acolhendo-se em Buenos Aires.

Na Argentina, com o auxílio de Rosas, Oribe organizou um exército para invadir o Uruguai. Pôs-se em marcha. Derrotou as tropas de Rivera em Arroio Gran-

de e degolou 800 prisioneiros. Prosseguiu rumo a Montevideu, sitiando a cidade por terra, enquanto os navios de Rosas a bloqueavam.

O sítio de Montevideu durou nove anos, causando pasma em todo o mundo. O escritor francês Alexandre Dumas chamou-a "Nova Tróia".

No interior do país, a luta foi tremenda. As forças de Oribe, como as de Rivera eram de cavalaria. Multiplicavam-se os "*entreveros*" em furor sanguíneo. Finalmente, ocorre grande desastre para Rivera: é derrotado em Paso de la Palomba. Sem desânimo, reorganiza o exército e inflige pesada derrota ao adversário em Sólis. Delibera libertar Montevideu. Mas agora Oribe se fortalece com as tropas do general Urquiza, como ele, partidário de Rosas. Em vários encontros, Rivera é infeliz; por fim foi desbaratado na batalha de Índia Muerta, partindo para o Rio Grande do Sul, de onde se passou ao Rio de Janeiro.

A França e a Inglaterra, depois de fatigantes tentativas para terminar o conflito, perderam a paciência e resolveram entrar em ação com suas esquadras. O tirano Rosas solicita, quase em tom impositivo, a ajuda do Brasil contra a intervenção daquelas potências, mas o Governo Imperial declara a sua neutralidade. Mostram-se, entretanto, ineficientes e tímidas as intervenções francesa e inglesa e Rosas, cada vez mais, se manifesta arrogante e soberbo.

A essa altura, por conta própria e sem cogitar do *assentimento* da autoridade imperial, os bravos riograndenses do sul organizam guerrilhas e entram no território uruguaio, dispostos a pôr termo às astúcias de Oribe. Rosas rompeu as relações diplomáticas com o Rio de Janeiro.

Prudentemente, o Governo Imperial tratou de firmar alianças com os inimigos de Rosas. Para o comando das tropas brasileiras foi nomeado o então conde de Caxias (futuro marquês e depois duque). Nossa esquadra era chefiada por Grenfell. Como representante diplomático junto aos aliados, foi designado Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná.

A arrogância de Rosas agora atinge ao auge. Proclama ser seu objetivo anexar à Argentina o Uruguai e também o Rio Grande do Sul. Tal declaração despertou nas tropas brasileiras indescritível entusiasmo em combatê-lo.



Grenfell

Em 4 de maio de 1851, surgiram os 16 navios de Grenfell na barra da capital uruguaia. O general Urquiza, anteriormente indeciso, deliberou entrar no Uruguai com 10.000 homens. De Livramento, Caxias marchou com sua tropa. Vendo-se perdido, Oribe capitulou em 8 de outubro de 1851. Cumpria agora atingir Buenos Aires. O ponto de encontro era em território argentino, na cidade de Diamante. Restava subir o rio Paraná. A 1.^a Divisão do Exército Brasileiro, sob o comando de Manuel Marques de Souza, futuro conde

de Pôrto Alegre, seguia em seis navios que encontraram sério obstáculo no Passo de Toneleros. Ali, com 16 canhões e 2.000 homens, o general Mansilha lutou desesperadamente para impedir a passagem da esquadra imperial mas teve que ceder.

A 20 de dezembro de 1851, estavam concentradas as tropas de Entre-Rios, Corrientes, Uruguai e Brasil. Eram 24.000 homens. Puseram-se em marcha para Buenos Aires. Ao mesmo tempo, Grenfell e Caxias seguiam por mar. O navio em que iam foi audaciosamente fundear a três quilômetros da chácara em que residia particularmente Rosas.

Cercado por mar e por terra, deliberou o ditador ir êle próprio, à frente de seu exército de 22.000 homens, procurar o inimigo. Colocaram-se suas tropas numa colina denominada Monte Caseros. A batalha começou a 3 de fevereiro de 1852. Durou muitas horas. Com ódio irreprimível contra os brasileiros, Rosas mandou que sua artilharia visasse, de preferência, as nossas tropas. De nada valeu o expediente, porque, salientando-se entre os aliados pelo seu ímpeto indomável, nossos soldados avançavam com tal denodo, que eram os primeiros a chegar nas proximidades da casa de cuja varanda Rosas assistia ao desenrolar dos combates. Um ajudante de ordens veio aflitivamente avisar o tirano, que, com a rapidez do avanço dos batalhões brasileiros, dentro de dez minutos atingiriam aquêlo local. Imediatamente Rosas desceu da varanda com o seu *séquito*, montando todos a cavalo galoparam a tóda *brida* para Buenos Aires. Ali, pediu asilo ao ministro inglês e seguiu para a Inglaterra, desembarcando em Plymouth e fixando residência em Southampton, onde viveu seus últimos dias.

Ganha a famosa batalha, as tropas brasileiras e aliadas desfilaram pelas ruas de Buenos Aires. Estava restituído à Argentina o regime da democracia e libertada a América do Sul dos sonhos expansionistas de um tirano que, não se contentando em oprimir seus compatriotas, pretendia ainda fazê-lo contra os povos vizinhos.

Guerra contra Aguirre

A luta interna entre “blancos” e “colorados” no Uruguai reacendera-se depois da derrota de Oribe e de Rosas. Em 1864, assumira a presidência do país o chefe do partido “blanco”, Atanásio de Aguirre. Revoltou-se contra êle o chefe “colorado” Venâncio Flôres, que organizou uma comissão revolucionária em Buenos Aires, sob olhares *complacentes* de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina. Os “blancos” começaram a invadir e saquear a região fronteiriça do Rio Grande do Sul; os gaúchos, em revide, também promoveram incursões no Uruguai.

Saraiva, nosso representante em Montevideú, pediu ao presidente Aguirre indenização pelos prejuízos causados e punição dos autores dos saques nas estâncias gaúchas. Não foi atendido. Procurou, então, por intermédio do Ministro do Exterior da Argentina e do ministro inglês em Buenos Aires, uma solução pací-



Aguirre

fica, não o conseguindo. Em 4 de agosto de 1864, o Governo Imperial mandou um "ultimatum" a Aguirre: ou ele atendia às reclamações brasileiras, ou nossas forças de terra e mar agiriam como fôsse preciso.

O almirante Tamandaré, cumprindo as ordens imperiais, deu começo à ação aprisionando um navio uruguaio. Firmou um pacto secreto com Venâncio Flôres, tenaz opositor de Aguirre. Bloqueou os portos fluviais de Salto e Paiçandu.

As tropas terrestres brasileiras entraram no Uruguai em dezembro de 1864, comandadas por Mena Barreto. Visava-se ao cerco de Montevideu. Na ocasião, Aguirre fôra substituído por Vilalba, presidente do Senado, o qual, por intermédio do ministro italiano Barbolani, negociou e conseguiu uma paz honrosa: Flôres assumiria o poder; as patentes militares conferidas por "blancos" ou "colorados" seriam reconhecidas; as propriedades sequestradas seriam devolvidas; restabeleciam-se os tratados anteriores. A mais importante das cláusulas desse convênio foi aquela pela qual o Uruguai daria ao Brasil tôda a ajuda na guerra contra o Paraguai, que se tinha iniciado.

ELUCIDÁRIO

Barão do Penedo — Carvalho Moreira — Diplomata brasileiro. Teve importantes missões na Europa. Foi portador das cartas do Imperador à rainha Vitória da Inglaterra, que devem existir no Itamarati, pois o autor dêste livro teve em mãos os vinte volumes de nossos documentos diplomáticos daquela época, pertencentes ao próprio Barão do Penedo e com seu autógrafo, os quais se extraviaram em 1939, por motivos que não vêm ao caso explicar.

Pan-americanismo — União dos povos americanos pela defesa comum e instituições democráticas.

Monroe — Jaime. Quinto presidente dos Estados Unidos (1759-1831). Em 1823, em mensagem ao Congresso, enunciou a sua doutrina que é a de união das Nações da América quando uma destas estivesse ameaçada.

Rosas — Manuel Ortiz. Ditador argentino. Verdadeiro tirano, cruel e sanguinário para com os adversários, oprimiu o seu povo e pretendeu estender o seu domínio pelos países limítrofes. Foi derrotado pelo Império Brasileiro e seus aliados. Viveu exilado na Inglaterra dilatados anos.

QUESTIONÁRIO

- Que foi a chamada “Questão Cristie”? Quem era Cristie?
- Que exigiu Cristie do Brasil? Como procedeu nosso governo?
- Qual o incidente que mais irritou os ânimos brasileiros?
- Que fez o almirante Warren? Como responderam os cariocas?
- Quem foi o árbitro da questão Brasil-Inglaterra? Em favor de quem deu o seu laudo?
- A Inglaterra cumpriu o seu dever diante dêsse laudo? Que fez o Brasil?
- Quando foram reatadas as relações diplomáticas entre os dois países? Por quê?
- Que disse D. Pedro II em sua carta à rainha Vitória?
- Que pretendia Rosas, ditador da Argentina? Que fez?
- Por que o Brasil lhe declarou guerra? Quais os aliados do Império?
- Como se deu a derrota de Rosas?
- Por que o Brasil fez guerra a Aguirre? Como terminou o conflito?

DEBATE: O Brasil sempre lutou não só para manter a sua Independência como a dos demais povos da América sob o regime democrático.

CAPITULO XIII

GOVÊRNO DE D. PEDRO II - 3

Francisco Solano López

Em 1844 foi eleito presidente do Paraguai o sobrinho do ditador Francia, Carlos Antônio López. Governou despoticamente até 1862, quando morreu. Sucedeu-lhe seu filho Francisco Solano López, mais despótico e ambicioso do que o pai. Tendo feito seus estudos iniciais em Assunção, completou-os na Europa, onde exerceu funções diplomáticas. Ao regressar, foi nomeado ministro da guerra e da marinha. Dêsse posto elevou-se à presidência da República.

Tendo consolidado internamente o seu poder, tornou-se um tirano do seu povo. Resolvido a intervir na política externa, com o objetivo da expansão territorial, organizou um grande exército que contava, em 1864, cêrca de 70 mil homens recrutados entre os 20 e 60 anos, e começou a preparar uma marinha que já dispunha, naquele ano, de 14 vasos de guerra aos quais se viriam juntar outros já encomendados.

Para qualquer objetivo governamental é preciso criar uma *mística*. Embora visando maus fins, López incutiu nas suas tropas a mística da Pátria. Pensava

o ditador incorporar ao Paraguai as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, o Uruguai, as províncias brasileiras de Mato Grosso e Rio Grande do Sul.



Solano López

O início do conflito com o Brasil

Em novembro de 1864, seguia pelo rio Paraná o navio brasileiro “Marquês de Olinda”, levando a bordo o coronel Carneiro de Campos, nomeado presidente da província de Mato Grosso. A esquadra paraguaia apreendeu-o, fazendo prisioneiro aquele oficial do nosso Exército. Logo depois, em dezembro, as tropas de López, sob o comando de Barrios, tomaram o nosso forte de Coimbra que tinha apenas 115 homens a defendê-lo. Não havia outro recurso a tão pequeno contingente senão o de socorrer-se de uma retirada estratégica, operação que foi efetuada sem que perdêssemos um só homem.

Praticamente, o Paraguai se pusera em guerra com o Brasil. O Governo Imperial, entretanto, agia com prudência; consolidava a sua aliança com a Argentina e o Uruguai e preparava suas forças para enfrentar a desmedida ambição de López. Foi somente em janeiro de 1865 que o Governo Imperial declarou guerra àquele que invadia o nosso território. Esta declaração de guerra, redigida pelo Visconde do Rio Branco, traz uma frase que define os mais nobres e generosos sentimentos do nosso governo. Diz o grande Paranhos: "O Governo Imperial defenderá sua dignidade e seus direitos, repelindo o agressor, mas não confundirá a Nação Paraguaia com o governo que a infelicitiza e a levará para uma aventura de tristes conseqüências". Ficou claro que não declarávamos guerra ao povo paraguaio, mas a Francisco Solano López.

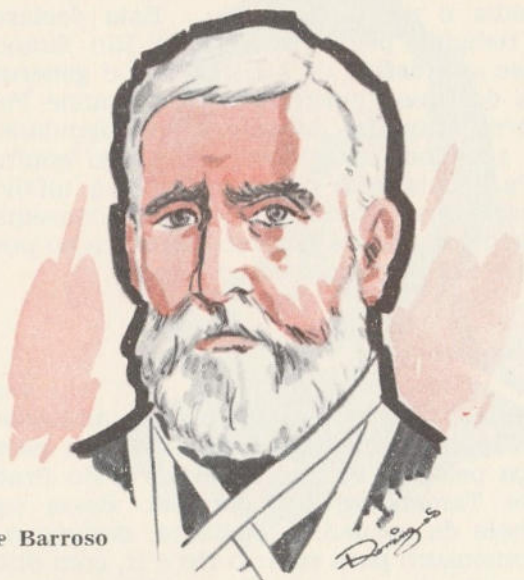
O bloqueio

Começam as nossas operações militares. Que fazer? Preliminarmente, bloquear López para evitar que desça pelo rio Paraná ao *estuário* do Prata. É o almirante Tamandaré o incumbido dessa operação. Como chefe da esquadra brasileira, designa o comandante Gomensoro para subir o rio e ir, com oito navios de guerra, deter os passos do *caudilho*. Logo depois envia de Buenos Aires mais três navios, um em que ia o almirante Barroso, incumbido de assumir o comando geral da esquadra. Era a *fragata* "Amazonas", navio pesado, de rodas, que iria encontrar grandes dificuldades nos baixios e bancos de areia da via fluvial. Num dos outros dois navios, como cooperação do Exército, seguia uma brigada sob o comando do coronel Bruce.

Nossas forças navais chegam a Gôia. Já Corrientes, cidade argentina, estava em mãos das tropas paraguaias. Em conjunção com as forças do general Panero, conseguimos retomá-la. Furioso com esta notícia, López delibera destruir a esquadra brasileira.

Encontra-se a nossa armada no ponto em que pequeno riacho (que justamente por ser pequeno era

chamado Riachuelo) atinge o grande rio, pouco abaixo de Corrientes. Uma testemunha ocular diz que nossos navios alinhados pareciam uma grande serpente de quase dois quilômetros de extensão.



Almirante Barroso

Batalha do Riachuelo

Prepara-se o altar no navio capitânia para a celebração da missa, pois estava-se no dia 11 de junho, domingo da Santíssima Trindade. Às nove horas da manhã, o nosso navio Araguari, que se encontrava na vanguarda, deu sinal de "inimigo à vista", logo seguido de outro: "oito navios inimigos". O almirante Barroso, imediatamente, levantou o sinal: "preparar para o combate". Nesse momento, descem rapidamente os vasos de guerra paraguaios, de menor *calado*, portanto mais àgilmente à vontade naquele cenário onde os nossos, sendo pesados, enfrentam sérias dificuldades.

Entre os episódios que mais calam na memória dos brasileiros, destaca-se o do navio "Parnaíba". Dera-se a *abordagem*; arremessam-se os paraguaios a lutar, corpo a corpo, com arma branca, contra os nossos. Um oficial inimigo arranca a Bandeira Brasileira do mastro. Nêsse instante, como que todo o sentimento nacional se *acrisola* no coração dos nossos militares. Exército e Marinha estão unidos, pois lutam ao lado dos marinheiros os 1200 soldados de Bruce. Lutam, caem, um a um, e é nesse momento que o guarda-marinha Greenhalgh e o marinheiro de primeira classe Marcílio Dias se imortalizam: arrancam das mãos do inimigo a Bandeira da Pátria, tingem-na com seu sangue e morrem envoltos no pavilhão nacional. Pouco depois, com vivas ao Imperador, rechaçados os inimigos, o "Parnaíba" hasteia de nôvo o pavilhão verde-amarelo.

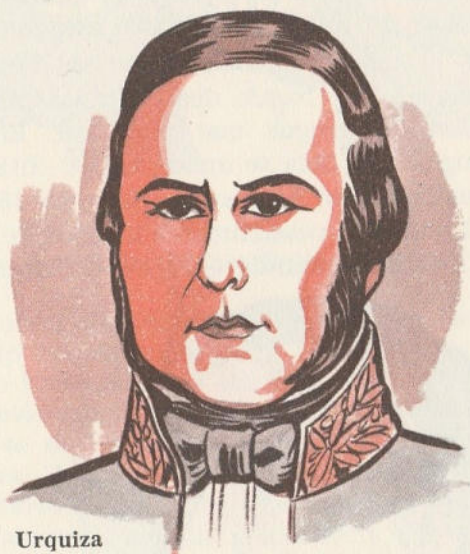
Barroso toma iniciativa imprevista. Tira partido da própria inferioridade da sua fragata, pesada e sem a agilidade dos navios adversários. É o pêso do "Amazonas" que decide da sorte da batalha, fazendo-se um *ariete*, um *esporão* a acometer os barcos paraguaios. Afunda três dos mais importantes. O "Mearim" põe a pique mais outro. O terror se estabelece nas forças inimigas. Nas barrancas, onde a artilharia paraguaia cantava sôbre nossos navios, também lavra o pânico, porque os canhões brasileiros varriam aquela moldura de fogo que cingia a nossa esquadra. Às quatro horas da tarde, os quatro navios inimigos que restavam, fugiram precipitadamente rio acima. Estava ganha pelo Brasil a batalha do Riachuelo.

Dali prosseguem os brasileiros tomando as fortificações de Mercêdes e de Cuevas.

A Tríplice Aliança

Um mês e pouco antes dêste acontecimento, em 1.º de maio de 1865, havia sido assinado em Buenos Aires um tratado de aliança defensiva e ofensiva, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. O govêrno argen-

tino conservara-se hesitante, até à invasão do seu território por López e o aprisionamento do navio "Salto". Agora, não era mais possível a atitude de neutralidade. Tomaram parte nas negociações o general Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, o *plenipotenciário* brasileiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o presidente do Uruguai Venâncio Flôres e o governador da província argentina de Entre Rios, Urquiza.



Urquiza

Por êste tratado, seria comandante em chefe das fôrças aliadas o presidente argentino Bartolomeu Mitre e quando as operações de guerra se dessem em território brasileiro ou uruguaio, êsse comando competiria aos chefes respectivos. Declarava-se que não era ao povo paraguaio que se fazia a guerra, mas à ditadura de López, comprometendo-se os aliados a garantir a independência do Paraguai, respeitando-se a sua integridade territorial e a sua soberania.

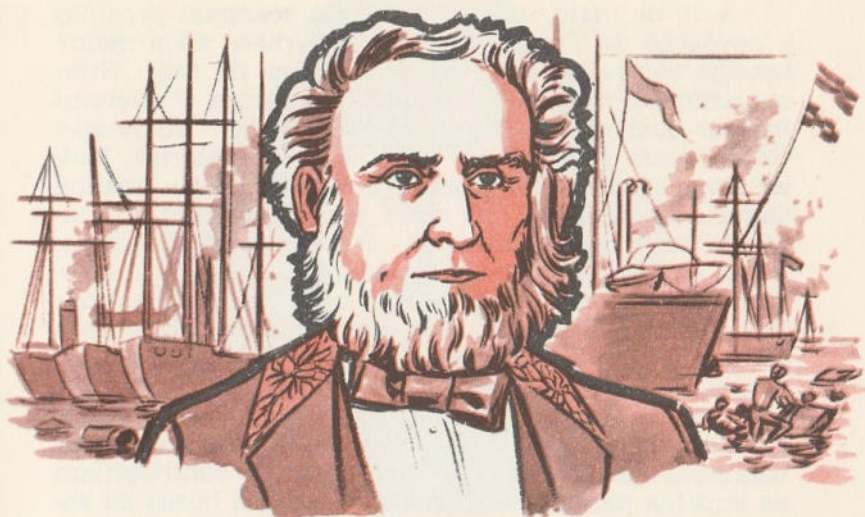
Invasões paraguaias

Desde fins de 1864 as tropas paraguaias ocupavam a parte sul de Mato Grosso, que fôra invadido por duas colunas comandadas por Barrios e Resquin. Foi ali que se deu o épico episódio da resistência do tenente Antonio João, com 11 soldados, contra 5.000, e a célebre retirada da Laguna, descrita pelo Visconde de Taunay.

Outra invasão foi a do coronel Estigarribia contra o Rio Grande do Sul. O exército paraguaio, constituído de 12.000 homens, naquele setor, desviou 3.000 para o Uruguai, que foram desbaratados pelas forças aliadas. Com as tropas que restavam, Estigarribia atingiu Uruguaiana, dela se apoderando. Sitiada pelos aliados, rendeu-se em 18 de setembro de 1865, tendo D. Pedro II assistido pessoalmente à rendição, em companhia de Caxias, Tamandaré, Mitre e Flôres.



Manoel Luís Osório



Tamandaré

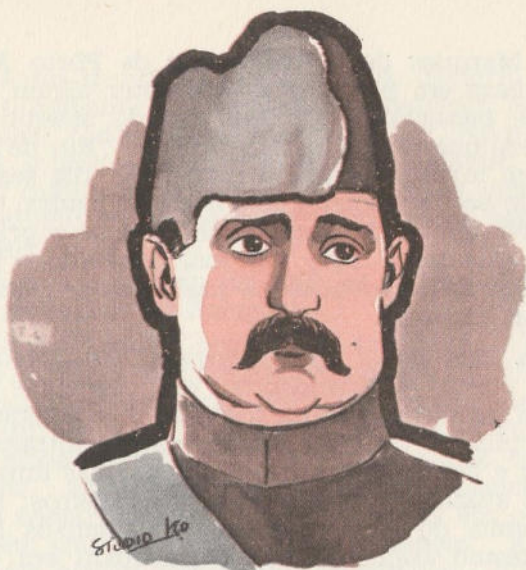
Passo da Pátria, Estero-Belaco e Tuiuti

No correr do mês de novembro de 1865, o exército aliado preparava-se para invadir o Paraguai. A vitória de Riachuelo e a tomada dos fortes de Mercêdes e Cuevas abriam-lhe o caminho. Deliberou López fortificar-se em Passo da Pátria. Conferenciaram os três chefes (Manuel Luís Osório, futuro marquês do Herval; Bartolomeu Mitre e Venâncio Flôres) e resolveram começar a invasão exatamente por aquele local onde López se *abroquelara*. Era preciso atravessar o rio Paraná, para atingir Passo da Pátria. Em 21 de fevereiro de 1866, chegou Tamandaré e assumiu o comando da esquadra. Em 16 de abril, as tropas de terra, protegidas pela artilharia dos nossos navios, alcançou o território inimigo, sendo Osório o primeiro a pisar o chão paraguaio. A luta durou até 23 de abril, quando López bateu em retirada para o interior do seu país. O exército aliado vai-lhe ao encalço. A 2 de maio, fere-se sangrenta batalha em Estero-Belaco, perdendo os aliados 1.500 soldados e os paraguaios 2.500.

A 20 de maio, o exército aliado acampou próximo à povoação de Tuiuti. No dia 24 feriu-se ali a maior batalha campal da história da América do Sul. Num supremo esforço, os paraguaios atacaram o exército invasor com um efetivo de 24.000 homens. As nossas tropas eram comandadas por Osório (cavalaria), Mallet (artilharia) e Sampaio (infantaria). Na manhã daquele inolvidável 24 de maio, massas impetuosas atacaram as tropas brasileiras, argentinas e uruguaias. Ainda que se portando com indômita bravura, o exército aliado parecia não resistir às furiosas investidas dos soldados de López. Foi quando Osório dinamizou as tropas brasileiras, decidindo a sorte da batalha. Onde cruel fôsse a peleja, o herói surgia e praticava tais atos de audácia, que eletrizava os nossos patrícios. Era um relampago de coragem iluminando os nossos batalhões que, seguindo o seu exemplo, contrabatiavam os ímpetos paraguaios. Depois de longas horas de encarniçados combates, o exército brasileiro alcançou a vitória. Varridos pela artilharia, perseguidos pelas baionetas, desordenaram-se os soldados inimigos, fugiram e debandaram. Ficaram no campo da batalha mais de 4.000 cadáveres dos nossos e cerca de 13.000 dos paraguaios.

Divergências entre Mitre e os brasileiros

Começaram as divergências entre nossos chefes militares e Mitre (comandante geral do Exército Aliado) ali mesmo, em Tuiuti. Propôs Osório não se dar tempo ao inimigo para recompor-se, avançando-se imediatamente pelo território paraguaio a dentro. Não concordou Mitre, alegando constituir perigosa aventura lançar as tropas aliadas num país por elas desconhecido. Desgostoso, Osório pediu demissão do seu comando, sendo substituído pelo general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Pouco depois, o Governo Imperial nomeou chefe das forças brasileiras o Marquês de Caxias e substituiu Tamandaré por Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma. Voltou Osório satisfeito por ter Caxias como chefe e veio servi-lo como comandante.



Bartolomeu Mitre

As *dissensões* foram-se agravando nos fins de 1866 e só foram solucionadas quando Mitre foi obrigado a voltar para Buenos Aires a acudir uma revolução que estalara na Argentina. Assim, a partir de 9 de fevereiro de 1867, de acôrdo com o próprio Mitre, Caxias assume o comando supremo do Exército Aliado. Dali por diante, o Brasil é o responsável total pelas operações de guerra. Era justo, pois as fôrças aliadas eram constituídas por 36.000 brasileiros, 3.000 argentinos e apenas 800 uruguaio, não mais contando êstes com seu bravo chefe Venâncio Flôres, assassinado em Montevidéu.

De Tuiuti a Assunção

No prosseguimento da ocupação do território paraguaio, as fôrças aliadas tiveram de superar obstáculos, inscrevendo-se na História os nomes gloriosos de Curuzu, Curupaiti, Humaitá, Avaí e Angustura.

A primeira posição a ser tomada pelos aliados era, depois da vitória de Tuiuti, a praça de Curuzu. Foi

chamado Marques de Souza, conde de Pôrto Alegre, que se achava em São Borja para deter algum possível ataque paraguaio. Chegou a 2 de setembro de 1866, dia em que perdemos o couraçado "Rio de Janeiro" que um torpedo pusera a pique. No dia seguinte, Marques de Souza, apoiado pela nossa esquadra, tomou Curuzu. No dia 22 do mesmo mês, deu-se o primeiro ataque a Curupaiti, mas foi mal sucedido. Pouco antes, López havia proposto a paz, mas seu objetivo era ganhar tempo.

A luta pela posse das poderosas fortificações de Curupaiti, depois do fracasso em que perdemos 5.000 homens, ia prosseguir, agora sob a responsabilidade da nossa Marinha de Guerra. Nossos navios entraram na lagoa Piriz e bombardearam o inimigo. Mas uma calamidade se abatia sobre os nossos marinheiros: lavrou uma epidemia de cólera-morbus, vitimando-os às dezenas. Mesmo assim, tomamos Curupaiti em 15 de agosto de 1867.

Cumpria agora tomar Humaitá. A operação foi retardada porque, em 3 de novembro, os paraguaios investiram contra Tuiuti, agora base das nossas operações militares. Perderam 4.000 homens.

A passagem para Humaitá era difficilima. Nossos navios encontravam pesadas correntes que, de margem a margem, interceptavam o rio. A esquadra brasileira conseguiu romper êsse obstáculo e a 19 de fevereiro de 1868 Humaitá estava sob o nosso fogo. Depois de enérgicas investidas de Osório, a bandeira brasileira foi hasteada naquela praça (25 de junho).

O que restava do exército paraguaio bateu em retirada. A posição de Angustura, parecendo *inexpugnável*, foi transposta pela nossa esquadra e capitulou em 30 de dezembro. Antes disso, dera-se a grande batalha de Avaí (11 de dezembro). As tropas paraguaias, comandadas pelo general Cabalero, enfrentaram os três corpos do nosso Exército comandados por Machado Bitencourt, Mena Barreto e Osório. A luta foi terrível, nela perecendo o coronel Francisco de Lima e Silva; Osório foi ferido; crescia o número de mortos de parte a parte. Na difícil *conjuntura*, Caxias, colocando-se à

frente das tropas de que dispunha, desferiu uma ofensiva fulminante. Os paraguaios bateram em retirada deixando todos os canhões de que dispunham. Dos 6.000 soldados comandados por Cabalero morreram 4.000, caindo prisioneiros 600, entre os quais apreciável número de mulheres. Os brasileiros perderam 773 homens.

A 1.º de janeiro de 1869, as tropas aliadas entraram na capital do Paraguai.

Caxias tinha a guerra por terminada. Perseguido pelas tropas, López refugiou-se nas cordilheiras do país. A tomada de Assunção tinha sido precedida pela derrota sofrida pelos paraguaios em Lomas Valentinas, a qual evidenciou os últimos e dramáticos esforços do ditador. Em Lomas, havia entrincheiramentos poderosos construídos em oito dias, obras em que haviam também trabalhado mulheres e crianças. Ao bombardeio dos nossos respondiam 40 canhões. Foram cenas dolorosas de sangue e desespero. Vendo-se perdido, López fugiu para Cérro Leon. Que esperança havia agora para ele?

Caxias considerava cumprida a sua missão. Passou o comando ao marechal Xavier de Souza e partiu para o Rio de Janeiro.

O fim da guerra

Para substituir Caxias, o Imperador nomeou seu gênro, Gastão de Orleans, Conde d'Eu, casado com D. Isabel, herdeira do trono.

O Conde d'Eu assumiu o comando em 16 de abril de 1869. Teve de enfrentar as últimas forças paraguaias em Peribebuí e Campo Grande. O ataque a Peribebuí ofereceu as mais pungentes cenas. A nossa artilharia rompeu fogo na madrugada de 12 de agosto. Em seguida, foram tomadas as trincheiras e cercados os fugitivos. No auge do combate, mulheres e crianças jogavam contra nossos soldados pedras e garrafas, procurando cegá-los com areia que lhes atiravam nos olhos. Os párocos das cidades vizinhas combatiam empunhando fuzis; meninos de 10 anos jaziam mortos ao lado de suas armas.



Gastão de Orleans

Quanto a Campo Grande, foi a última batalha da guerra. Comandava os paraguaios o general Cabalero. Travou-se a luta, que durou seis horas sendo por fim as forças de López desbaratadas.

López fugia de local em local: Curuguati, Iguatemi, depois Panadero. Em fins de dezembro (1869) acolheu-se em Cêrro Corá. Tudo fazia supor que pretendesse atingir Mato Grosso e dali passar-se para a Bolívia. As tropas do general Câmara cercaram-no, ocupando os caminhos por onde poderia evadir-se o ditador.

Poucos recursos de homens e armas restavam a López. O cerco de Cêrro Corá apertava-se. Lavra o pânico no acampamento do tirano. Só ele parece impassível. Como se nada tivesse acontecido, López monta a cavalo, inspeciona seus homens, um grupo de fanáticos ao seu redor. Seu perfil, sua atitude sobre o cavalo, nos dias aflitivos ou nas sombras da noite, tem a grandeza das tragédias antigas. É um fantasma que vagueia nas solidões de Cêrro Corá, *a cavaleiro* das águas do rio Aquidaban, último palco da sua representação histórica.

Um dia, ouvem-se rumores de tropa que se aproxima. É a vanguarda de cavalaria de Silva Tavares. Ao aproximar-se, Tavares é surpreendido por López em pessoa, de espada erguida, à frente de 500 homens. Não tinham ainda as duas pequenas forças entrado em peleja, quando novas tropas brasileiras chegam e desencadeiam-se tormentosamente sobre López. Combatendo sempre, o ditador vai abrindo caminho para Chiriguêlo; transpõe o Aquidaban, mas encontra Chiriguêlo em poder dos brasileiros. Só resta um recurso: afundar-se nas matas. Foi ali alcançado pelo próprio general Câmara com reduzida escolta. Intima-o a render-se, mas López exclama: "Não me entrego; morro com a Pátria!" É nesse momento que uma lança atravessa-lhe o abdômen e um tiro de revólver o prostra sem vida.

Dizem que foi um soldado, Chico Diabo, o autor dêsse homicídio. Não importa o nome do executor que, das sombras do anonimato, surgiu para encerrar um drama da História.

"Morro com a Pátria!" gritara López. Realmente, êle reduzira a heróica Nação Paraguaia a uma agonia mortal. Dos seus um milhão e trezentos mil habitantes, restavam duzentos mil. A guerra, as epidemias, a fome, dizimaram o país. Competia agora aos aliados reorganizá-lo, dar-lhe um governo capaz de retomar a linha histórica da nacionalidade e encaminhá-la para a realização do progresso de que é digno um povo de tamanhas virtudes heróicas. Êsse heroísmo foi proclamado pelo Duque de Caxias em manifesto, ao se apoderar da capital do Paraguai.

ELUCIDÁRIO

Visconde do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos (1819-1880). Estadista brasileiro de grandes atividades em nossa política interna e administração pública, assim como em nossas relações exteriores. Pai do Barão do Rio Branco.

Tamandaré — Joaquim Marques Lisboa (1807-1897). Iniciou sua carreira naval com as lutas da Independência. Aos 13 anos de idade, mereceu de Lord Cócrane as seguintes palavras ditas a D. Pedro I: "Majestade, aquêlê senhor será o Nelson brasileiro. Depois de brilhante carreira, tomou parte ativa nas guerras do Prata, já como chefe de esquadra, e na guerra do Paraguai.

Barroso — Francisco Manuel Barroso da Silva, Barão do Amazonas. Nasceu em Lisboa em 1804 e morreu em Montevideu, em 1882. Fêz brilhante carreira na marinha brasileira durante mais de quarenta anos e celebrizou-se na Batalha do Riachuelo.

QUESTIONÁRIO

- Quem era Francisco Solano López e como chegou ao poder?
- Por que a sua preocupação foi a de formar um grande exército e poderosa marinha?
- Quais eram os planos de conquista de López?
- Como começaram suas hostilidades contra o Brasil? Quem redigiu a nossa declaração de guerra contra López e em que mês e ano?
- Que fêz nossa marinha de guerra?
- Como e quando se deu a batalha do Riachuelo e quem foi o seu maior herói?
- Que nomes tinham os navios brasileiros? Qual o significado desses nomes?
- Em que consistia a Tríplice Aliança?
- Quais as invasões paraguaias em nosso território?
- Quais as batalhas principais da guerra do Paraguai e como se deram?
- Quem substituiu Mitre no comando geral dos Exércitos Aliados?
- Como se deu o avanço para a tomada da capital paraguaia?
- Por que Caxias retirou-se do comando e quem o substituiu?
- Quais as últimas batalhas da guerra?
- Como esta terminou e qual o fim de López?

DEBATE: A declaração de guerra contra o Paraguai não foi um gesto de ambição, mas apenas uma resposta à ambição de López.

Sacrifício pela Pátria

De "Nosso Brasil", de Plínio Salgado

No tempo da guerra do Paraguai, estava uma pequena força de soldados brasileiros na fronteira ao sul de Mato Grosso.

Uma poderosa tropa de López, comandada pelo coronel Resquin, marchava contra aquele lugar. Era impossível aos brasileiros opor qualquer resistência dispondo de tão pequeno contingente.

O tenente Antônio João, considerando que seria inútil sacrificar aquela gente de que o Brasil ainda iria precisar, determinou que todos se retirassem, ficando somente aqueles que desejassem morrer para que a Pátria inteira soubesse que a retirada dos outros fora resolvida, não por medo do inimigo, porém, com o fim de evitar desperdício de homens, num combate em que todos iriam perecer.

Onze soldados resolveram ficar. Os outros se despediram, chorando, porque Antônio João não consentia, de maneira nenhuma, que o sacrifício da sua tropa fôsse além daquele número.

Horas depois, todo o horizonte avermelhou-se. Eram as fardas escarlates de milhares de soldados paraguaios.

Antônio João, com seus onze companheiros, foi cercado. Veio intimação para que se rendesse.

Era imponente aquele pequeno grupo, com a bandeira verde e amarela desfraldada ao vento.

Como resposta à intimativa, Antônio João exclamou:

— "Viva o Brasil! Viva o Imperador!"

Onze fuzis detonaram.

Era o sinal.

Aos onze tiros, milhares de estampidos responderam.

Antônio João e seus companheiros tombaram ensanguentados.

Os inimigos se aproximaram. Contemplaram os cadáveres ainda quentes. E, na muda continência com que saudaram os brasileiros mortos pela honra de seu país, pareciam dizer:

— A nossa luta vai ser terrível, porque os brasileiros sabem exaltar a Pátria até ao supremo sacrifício.

CAPITULO XIV

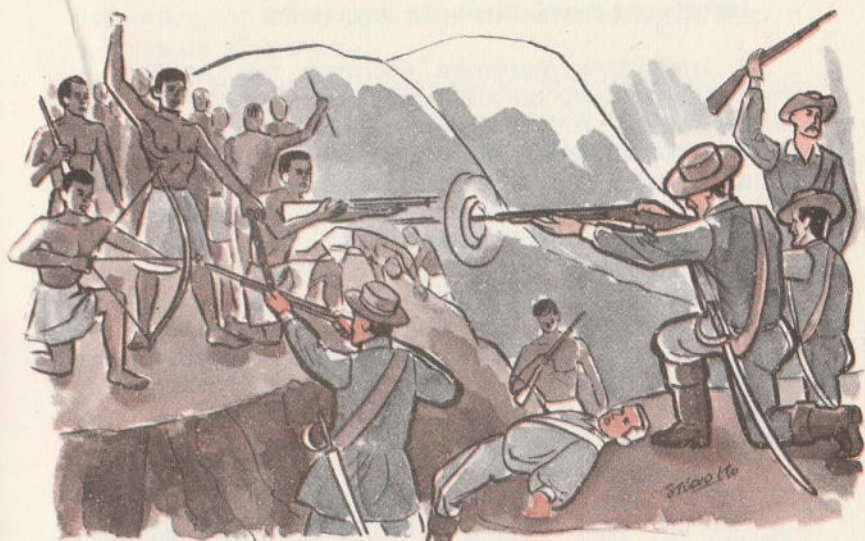
GOVÊRNO DE D. PEDRO II-4

Palmares

As primeiras vozes que se ergueram contra o cativo dos negros foram erguidas por êles mesmos. As torturas a que eram submetidos, levaram-nos a adquirir a consciência da injusta situação em que viviam e, aproveitando-se das circunstâncias anormais da guerra contra os holandeses, começaram a fugir para os sertões, onde organizavam "quilombos" sob a direção de um chefe. Os mais notáveis foram os da Serra da Barriga (Alagoas), na região denominada "Palmares". O maior de todos era o denominado "Macacos", com 10.000 negros. Seu chefe era Gangazuma, apelidado Zumbi, palavra que na língua africana significa divindade.

Em 1644, os holandeses mandaram uma expedição contra os Palmares. Bateu os negros, mas êstes se reorganizaram. No ano seguinte, nova expedição flamenga atacou Nôvo Palmares e destruiu uma cidade de mais de 200 casas, uma igreja, casa do Conselho, oficinas de artífices.

Saindo os holandeses do Brasil, ficava aos portugueses o problema. As expedições pernambucanas con-



tra os *quilombolas* foram infrutíferas. Em 1699, o governador de Pernambuco recorreu aos serviços do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. A primeira expedição d'êste sertanista fracassou. Organizou-se, então, um exército de 6.000 homens. Atacaram Palmares. O final dos combates foi *épico*. Vendo-se perdidos, os negros preferiram a morte e, do alto de um penhasco, atiraram-se, um a um, esfacelando-se nas pedras.

No curso do século XVIII

O primeiro abolicionista do Brasil, exprimindo a consciência das classes cultas do país, foi Manuel da Rocha, advogado baiano, que propôs a liberdade dos filhos de escravos nascidos em nossa Pátria. Sua voz, erguida em 1758 não foi em vão. Em 1789, os inconformes mineiros incluíram no seu programa a abolição da escravatura. Ao alvorecer do século XIX, outros idealistas se levantaram a favor da raça negra: Hipólito da Costa, redator do "*Correio Brasiliense*", e os revolucionários de 1817 em Pernambuco.

Interesses econômicos da Inglaterra

A Inglaterra mantinha escravos nas Antilhas e praticava o *tráfico* de africanos. Pressionada por um movimento de todos os países civilizados contra a escravidão, suspendeu o transporte da mercadoria humana da África para a América. Isto causou-lhe grande prejuízo, pois a Jamaica, produtora de açúcar, não mais poderia concorrer com o Brasil. Por outro lado, a exportação de tecidos ingleses caiu em relação ao nosso país, onde importávamos o mínimo, devido à nossa produção de algodão e manufatura em nossos próprios *teares*. Em 1817, a Inglaterra assinou com Portugal um acôrd, visando suprimir o tráfico negro, podendo os ingleses aprisionar navios portugueses que conduzissem negros, assim como Portugal fazer o mesmo quanto a navios da Grã Bretanha empregados no desumano comércio.

Foi um período de extremas barbaridades. Os capitães de navios, quando notavam estarem sendo perseguidos, jogavam tôda a sua carga ao mar, amarrando pedras aos pescoços dos negros. No entanto, quando os navios ingleses apreendiam negros aos de Portugal, os africanos não eram libertados, mas iam para a Jamaica, trabalhar como escravos dos britânicos.

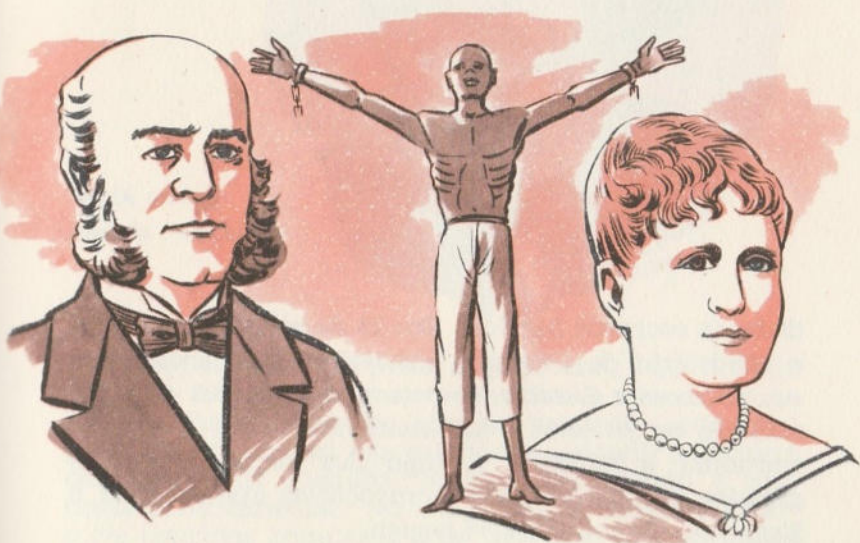
Em 1826, a Inglaterra impôs ao Brasil a supressão definitiva do tráfico de africanos; em 1831, o nosso Governo declarava livres todos os negros entrados no Brasil daquela data em diante. Os senhores de engenho e os negociantes de escravos não respeitavam as disposições legais, o que ocasionou sucessivos incidentes no mar entre a Inglaterra e o Brasil. A pretexto de coibir o comércio de escravos, nossos navios, mesmo não conduzindo negros, eram freqüentemente assaltados.

A caminho da Abolição

A 14 de outubro de 1850, foi transformado em lei o projeto de Eusébio de Queiroz, extinguindo, definitivamente, o tráfico de negros. Essa lei foi reforçada

por outra, de 1854, punindo, violentamente, os importadores de africanos.

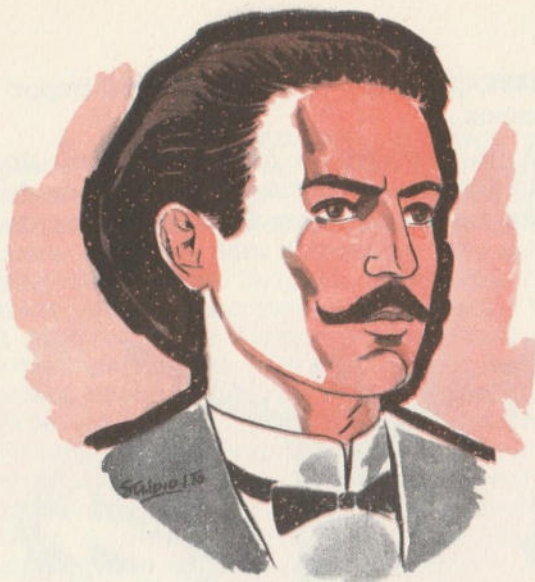
A lei de 28 de setembro de 1871 (Ministério do Visconde do Rio Branco) declarou livres os filhos de escravos nascidos no Brasil. Essa lei foi chamada do "Ventre Livre".



Visc. do Rio Branco

D. Isabel

Daí por diante, inicia-se a campanha abolicionista. Erguem-se Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama, Castro Alves. Os poemas dêste eram recitados com entusiasmo nos salões. Em 1883 o Ceará declara livres todos os escravos da província; em 1884, o Amazonas segue-lhe o exemplo. Em muitos municípios do Sul toma-se idêntica iniciativa, com assentimento dos fazendeiros. Em São Paulo, torna-se famoso Antônio Bento, que acolhe nos quarteirões que começam no largo até hoje chamado da Pólvora e prosseguem pela rua, desde então chamada da Liber-

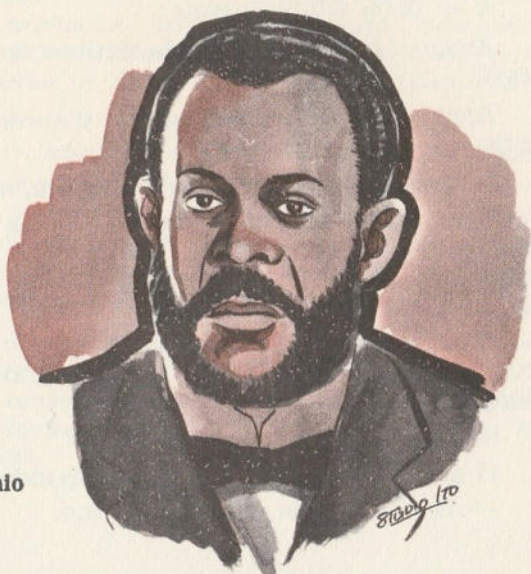


Castro Alves

dade, os escravos fugidos. Em 28 de setembro de 1835, o Ministério de Cotegipe, aproveitando o projeto do seu antecessor Saraiva, decreta a *alforria* dos escravos maiores de 60 anos. Mas isto não basta; é preciso continuar a batalha. A fuga dos escravos assume grandes proporções. Os *escravocratas* apelam para o Exército. Os militares se negam.

A Abolição

Em 1887, D. Pedro II, achando-se doente, seguiu para a Europa, a fim de consultar especialistas. A Princesa Isabel assumiu a regência do Império. Estava no governo o Partido Conservador, sendo Cotegipe primeiro ministro. Era sua idéia extinguir aos poucos a escravidão, sem o fazer de um golpe. Entretanto, a 7 de março de 1888, caiu o gabinete Cotegipe e foi chamado para chefe do governo o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.



José do Patrocínio

Em princípios de maio daquele ano, João Alfredo enviou à Câmara um projeto abolindo a escravidão no Brasil. Foram dias de grande agitação patriótica: multidões apinhadas nas galerias, a aplaudir a palavra empolgante de Joaquim Nabuco, defendendo a proposta governamental. No seu jornal "A Cidade do Rio" e em comícios populares, José do Patrocínio levantava a opinião pública em manifestações de entusiasmo. Um grupo de escritores e poetas jovens secundava-o.

O projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado. Ao ser anunciado o resultado da votação na Câmara, uma chuva de flôres caiu sobre o Plenário. O ministro americano, que assistia àquele espetáculo, exclamou: "No Brasil se resolve com flôres o que nos Estados Unidos custou tanto sangue!".

No dia 13 de maio de 1888, a lei aprovada subiu ao despacho da Princesa Isabel. Uma comissão de abolicionistas, tendo à frente Patrocínio, apresentou-se à Regente, oferecendo-lhe uma caneta de ouro cravejada de brilhantes, para que assinasse a sanção da Lei Redentora.

A lei dizia simplesmente:

Artigo 1.º — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

D. Isabel, extremamente comovida, assinou.

Grandes festas se promoveram em todo o país, principalmente na capital do Império, porque, no íntimo, os brasileiros se envergonhavam pela manutenção da escravidão no Brasil.

Não pensavam assim os *escravocratas*. No meio do regosijo de toda a Pátria, perguntou D. Isabel a Cotegipe:

— Ganhei ou não esta partida?

O arguto e realista político respondeu-lhe:

— GANHOU, MAS PERDEU O TRONO.

ELUCIDÁRIO

“Correio Brasiliense” — Este jornal, de pequeno formato, era impresso em Londres, pelo brasileiro Hipólito da Costa, tendo seu primeiro número saído em 1.º de junho de 1808. Teve grande influência política, não somente em relação aos acontecimentos em Portugal, durante a ocupação francesa, mas sobretudo com referência aos problemas do Brasil por cuja independência propugnou.

Antilhas — Conjunto de ilhas, entre as duas Américas.

Jamaica — Uma das ilhas das Antilhas.

Joaquim Nabuco — Historiador, político e orador brasileiro (1849-1910). Deixou numerosos livros. Foi grande figura no Império e na República. Era embaixador do Brasil nos Estados Unidos, quando morreu.

José do Patrocínio — Escritor, jornalista e orador brasileiro. Em seu redor se reunia o grupo mais brilhante de prosadores e poetas do seu tempo (1854-1905).

André Rebouças — (1838-1898) — Dêle diz Joaquim Nabuco: “Matemático e astrônomo, botânico e zoólogo, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo, foi talvez dos homens nascidos no Brasil o único universal pelo espírito e coração”.

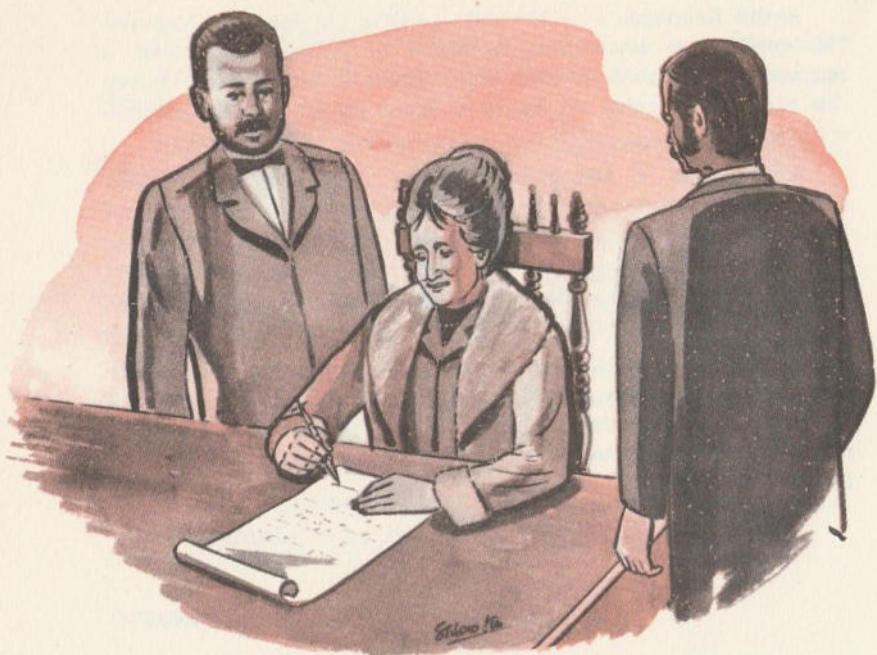
Luís Gama — Advogado e orador. Vendido na infância como escravo e levado para São Paulo, numa leva enviada da Bahia, tornou-se amigo de um filho do homem que o comprou, em companhia do qual fez os estudos de curso médio. Seu senhor deu-lhe carta de liberdade. Formou-se em direito. Trabalhou intensamente pela abolição da escravatura.

Castro Alves — Natural da Bahia. Como poeta foi o mais famoso do seu tempo, filiando-se, no campo da poesia social, à chamada poesia **condoreira**. Entre suas poesias na campanha abolicionista, celebrizaram-se “Vozes da África” e “Navio Negroiro”. (1847-1871).

QUESTIONÁRIO

- Qual foi o primeiro grito pela libertação dos escravos?
- Que eram os Palmares? Quem o seu chefe? Como terminaram os defensores?
- Que vozes se levantaram, no século XVIII pela abolição da escravatura?
- Por que a Inglaterra era a favor do tráfico negreiro e por que se tornou contrária?
- Que era a lei do Ventre Livre? Em que governo foi decretada?
- Que outra lei veio posteriormente a favor dos escravos? Em que governo?
- Quais os grandes lutadores pela liberdade dos negros?
- Quem enviou à Câmara o projeto da Abolição?
- Em que dia e ano foi sancionada e assinada pela Princesa Isabel?
- Qual o diálogo entre a Princesa e Cotegipe?

DEBATE: O fato de existir no Brasil uma parte de população negra ocasionou, depois da abolição, uma questão racial como se deu nos Estados Unidos?



LEITURA COMPLEMENTAR

A princesa Isabel

A tarde de 13 de maio de 1888 parecia eletrizada pelo sentimento e a emoção popular. O povo estava atento ao que se passava no Congresso. Ia-se votar a proposição do Conselheiro João Alfredo, presidente do Conselho de Ministros: um projeto de apenas dois artigos, extinguindo a escravidão no Brasil. As galerias apresentavam-se repletas na ânsia de ouvir os oradores e de assistir à votação.

No Palácio Imperial, D. Isabel aguardava a solução do grave problema. Na ausência de seu pai, em viagem pela Europa, assumira a Regência do Império. Sua idéia fixa era a da abolição da escravatura. Filha de um Imperador filósofo e de uma Imperatriz de nobres sentimentos cristãos, herdara de seus pais o mais generoso idealismo e não admitia que o Brasil mantivesse por mais tempo a escravidão. Acompanhara os primeiros passos que objetivavam extingui-la: a lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários. Mas não era bastante. Homens prudentes, como Cotegipe, propunham que se fizesse a abolição gradativamente, nunca de um golpe decisivo. A Princesa, porém, estava ao lado dos abolicionistas e ouvia os

ecos dos discursos de Nabuco no Parlamento e de José do Patrocínio, na praça pública. Fundara Patrocínio um jornal "A Cidade do Rio", que era o órgão de imprensa a bombardear as fortalezas dos que teimavam em sustentar o cativeiro dos negros. Em torno dele, uma plêiade de jovens intelectuais batalhava pela causa da raça oprimida.

D. Isabel acompanhava todo êsse movimento, cada vez mais emocionada. Aquela tarde trazia o momento decisivo. Um emissário trouxe-lhe a notícia de que o Congresso aprovara a lei de João Alfredo. A Princesa não conteve a sua alegria.

Horas depois, uma comissão do Parlamento veio trazer-lhe a lei para ser sancionada. Vinha junto José do Patrocínio, portador da caneta de ouro com que a Regente deveria assinar a Lei Áurea. O grande tribuno ajoelha-se diante de D. Isabel e entrega-lhe a histórica oferta. E chora. A Regente também não contém as lágrimas. Toma a caneta, com mão trêmula, assina a aprovação da lei. Lá fora, o clamor da massa popular. Na sala dos despachos, a emoção de todos.

D. Isabel, desde então, é chamada a Redentora.

Exilada, com seu pai, no ano seguinte, pela República que se proclamara, guardou para sempre a recordação e o amor ao Brasil e a íntima satisfação de haver livrado nossa Pátria da vergonhosa nódoa que maculava sua Bandeira.

CAPITULO XV

A QUEDA DO IMPÉRIO

Causas ideológicas, sociais e políticas

O enfraquecimento da Monarquia foi determinado por diversas causas. As idéias republicanas vinham de longe. Manifestaram-se em diversos acontecimentos da nossa História: na Inconfidência Mineira, nas revoluções de 1817 e 1824 em Pernambuco, na dos Farrapos (1835-45). Por ocasião da Independência, José Bonifácio percebendo que o Brasil só não se desagregaria, como sucedera na América Espanhola, se nos ligássemos à dinastia tradicional portuguesa, realizou aquele plano por êle superiormente imaginado.

A partir de 1870, vários fatores vieram demolir os alicerces da Monarquia. Foram os seguintes:

- a) a influência das idéias filosóficas do século, predominantemente o positivismo;
- b) o espírito de imitação das demais nações da América, tôdas republicanas;
- c) o descontentamento dos fazendeiros pela abolição da escravatura;

d) o conflito entre os Bispos e o Governo, que enfraqueceu o *vínculo* entre o Império e a Religião;

e) As questões militares, que agravaram as prevenções entre o Exército e os elementos civis do governo;

f) a campanha pela implantação do Federalismo;

g) o enfraquecimento dos partidos políticos;

h) o *nativismo*, que via na sucessão do trono a ascendência de um estrangeiro (o Conde d'Eu) no governo de sua esposa D. Isabel, herdeira da Coroa.

Tantos fatores negativos não poderiam propiciar à Monarquia a sua continuação.

Correntes filosóficas

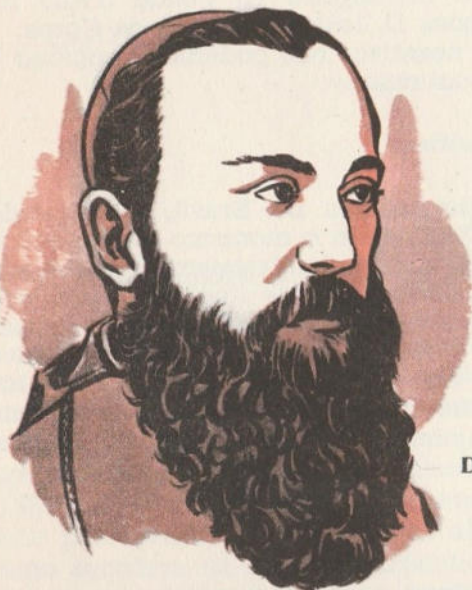
As idéias predominantes no Brasil, na segunda metade do século XIX, eram o monismo evolucionista e o positivismo. Ambos se manifestavam contrários à Monarquia, mas o positivismo de Augusto Comte era o que mais predominava. Nos meios civis, faziam apostolado dessa doutrina Teixeira Mendes, Silva Jardim, Miguel de Lemos, Demétrio Ribeiro e outros grandes valores intelectuais do país; nos meios militares, atuava Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Imitação

O Brasil era a única nação das Américas a conservar a tradição monárquica. Os olhos dos republicanos brasileiros estavam voltados para aquelas repúblicas e republiquetas esfaceladas na fase de suas independências e sujeitas a distúrbios e golpes militares sucessivos de que tínhamos estado livres durante o Império. Mas o que mais fascinava os *adeptos* do novo regime era a nação norte-americana. Sabe-se hoje que o progresso dos Estados Unidos foi devido ao que não tínhamos: imensas reservas de *hulha*, facilitando a fabricação do ferro e do aço. Esse progresso devido a causas geológicas era atribuído ao regime político, pelo que deveríamos (diziam) adotá-lo.

Amuados e desgostosos

Os fazendeiros, estancieiros e senhores de engenho ficaram indignados com a libertação dos escravos. Eles, que sempre deram apoio à Monarquia, sentiram-se desobrigados de sustentá-la.



D. Vital

Conflito religioso

Outro alicerce do trono era a religião, mas este foi abalado pela divergência de dois bispos (o de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e o do Pará, D. Antônio de Macedo Costa) com o governo do Império, negando-se a cumprir decisões imperiais. Os prelados foram presos e condenados a trabalhos forçados. A repercussão no país foi enorme e os católicos desinteressaram-se pela sorte da Monarquia.

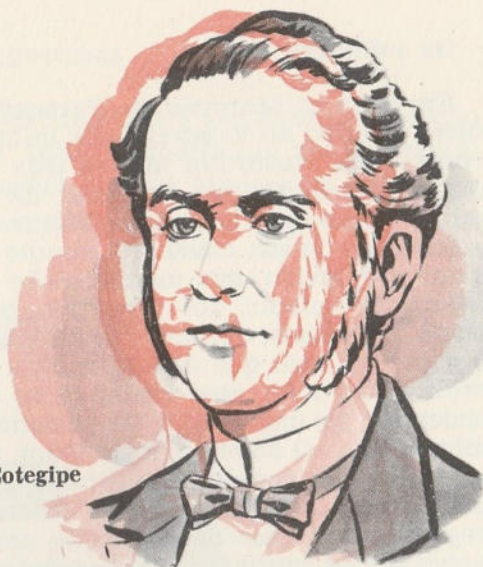
Os militares

Em 1884, o Marquês de Paranaguá elaborou um projeto relativo ao *montepio* dos militares. O tenente-coronel Sena Madureira atacou pela imprensa a proposição governamental. O titular da pasta da Guerra proibiu, então, aos militares, discussões jornalísticas dos assuntos da sua classe. O mesmo Sena Madureira, por ter promovido uma manifestação política em estabelecimento militar, foi advertido pelo Ministro da Guerra. O tenente-coronel respondeu àasperamente ao seu superior, pelo que este o demitiu das funções que exercia. Em 1886, vem juntar-se ao caso, que estava "rendendo" na imprensa e no parlamento, o incidente Cunha Matos. O deputado pelo Piauí, Simplicio Coelho de Rezende, fez acusações contra aquele coronel. Veio Cunha Matos pela imprensa a defender-se em estilo arrogante. Em face da proibição anterior de não se envolverem os militares em discussões jornalísticas, o titular da Guerra ordenou sua prisão. Houve grande indignação no Exército. Quem mais se doeu foi o marechal Deodoro da Fonseca, então comandante da guarnição do Rio Grande do Sul.

Ao incidente com o deputado Simplicio, juntava-se agora o decorrente de um aparte do senador Franco de Sá dado a um discurso do senador Pelotas. Dizia este: "os oficiais do Exército deviam ver no que acabava de sofrer seu camarada (Cunha Matos) uma ofensa a todos eles feita" e acrescentava: "o oficial que é ferido na sua honra tem o direito de desagrar-se". Foi quando o senador pernambucano aparteu, dizendo: "se as leis o permitirem". O *árdego* Pelotas exclama que a honra militar está acima de qualquer lei.

O conflito agravou-se. No Teatro Recreio, em Pôrto Alegre, reuniram-se 200 oficiais, sob a presidência de Deodoro, secretariado por Sena Madureira. Num clima acalorado, votaram uma proposta dando poderes a Deodoro para se entender com o governo em nome da classe militar.

A troca de cartas entre Deodoro e Cotegipe (chefe do governo) é uma prova da exaltação de ânimos em que se encontravam os militares. Exonerado a 5 de



Barão de Cotegipe

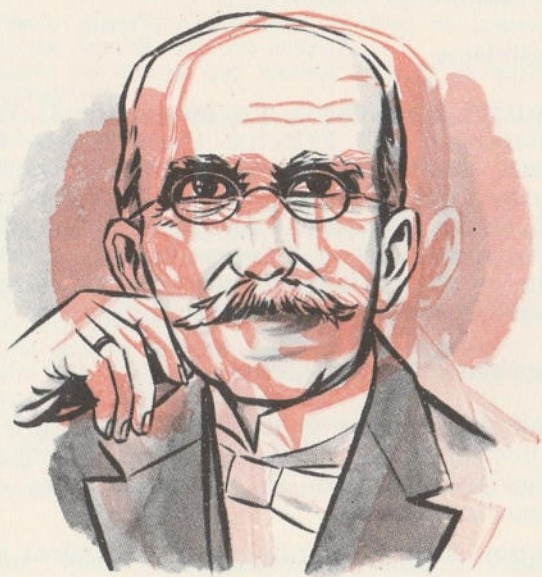
dezembro de 1886, transferido para o Rio de Janeiro, Deodoro tornou-se o centro da questão militar. A luta entre militares e civis estava declarada. Nesse clima de animosidades, viveu o Exército os anos de 1887, 1888 até 1889, fase final de sua ação política, agravada pela ação disciplinadora do Visconde de Ouro Preto.

O Federalismo

Outra força que se levantava contra a Monarquia era o Federalismo. Desde os tempos coloniais se propôs o problema da Unidade Nacional nos termos da centralização e descentralização do poder. Criadas as Províncias, elas se desenvolveram e reclamavam maior autonomia administrativa. Seus presidentes eram nomeados pelo Imperador, mas os habitantes delas se julgavam aptos a escolher seu governante.

O Federalismo ganhou corpo em todo o país. Propôs Joaquim Nabuco uma Monarquia Federativa, mas Rui Barbosa desejava o federalismo, "com ou sem a Monarquia". Pretendeu Ouro Preto que se efetivasse

o federalismo, porém com a *ressalva*: a escolha do presidente da Província seria feita mediante a eleição de três nomes, para que o Imperador escolhesse um deles. Por outro lado, os republicanos, não abrindo mão da eleição direta dos presidentes das Províncias, demonstravam que só havia um remédio: a extinção do regime monárquico. Como as atitudes mais audazes são as que atraem a opinião pública, o federalismo passou a ser uma arma contra o Império.



Rui Barbosa

Os partidos

Os partidos tradicionais da Monarquia haviam perdido sua substância doutrinária. O sistema parlamentar é, sobretudo, uma constante consulta à opinião nacional, mas esta não estava organizada porque os dois partidos não possuíam programas nítidos nem

motivação que os distinguísse para uma mensagem à Nação. Tanto os liberais como os conservadores já não erguiam bandeiras para atrair *adeptos*. Eles não possuíam outra mentalidade senão a da conquista do poder. Tornaram-se oportunistas, dois agrupamentos sem ideal. Incapazes, portanto, de sustentar o trono.

Uma força nova vinha surgindo. Pequena, mas cheia de vitalidade, porque trazia uma bandeira: o Partido Republicano. Na Câmara, a bancada desse novo partido era apenas de cinco deputados: Prudente de Moraes, Campos Sales, Alvaro Botelho, Monteiro Manso e Lamounier Godofredo.

O nativismo

Ressurgia o *nativismo* dos tempos de D. Pedro I e das Regências. O Príncipe Consorte, D. Gastão de Orleans, Conde d'Eu, era francês. O Imperador, embora não contasse uma idade demasiadamente avançada (64 anos), achava-se bastante doente. Em sua falta, subiria ao trono a Princesa Isabel. A idéia da influência que exerceria no seu governo um estrangeiro foi largamente explorada pelos republicanos.

Tempestade sobre o trono

Tôdas essas forças se levantavam contra o Império. Os horizontes se toldavam, principalmente porque sobre eles se estendiam as pesadas nuvens de um militarismo insatisfeito.

Vejamos, na lição seguinte, o desencadear da tormenta.

ELUCIDÁRIO

Positivismo — Filosofia criada por Augusto Comte, em França. Exclui qualquer consideração da metafísica, só aceitando os fenômenos evidentes e possíveis de serem percebidos.

Monismo — Filosofia que pretende explicar o universo pela existência de um elemento único. Aparentemente diversa do positivismo, ambos os conceitos se subordinam à mentalidade do século em que surgiram, a qual nega tudo o que não é objeto da experiência.

Augusto Comte — Filósofo e matemático francês (1798-1857).

QUESTIONÁRIO

- Desde quando e em que ocasiões se manifestaram idéias republicanas no Brasil?
- Quais os fatores que vieram demolir os alicerces da Monarquia?
- Que idéias filosóficas predominavam nas vésperas da República?
- Por que se queria imitar as repúblicas do nosso Continente?
- Os fazendeiros, estancieiros e senhores de engenho ficaram satisfeitos com a libertação dos escravos?
- Como se deu o conflito entre o Imperador e os Bispos? Quais as consequências?
- Quais os motivos da “questão militar” e como se deram os acontecimentos?
- Que posição assumiu Deodoro e o que fez?
- Que influência teve a campanha federalista na proclamação da República?
- Os partidos políticos funcionavam nos últimos dias do Império? O que eram eles e o que faziam?
- Por que ressurgiu o “nativismo” no Brasil?
- Diante de todos esses fatos, que se poderia esperar?

DEBATE: Quem sofreu maiores pressões, D. Pedro I ou D. Pedro II?



VI PARTE
A REPÚBLICA

CAPÍTULO XVI

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O Partido Republicano

Em 3 de dezembro de 1870, o jornal "A República" publicou um manifesto que começava dizendo: "É a voz de um partido que se *alça* hoje para falar ao país". Propunha a Abolição, a Federação e nova Carta Constitucional elaborada por legítimos representantes do povo. Embora não haja em todo o documento a palavra "república", tornava-se evidente o seu caráter político, pelo que foi denominado "manifesto republicano".

Correram os anos de 1871 e 1872, sem que nada de prático se fizesse para pôr em ação o partido. Em São Paulo, onde numerosos eram os clubes que trabalhavam pela extinção da Monarquia, realizou-se uma reunião na Capital, deliberando-se a convocação de todos os *correligionários* da Província. Foi nomeada uma comissão constituída por Américo de Campos, Bernardino de Campos, Américo Brasiliense e Campos Sales e designou-se a cidade de Itu para a realização da assembléia.

Convenção de Itu

A Convenção de Itu instalou-se em 18 de abril de 1873, na residência senhorial onde hoje está instalado o Museu Republicano. Compareceram as delegações de Amparo, Botucatu, Bragança, Campinas, Capivari, Indaiatuba, Itatiba, Itapetininga, Itu, Jundiaí, Jaú, Mogi-Mirim, Montemor, Piracicaba, Pôrto Feliz, São Paulo, Sorocaba e Tietê. Veio um representante do Rio. Observou Carlos de Campos que, sem a Convenção de Itu, a República malograria, pois ali se tomaram medidas práticas, a fim de não se perderem no vácuo os *ideólogos* do Rio de Janeiro.

A propaganda

De 1873 em diante, tomou corpo a propaganda republicana, mas tendo como base a província paulista, onde o partido estava *estruturado* e em ação prática. No Rio, enquanto se desenvolvia a pregação dos positivistas, viam-se claramente as colorações das Forças Armadas. Eram os chamados "colarinhos de couro", que tinham vindo da guerra do Paraguai, contrários ao governo, mas não ao Imperador; inimigos da Monarquia, manifestavam-se, em pequeno número, militares intelectuais sugestionados pelos positivistas. Substituíram-se os ministérios do partido conservador, sempre maneirosos em resolver crises. Finalmente, veio a Abolição, com os conservadores no poder. O Imperador era um espírito *agnóstico* e dir-se-ia que suas convicções monárquicas não tinham firmeza. A propaganda republicana *recrudescia* na imprensa e nos clubes, sobretudo na Escola Militar.

Ouro Preto

Em 7 de junho de 1889, subiu ao poder o partido liberal, assumindo a presidência do Ministério o Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo). A atmosfera política estava carregada pela continuidade e agravação das questões militares.

Convenção de Itu

A Convenção de Itu instalou-se em 18 de abril de 1873, na residência senhorial onde hoje está instalado o Museu Republicano. Compareceram as delegações de Amparo, Botucatu, Bragança, Campinas, Capivari, Indaiatuba, Itatiba, Itapetininga, Itu, Jundiaí, Jaú, Mogi-Mirim, Montemor, Piracicaba, Pôrto Feliz, São Paulo, Sorocaba e Tietê. Veio um representante do Rio. Observou Carlos de Campos que, sem a Convenção de Itu, a República malograria, pois ali se tomaram medidas práticas, a fim de não se perderem no vácuo os *ideólogos* do Rio de Janeiro.

A propaganda

De 1873 em diante, tomou corpo a propaganda republicana, mas tendo como base a província paulista, onde o partido estava *estruturado* e em ação prática. No Rio, enquanto se desenvolvia a pregação dos positivistas, viam-se claramente as colorações das Forças Armadas. Eram os chamados "colarinhos de couro", que tinham vindo da guerra do Paraguai, contrários ao governo, mas não ao Imperador; inimigos da Monarquia, manifestavam-se, em pequeno número, militares intelectuais sugestionados pelos positivistas. Substituíram-se os ministérios do partido conservador, sempre maneirosos em resolver crises. Finalmente, veio a Abolição, com os conservadores no poder. O Imperador era um espírito *agnóstico* e dir-se-ia que suas convicções monárquicas não tinham firmeza. A propaganda republicana *recrudescia* na imprensa e nos clubes, sobretudo na Escola Militar.

Ouro Preto

Em 7 de junho de 1889, subiu ao poder o partido liberal, assumindo a presidência do Ministério o Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo). A atmosfera política estava carregada pela continuidade e agravação das questões militares.

Avolumava-se a indisposição do Exército contra o governo. Como acontece em tais circunstâncias, os exploradores civis *açulavam* as cóleras militares, soltando boatos. Divulgavam a notícia de que Ouro Preto iria desarticular o Exército, espalhando seus contingentes pelo interior do país e comentavam o fato de o Chefe do Governo não haver visitado Deodoro quando regressou de Mato Grosso. Mais: lançavam a alarmante mentira de premeditada ordem de prisão contra aquele chefe militar. O intrépido Ouro Preto desmentiu mas disse que se se tornasse necessário o faria.

A conspiração

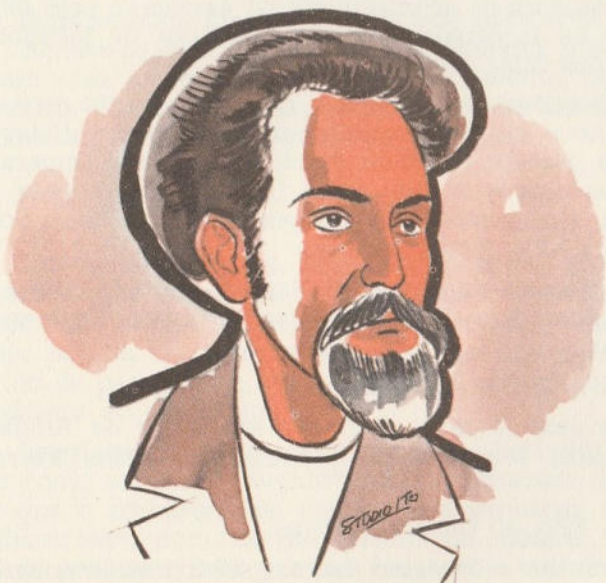
Não era intento das Forças Armadas, nem de Deodoro, destronar D. Pedro II: O que queriam era a deposição do Ministério Ouro Preto e nada mais. Entretanto, os apóstolos do novo regime aproveitavam-se dos descontentamentos gerais no Exército para atingir os seus fins. Essa coordenação de "elementos úteis", ou "inocentes úteis" foi adotada pelos republicanos com pleno êxito.

Em princípios de novembro de 1889, *urdiu-se* a conspiração contra a Monarquia. No seu livro "Da propaganda à Presidência", Campos Sales relata toda a trama dos republicanos de São Paulo com seus correligionários do Rio. Uma carta de Aristides Lobo, datada de 10 de novembro, dizia que os paulistas esperassem notícias "amanhã". Esse amanhã referia-se à reunião que se faria em casa de Deodoro, como se fêz, estando presentes o missivista, Benjamim, Quintino Bocaiúva e Glicério. Instaram estes para que Deodoro desferisse o golpe republicano. Negava-se Deodoro, dizendo-lhes: "Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito". Por fim cedeu, não resistindo à pressão dos conspiradores. Entretanto, parecia *contemporizar*, pois nenhum entusiasmo manifestava.

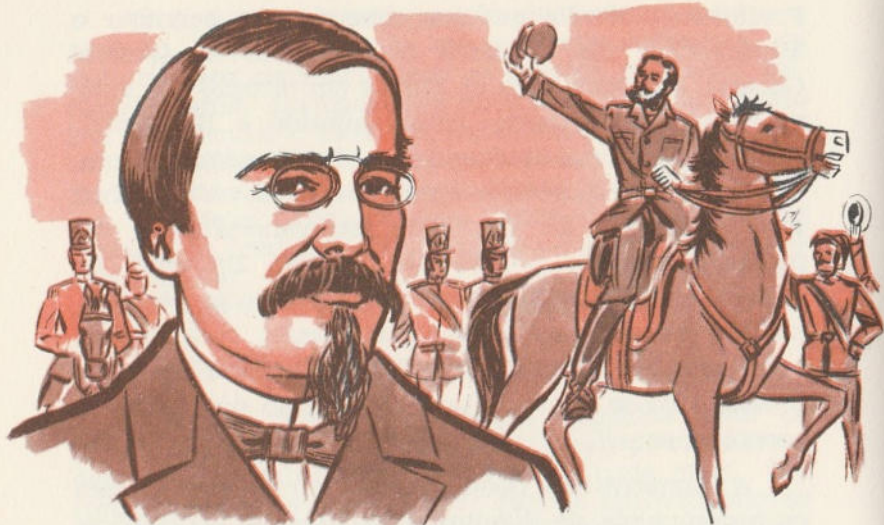
Ninguém melhor do que o próprio Deodoro poderia narrar como se proclamou a República. Ele resumiu o episódio ao diplomata Salvador de Mendonça, que registrou em suas memórias a palavra do já então

Presidente. Revela que sua intenção era derrubar o Ministério e diz: “Presos os ministros no Quartel General, seguimos com as Fôrças em direção aos arsenais, indo eu à frente, entre Quintino e Benjamim. Entramos pela rua do Ouvidor”. “Pouco adiante, Quintino me disse: quando sairmos desta rua, ou o senhor será presidente da República, ou general para ser fusilado; escolha”. “Não tive pressa. De volta ao Campo, recolhi-me à minha casa, com muita *dispnéia*, embora os que me rodeavam instassem para que eu proclamasse a República. Não foi coisa feita às pressas. Só se fêz mais tarde, em razão do curso dos acontecimentos”.

A narrativa de Deodoro está em harmonia com os testemunhos de quantos assistiram às ocorrências de 15 de novembro. A frase “em razão do curso



Quintino Bocaiúva



Benjamin Constant

que tomaram os acontecimentos” explica-se pelo depoimento de Jaceguai ao mesmo Salvador de Mendonça. Deixemos falar Jaceguai:

“Deodoro recolhera-se à casa com muita *dispnéia*. Quintino e eu esperávamos em baixo por notícias do que se passava no Paço da cidade, onde o Imperador já se achava com tôda a sua família. De repente, um *tílburi*, à disparada, deixou à porta o Conselheiro Souza Ferreira. Corremos para êle.

— Depois da recusa de Saraiva, para formar nôvo Ministério (disse Souza Ferreira) o Imperador mandou chamar...

— A quem? A Deodoro?

Se êste fôsse o chamado, em lugar de fundar a República, formaria nôvo Ministério. Mas Ferreira disse:

— Não, ao Gaspar Martins.

Quintino e Jaceguai fizeram subir imediatamente o mensageiro pela escada. Daí a pouco, descia com a

ordem de se proclamar a República. Era Gaspar Silveira Martins o adversário a quem Deodoro mais detestava. Havia razões para que o general temesse um governo chefiado por tão rancoroso inimigo.

O que se passou no Paço da cidade

Veio D. Pedro II de Petrópolis, com toda a família e dirigiu-se ao Paço da cidade. Até então (e já caía a tarde) não se falava em República. Os ministros estavam presos no Quartel General. Enquanto corriam as horas, o Imperador, talvez convencido de que as tropas pretendiam apenas a deposição do Ministério, providenciou a formação de novo gabinete. Consultado Saraiva, este recusou. É provável mesmo que tivesse mandado chamar Silveira Martins, mas isto poderia ter sido uma notícia forjada pelos republicanos para *compelir* Deodoro a tomar a suprema decisão.

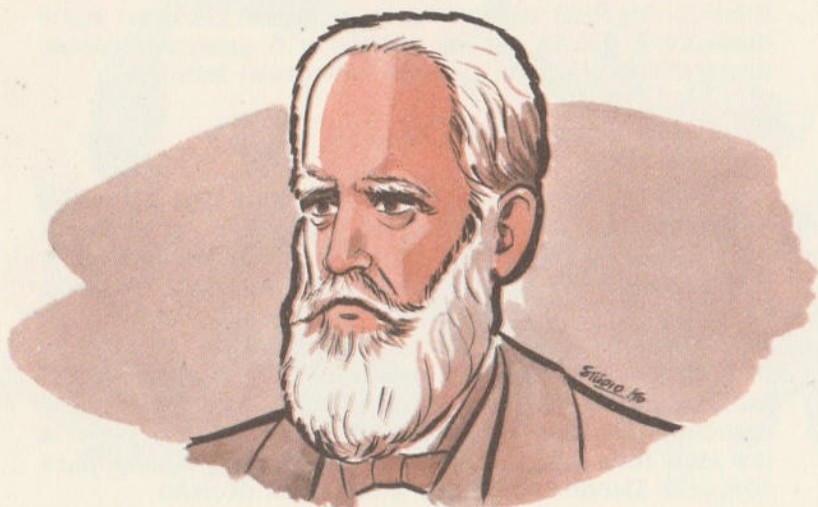
Na tarde do dia 15, a República foi proclamada na Câmara Municipal.

Bem se pode avaliar a noite que passou D. Pedro II. Achava-se doente, minado por *diabetes* e se esgotavam suas últimas energias. Naturalmente, pela sua memória passavam as sucessivas décadas do seu reinado e os serviços que prestara à Nação.

O Exílio

No dia seguinte, 16, veio o decreto de banimento. É trazido por um oficial, com a explicação de Deodoro sobre tudo o que se passara. O Imperador recebe a triste notícia da recompensa que lhe dão pelo meio século de paz interna, democracia e liberdade que prodigalizara ao seu povo.

Queriam que embarcasse à noite. Resistiu: "Não vou como um negro fugido". Argumentaram dizendo-lhe que o embarque de dia poderia provocar reações e distúrbios, com derramamento de sangue. Então cedeu, porque nunca por sua causa fôra derramado o sangue de brasileiros.



D. Pedro II

À mensagem que recebera, D. Pedro II respondeu: “À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta Pátria de nós tão estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século em que desempenhei o cargo de Chefe de Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais grata lembrança, fazendo os mais ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. D. Pedro de Alcântara”.

Raul Pompéia, em impressionante página literária, intitulada “Uma noite histórica”, descreve o embarque de D. Pedro II e sua família.

Os exilados (banidos segundo o decreto) viajaram no vapor “Alagoas”. Recusou o Imperador o auxílio financeiro que lhe fôra oferecido pelo Governo Provi-

sório. Um mês depois, na cidade do Pôrto, perdeu a espôsa, D. Tereza Cristina. No exílio, D. Pedro II escreveu um soneto em que diz lhe ter vindo do Brasil um punhado de terra, que desejava fôsse posta num travesseiro em que repousaria a cabeça depois de morto. Termina a poesia declarando: "sereno aguardarei no meu jazigo a justiça de Deus na voz da História".

Essa justiça veio em 1921, quando o presidente Epitácio Pessoa revogou o decreto de banimento e fêz transportar para o Brasil os restos mortais dos nossos Imperadores, atualmente na catedral de Petrópolis.

ELUCIDÁRIO

"Da propaganda à presidência" — Livro escrito pelo falecido ex-presidente da República, Campos Sales, em que narra as combinações entre os republicanos em 1889, citando nomes e falando de interessantes ocorrências.

Aristides Lobo — Prócer republicano de grande atuação.

Quintino Bocaiúva — Jornalista e político brasileiro (1836-1912). Foi considerado "príncipe dos jornalistas". Exerceu grandes atividades políticas e administrativas. Os republicanos elegeram-no chefe do seu partido. Seu papel na proclamação do novo regime foi notável.

Glicério — (Francisco) — Um dos chefes republicanos paulistas.

Saraiva — Grande político do Império.

Silveira Martins — (Gaspar). Político brasileiro, famoso orador.

Raul Pompéia — Notável escritor (1863-1895). Autor do famoso romance "Ateneu".

D. Tereza Cristina — Imperatriz do Brasil, espôsa de D. Pedro II, filha de Francisco I, rei das Duas Sicílias e da infanta Maria Isabel, filha de Carlos IV da Espanha. (1822-1889).

QUESTIONÁRIO

- Que ocorreu a 3 de dezembro de 1870?
- Como foi convocada e o que significou a Convenção de Itu?
- Qual a posição das Forças Armadas durante a propaganda republicana?
- Quem era o Visconde de Ouro Preto e o que fez?
- Como se manifestava o Exército diante do governo de Ouro Preto?
- Havia intenção das Forças Armadas de destronar D. Pedro II?
- Que aconteceu na casa de Deodoro, em 10 de novembro de 1889 e quais eram as pessoas presentes?
- Como Deodoro descreve a proclamação da República?
- Que outro depoimento confirma a sua narrativa?
- Que se passou no Paço da Cidade na noite de 15 para 16 de novembro?
- Qual a data do decreto de banimento de D. Pedro II e sua família?
- A que horas da madrugada embarcou D. Pedro II para a Europa e em que navio? Deixou alguma mensagem ao povo brasileiro?
- Onde e quando morreu a Imperatriz do Brasil, D. Tereza Cristina?
- Em que data e por quem foi revogado o decreto de banimento?
- Onde se acham os túmulos de D. Pedro II e D. Tereza Cristina?

DEBATE: A República foi proclamada repentinamente ou foi o resultado lógico de um processo histórico?

LEITURA COMPLEMENTAR

UMA NOITE HISTÓRICA

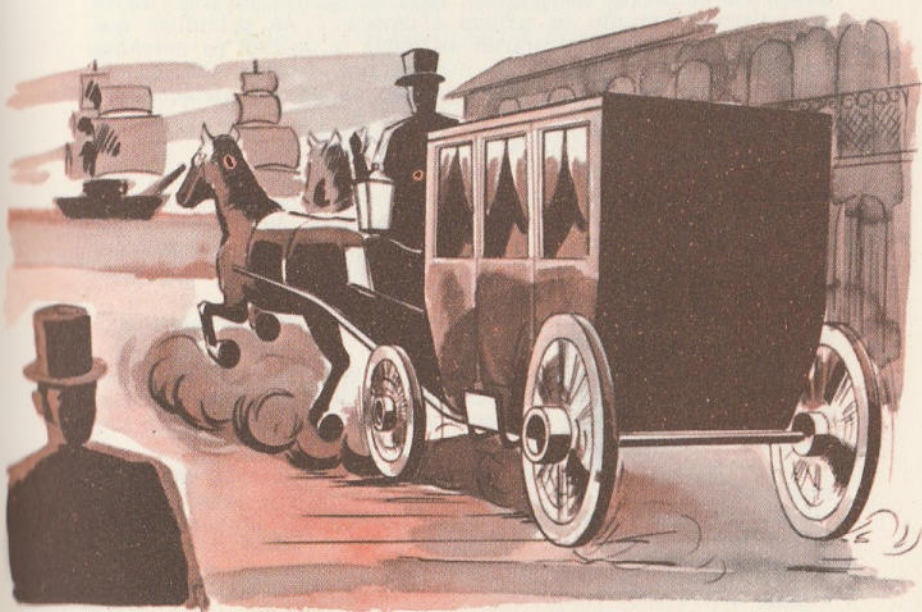
Raul Pompéia

As três da madrugada de domingo, enquanto a cidade dormia tranquilizada pela vigilância tremenda do Governo Provisório, foi o Largo do Paço teatro de uma cena extraordinária, presenciada por poucos, tão grandiosa no seu sentido e tão pungente quanto foi simples e breve.

Obedecendo à dolorosa imposição das circunstâncias, que forçavam a um procedimento enérgico para com os membros da dinastia dos príncipes do ex-Império, o governo teve necessidade de isolar o paço da cidade, vedando qualquer comunicação do seu interior com a vida da capital.

A todas as portas do edifício principal, na manhã de sábado e às portas das outras habitações dependentes, ligadas pelos passadiços, foram postadas sentinelas de infantaria e numerosos carabineiros montados. O saguão transformou-se em verdadeira praça de armas.

Muitos personagens eminentes do Império e diversas famílias, ligadas por aproximação de afeto à família imperial, apresentaram-se a falar ao imperador e, aos seus augustos



parentes, retrocedendo com o desgosto de uma tentativa perdida. A proporção que passavam as horas, foi-se tornando mais rigorosa a guarda das imediações do palácio. As sentinelas foram reforçadas por uma linha de baionetas que a pequenos intervalos se estendeu pelo passeio, em todo o perímetro da imperial residência, transformada em prisão do Estado.

Novas determinações anunciadas por ajudantes de ordens que chegavam freqüentemente do quartel general, desenvolviam ainda as manobras da guarnição do edificio.

Depois que anoiteceu, foi fechado o trânsito pelas ruas que o rodeiam. Às onze horas, havia sentinelas até ao meio da grande área compreendida entre o pórtico do palácio e o cais. Por tôdas as imediações vagueavam soldados de cavalaria, empunhando clavinotes, de coronha pousada no joelho.

Adiantava-se a noite, adiantavam-se gradualmente para o mar os cordões de sentinelas.

Um boato official, inspirado pela conveniência do interesse público, espalhava a noticia de que o Sr. D. Pedro de Alcântara (que se sabia dever embarcar para a Europa em consequência da revolução do dia 15) só iria para bordo no domingo de manhã. A policia excepcional do Largo do Paço, porém, durante a noite de sábado, deu a certeza de que o embarque se faria muito antes da hora propalada.

.....

Às três da madrugada menos alguns minutos, entrou pela praça um rumor de carruagem. Para as bandas do largo houve um ruidoso tumulto de armas e cavalos. As patrulhas que passeavam de ronda retiraram-se tôdas a ocupar as entradas do largo, pelo meio do qual, através das árvores, iluminando sinistramente a solidão, perfilavam-se os postes melancólicos dos lampiões de gás.

Apareceu, então, o préstito dos exilados.

Nada mais triste. Um côche negro, puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha, um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil.

Divisavam-se vagamente, sôbre o grupo, os penachos vermelhos das barretinas de cavalaria.

O vagaroso comboio atravessou em linha reta, do paço em direção ao molhe do cais Pharoux. Ao aproximar-se do cais, apresentaram-se alguns militares a cavalo, que formavam em caminho.

— É aqui o embarque? perguntou timidamente uma das senhoras de preto aos militares. O cavaleiro, que parecia official, respondeu com gesto largo de braço e uma atenciosa inclinação de corpo.

Por meio dos lampiões que ladeiam a entrada do molhe passaram as senhoras. Seguiu-se o côche fechado.

Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o Sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se — um vulto indistinto, entre outros vultos distantes — para pisar pela última vez a terra da Pátria.

Do pôsto de observação em que nos achávamos, com a dificuldade, ainda mais, da noite escura, não pudemos distinguir a cena do embarque.

Foi rápida, entretanto. Dentro de poucos minutos ouvia-se um ligeiro apito, ecoava no mar o rumor igual da hélice da lancha, reaparecia o clarão da iluminação interior do barco, e, sem que se pudesse distinguir nem um só dos passageiros, a tôda a força de vapor, o ruído da hélice e o clarão vermelho afastavam-se da terra.

TERRA DO BRASIL

D. Pedro II

Espavorida agita-se a criança,
De noturnos fantasmas com receio,
Mas se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descança.

Perdida é para mim tôda a esperança
De volver ao Brasil; de lá me veio
Um pugilo de terra; e nesta creio
Brando será meu sono e sem tardança...

Qual o infante a dormir em peito amigo,
Tristes sombras varrendo da memória,
Ó doce Pátria, sonharei contigo!

E entre visões de paz, de luz, de glória,
Serenos aguardarei no meu jazigo
A justiça de Deus na voz da história!

CAPÍTULO XVII

TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Governo Provisório

Instituiu-se no dia 16 de novembro de 1889 o *Governo Provisório*, que deveria tomar as providências para a efetivação constitucional do regime republicano. Seus atos iniciais foram: a proclamação da República Federativa; a regulamentação provisória da administração das Províncias, que se tornaram Estados; as nomeações dos ministros e governadores das unidades federativas. A 19, veio o decreto criando a bandeira, os selos e sinêtes da República. Foi mantida a mesma bandeira que exprimira durante mais de meio século os sentimentos nacionais, apenas substituídas no centro as armas do Império por uma esfera azul com estrêlas representando os Estados e o lema "ordem e progresso".

Assumiu a chefia do governo o Marechal Deodoro e os ministros nomeados foram Campos Sales, Aristides Lobo, Demétrio Ribeiro, Rui Barbosa, Floriano Peixoto e Wandenkolk.

Deu-se em dezembro uma rebelião no quartel de um regimento de artilharia. Suspeitando-se que essa revolta tivesse sido o resultado da intriga de jornais, foi decretada a censura da imprensa.

Começaram os *atritos* entre Deodoro e seus ministros, a ponto de pensar o marechal em renunciar, passando o governo a Rui Barbosa, seu vice-presidente.

Em 15 de maio, Deodoro foi aclamado pelas tropas generalíssimo das Forças Armadas; a 25 do mesmo mês, os ministros passaram a ter as honras de general de brigada.

A imprensa, apesar das medidas *coercitivas* do Governo, continuava indócil e até violenta. Reagindo, os adeptos de Deodoro *empastelaram* o jornal "A Tribuna". Agora foi a vez do Ministério ameaçar o Presidente com uma renúncia coletiva. A situação compôs-se, mas as reuniões do Conselho de Ministros foram sendo cada vez mais tumultuosas. Finalmente, o próprio Deodoro, ponderando sobre as *desavenças* entre os ministros, concedeu demissão a todos os titulares das diversas pastas.

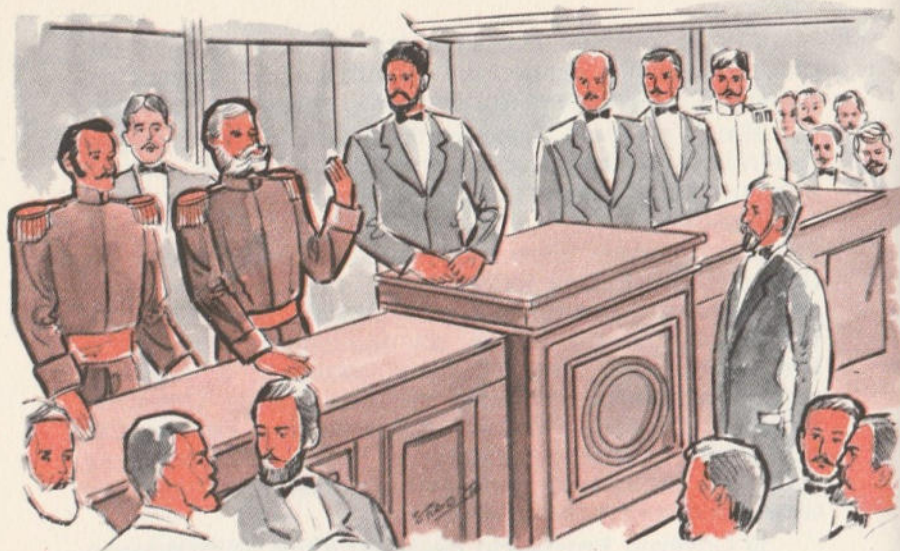
O Governo Provisório decretou ainda: a separação da Igreja do Estado; o casamento civil; a secularização dos cemitérios; a grande naturalização para todos os estrangeiros que residissem no Brasil até 15 de novembro de 1889; a reforma do Código Criminal e da organização judiciária, do ensino e do sistema bancário; a convocação do Congresso Constituinte.

O reconhecimento da República pelas nações foi obtido facilmente.

Constituinte

Devendo o Congresso Constituinte, depois de promulgada a Carta Magna, converter-se em Legislativo ordinário, realizaram-se eleições para deputados e senadores em todos os Estados, no dia 15 de setembro de 1890. A Constituinte instalou-se a 15 de novembro do mesmo ano, sendo eleito presidente Prudente de Moraes.

O projeto da nova Carta já estava pronto desde julho, tendo sido Rui Barbosa seu principal inspirador. Instituiu a República Federativa; definia os limites da competência da União e dos Estados; organizava os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); ga-



A Constituinte de 1890

rantia as liberdades individuais. Dando nova *estrutura* ao Estado Brasileiro, não violentava as tradições nacionais.

No dia 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição.

Eleição do primeiro Presidente da República

Competia agora ao Congresso eleger os primeiros Presidente e Vice-Presidente da República. Duas correntes se formaram: a dos civis e a dos partidários da continuação do domínio militar. Buscou-se uma fórmula *conciliatória*, escolhendo-se uma chapa: Prudente de Moraes, para presidente, e Floriano Peixoto para vice. Logo chegou aos responsáveis pela candidatura civil a notícia, trazida secretamente, de que a guarnição do Rio de Janeiro se preparava para, no caso do Congresso não eleger Deodoro, levantar-se e dissolver as casas legislativas, proclamando a ditadura do Marechal.

A atmosfera estava carregada de ameaças e, por isso mesmo, Prudente de Moraes se mostrava *irredutível*: iria à eleição de qualquer maneira. Tentaram Campos Sales e Bernardino de Campos *demovê-lo* dessa atitude, declarando-lhe que, se era irrevogável a sua decisão, a bancada paulista saberia sacrificar-se, votando unânime em seu nome. Ponderavam, entretanto, que da sua eleição poderia resultar ou a ditadura de Deodoro, ou uma luta sangrenta, que poria em risco a própria República. O general Floriano, companheiro de chapa de Prudente, também fazia sentir a gravidade da situação. Depois de inúteis tentativas para que Prudente retirasse a sua candidatura, Campos Sales e Bernardino combinaram que, se eleito Prudente, ser-lhe-ia dada posse imediata, no próprio edifício do Congresso, arregimentando-se os militares contrários a Deodoro.

No dia 25 de fevereiro de 1891, reuniu-se o Congresso para a eleição. Contava Prudente com a maioria mas, desde a véspera, começaram os parlamentares a sofrer pesada pressão. Sabe-se como se fazem essas coisas, jogando-se com duas armas: a do interesse pessoal e a do amedrontamento com boatos de iminentes violências. A maioria de Prudente estava minada.

Realizada a eleição, Deodoro obteve 129 votos e Prudente de Moraes 97. Para vice-presidente foi eleito Floriano Peixoto. A luta estava aberta entre o Presidente da República e o Congresso.

ELUCIDÁRIO

Separação da Igreja do Estado — Durante a Monarquia, a religião oficial do Estado Brasileiro era a Católica. O Imperador exercia direitos de interferir nessa religião, com autoridade sobre o clero. A República separou o poder civil do eclesiástico.

Casamento civil — Durante o Império, existia somente o casamento religioso, com tôdas as consequências jurídicas do matrimônio. A República instituiu o casamento civil, obrigatório.

Secularização dos cemitérios — Durante a Monarquia, os cemitérios eram subordinados à Religião Católica. A República estendeu direitos a todos os brasileiros, sem discriminação de credos religiosos.

QUESTIONÁRIO

- Quando foi instituído o Governo Provisório e quem assumiu a Presidência?
- Quais os primeiros atos do Governo Provisório?
- Quais outros atos de importância desse Governo?
- Quando se realizaram as eleições para o Congresso Constituinte e em que data foi instalado?
- Quando foi promulgada a nova Constituição e quais eram suas disposições principais?
- Foi fácil a primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República?
- Quais os candidatos e quem foi eleito Presidente?
E o Vice?

DEBATE: Significado hoje da Bandeira Nacional criada na República.

CAPÍTULO XVIII

PRESIDENTES DA REPÚBLICA - 1 1891-1930

Marechal Deodoro da Fonseca

Esqueceu-se o Marechal Deodoro de que a estabilidade dos governos democráticos repousa na harmonia dos três poderes, segundo a fórmula sábia de Montesquieu. Longe de procurar o apoio do Legislativo, tudo fazia para irritar-lhe os ânimos. Por outro lado, o Poder Legislativo não cooperava com o Executivo nas medidas necessárias ao interesse público; além de atitudes provocadoras que ia adotando, estava no propósito de não votar o orçamento; por fim, cogitou da Lei de Responsabilidade, que poderia chegar ao impedimento do Presidente da República. Nesse clima, só se falava em deposição do Presidente, ou em dissolução do Congresso.

Foi esta a que prevaleceu. A 4 de novembro de 1891, tropas do Exército cercaram os edifícios onde funcionavam o Senado e a Câmara. Estava dissolvido o Congresso Nacional.



Deodoro da Fonseca

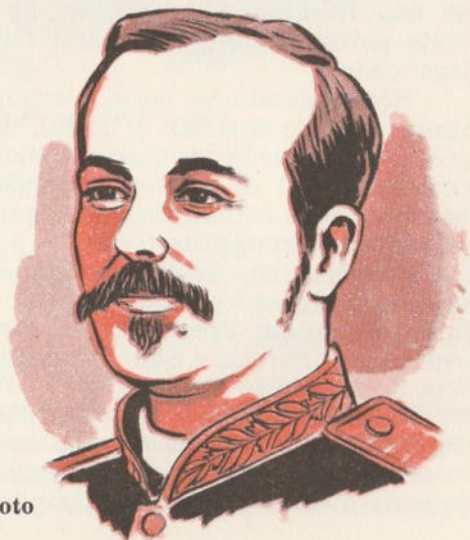
Deodoro lançou um manifesto à Nação, justificando seu ato. Em revide, os parlamentares lançaram outro, *exprobrando* a violência que atentava contra a Constituição. De início, o Marechal teve adesões calorosas, mas esse movimento foi arrefecendo e até nos meios militares foram se acendendo fogueiras de rebeldia.

A 22 de novembro, o almirante Custódio José de Melo, senhor de todos os vasos de guerra *surtos* na baía de Guanabara, levantou a Marinha contra Deodoro. A esquadra anunciou a deposição do Presidente por um único tiro de artilharia. O Marechal tentou reagir no primeiro momento. O Barão de Lucena, seu íntimo amigo, ponderou-lhe que tal reação lançaria o país numa guerra civil. Depois de meditar alguns instantes, Deodoro mandou chamar o Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, e passou-lhe o governo.

Marechal Floriano Peixoto

Uma vez no poder, Floriano depôs todos os governadores dos Estados que tinham apoiado o golpe de Deodoro. Já fora do poder, este não se mostrava conformado. Adeptos seus, em 19 de janeiro de 1892, sublevaram as fortalezas de Santa Cruz e da Lage. O levante foi sufocado. Em 6 de abril de 1892, sobreveio o manifesto dos “treze generais”, intimando Floriano a proceder eleições para a Presidência e a Vice-Presidência da República. Valiam-se para isso do artigo da Constituição que mandava se procedessem eleições, por ocasião da vaga aberta por qualquer motivo, se não tivessem decorrido dois anos de mandato. Mas Floriano baseava-se no artigo das Disposições Transitorias, que abria exceção para os eleitos pelo Congresso.

Floriano reformou 11 dos 13 generais e transferiu 2 para a segunda classe. O fato provocou agitações populares em favor de Deodoro. Contava este 65 anos, mas se achava extremamente doente. Era um temperamento emotivo e sujeito a distúrbios cardíacos. Seus adeptos, entretanto, não o pouparam. Naquele ano de



Floriano Peixoto

1892, promoveram-lhe uma manifestação e, saindo de sua casa, onde deixaram o Marechal quase moribundo, organizaram uma passeata popular, dirigindo-se ao Itamarati, onde funcionava a sede do governo. Na Praça da República foram dispersados pela tropa. Mandou Floriano prender os responsáveis, encarcerando alguns em fortalezas do Rio e outros em presídios no Amazonas.

O Congresso, que encerrou seus trabalhos regulares em 22 de janeiro de 1892, tinha conferido a Floriano todos os poderes para conservar a paz da República.

No ano seguinte (fevereiro de 1893) estalou no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, tendo à frente Gumercindo Saraiva. Agravando a situação, rebelou-se a esquadra no Rio de Janeiro. Comandava as forças navais rebeldes o almirante Custódio José de Melo, grande nome na Marinha, pela bravura demonstrada na guerra do Paraguai e pelos dotes intelectuais. Tinha sido Ministro da Marinha e *cumulativamente* da Guerra, no próprio governo de Floriano e fôra o autor principal da deposição de Deodoro.

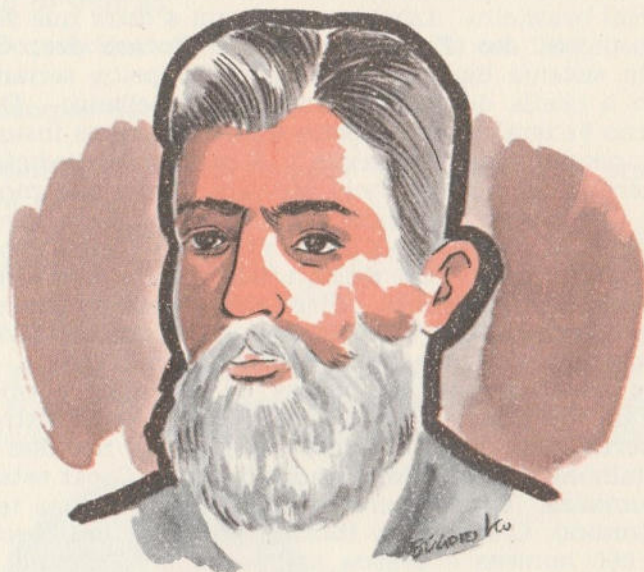
As tropas de Saraiva, tendo dominado o Rio Grande, marcharam para Santa Catarina e invadiram o Paraná. Teriam entrado no Estado de São Paulo se não tivessem sido detidas no combate da Lapa, onde perdeu a vida o general Carneiro, defensor da legalidade.

Não podendo se opor à esquadra *insurreta*, Floriano mandou artilhar o litoral, aumentou as guarnições e organizou a Guarda Nacional. O principal combate foi o da Armação. Quis Custódio de Melo bombardear a capital mas foi contido pela intervenção de nações estrangeiras.

Somente em 1894 conseguiu Floriano constituir uma esquadra, adquirindo navios. Os revoltosos levantaram ferros em direção do Sul. Os federalistas tinham evacuado o Paraná e Santa Catarina mas continuava a luta no território rio-grandense. Para ali se dirigiram os da Marinha, entre cujos brilhantes oficiais estava Saldanha da Gama que morreu em combate.

Floriano completou o seu mandato mas deixou o foco da insurreição no Rio Grande do Sul. Achava-se

muito doente por ocasião das eleições presidenciais. Dois meses decorridos da posse de seu sucessor, Prudente de Moraes, morreu aquele que, pela sua energia, fôra chamado “marechal de ferro”. (Janeiro de 1895).



Prudente de Moraes

Prudente de Moraes

Tinha Prudente a missão de restaurar a ordem no país, o que fêz com a habilidade decorrente de seu temperamento e com energia quando esta se tornava necessária. Em agosto de 1895, conseguiu pacificar o Rio Grande do Sul.

A *sensatez* com que agia descontentava a elementos exaltados, os da linha extremada e que se auto-denominavam “jacobinos” e exigiam o máximo rigor contra os adversários ou suspeitos de inimigos da revolução

republicana. Apesar de tudo ia o governo de Prudente de Moraes caminhando por veredas certas e seguras, quando um acontecimento inesperado o veio perturbar seriamente. Foi a chamada "guerra de Canudos".

Ninguém melhor do que Euclides da Cunha descreveu esse episódio da vida nacional. Em livro de maior tomo, estudamos esse fenômeno da psicologia social brasileira. Limitamo-nos aqui a dizer que várias expedições dos Estados limítrofes foram derrotadas pelo sistema das guerrilhas adotado pelos sertanejos sob a chefia do famoso Antônio Conselheiro. O Governo Federal tomou a peito a luta contra os insurgentes, denominados "jagunços". A primeira expedição do Exército foi a do coronel Moreira Cesar, que morreu em combate, esfacelando-se a sua tropa. Uma segunda expedição, com mais de 30 batalhões do norte e dezenas do sul, foi igualmente desbaratada. Ainda uma terceira foi também destruída. Finalmente, uma quarta expedição, comandada pelo general Artur Oscar, levando poderosas tropas e forte artilharia, reiniciou a luta. Em pouco tempo, as perdas de soldados e oficiais foram tão grandes que o general pediu ao Ministro da Guerra mais 5.000 homens. O governo mandou três batalhões, pois as três brigadas de Artur Oscar estavam dizimadas. Para resumir, ainda mais do que já temos resumido: Canudos foi tomada mediante um cerco de 10.000 homens e pesada artilharia. O Exército teve uma perda de 5.000 vidas de oficiais e soldados. Ficou demonstrada a eficiência das guerrilhas contra as tropas regulares. Uma lição que até hoje deve ser aproveitada.

A 5 de novembro de 1897 dava-se o desembarque de tropas que regressavam daquela guerra catastrófica. Foi recebê-las o Presidente da República. Estava tramada uma conspiração para assassiná-lo. Naquele local estava o *anspeçada* Marcelino Bispo de Melo que o alvejou a tiros. Acudiu em defesa de Prudente de Moraes o marechal Carlos Bittencourt, ministro da Guerra, que foi pelo tresloucado militar abatido a punhaladas.

O prestígio de Prudente cresceu na opinião pública. O Presidente lançou um manifesto à Nação declarando

que a ordem e a lei seriam respeitadas “como exigia a honra da República”.

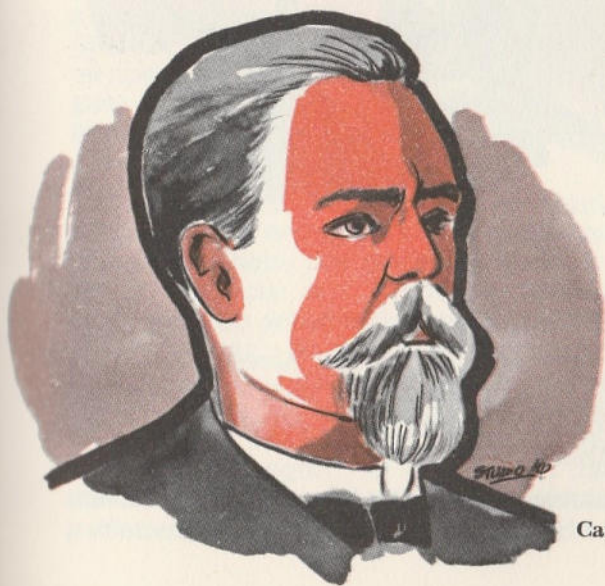
Quanto à política externa, Prudente de Moraes venceu dois *litígios*: reincorporou ao Brasil a Ilha da Trindade de que a Inglaterra se havia apoderado e resolveu a questão de limites com a Argentina, na região de Palmas.

O quadriênio de Prudente terminou em 1898.

Campos Sales

Manuel Ferraz de Campos Sales assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1898. O traço marcante do seu governo foi a restauração financeira do país, depois das agitações políticas (Deodoro), revolta da esquadra, revolução federalista (Floriano) e guerra de Canudos (Prudente).

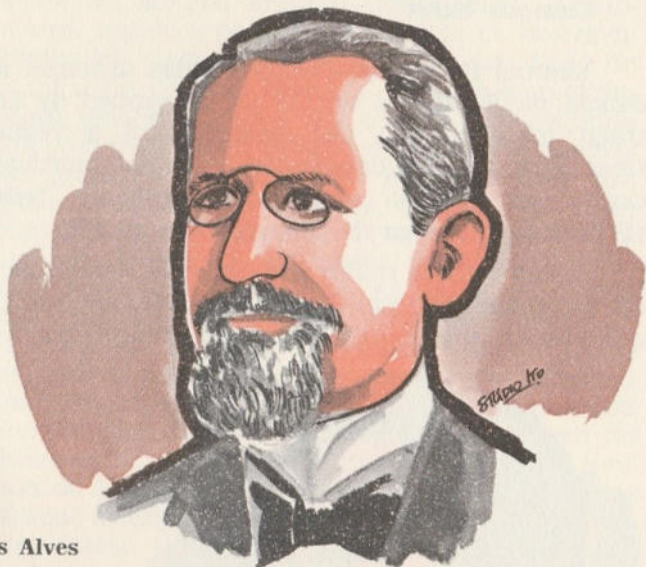
Como fato de maior importância, temos de assinalar a coordenação política dos presidentes dos Estados, que passaram a ser os *árbitros* na solução do problema



Campos Sales

das sucessões presidenciais. Era a chamada “política dos governadores”. É assunto para estudos e interpretações de grande significação.

Na política exterior, Campos Sales obteve expressivo êxito: foi resolvida a nosso favor a questão de limites com a Guiana Francesa, por sentença *arbitral* do Conselho Federal Suíço. Trabalhou para a solução da *pendência*, com dedicação patriótica, José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.



Rodrigues Alves

Rodrigues Alves

Francisco de Paula Rodrigues Alves assumiu a presidência em 15 de novembro de 1902. Empreendeu a obra gigantesca do saneamento do país, sobretudo da capital da República.

A febre amarela, a bubônica, a varíola dizimavam as populações brasileiras; o impaludismo (maleita),

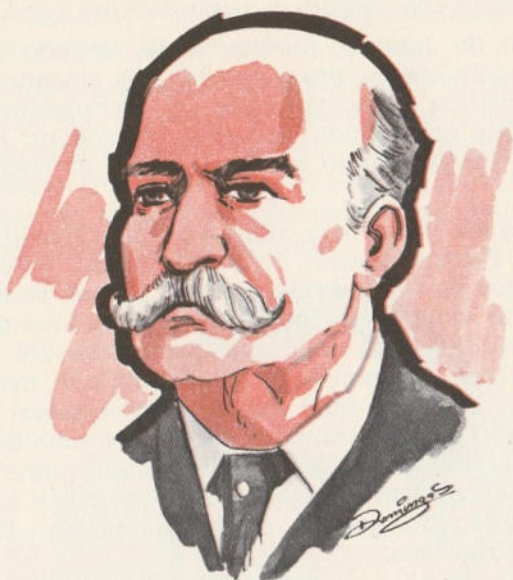
as verminoses depauperavam os habitantes de várias regiões; o tifo era comum e quase sempre fatal.

O Rio de Janeiro, no que dizia respeito à febre amarela e à bubônica, era a cidade mais atacada. Essas pestes atingiam principalmente os estrangeiros, pelo que a cidade era temida por eles; mesmo no interior brasileiro havia grande medo dos que precisavam ir ao Rio.

Rodrigues Alves deu mão forte a Oswaldo Cruz e Pereira Passos, aquêle como higienista, êste como remodelador da Capital. Encontrou Passos sérias dificuldades na luta contra interesses particulares opostos ao bem público mas a grande campanha foi contra Oswaldo Cruz, em nome de uma liberdade mal compreendida. Duas de suas medidas provocaram violentos ataques da imprensa e clamores populares: a organização de batalhões de “mata-mosquitos” com ordem de entrar em tôdas as casas, jardins e quintais e a vacinação obrigatória contra a varíola. Foi um momento dramático.

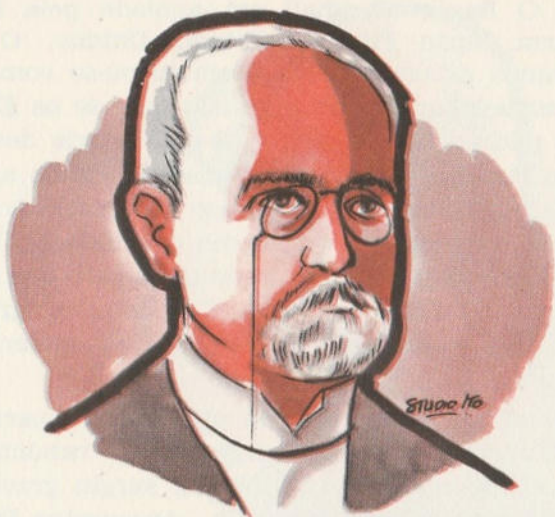
Levantou-se a ciência oficial *exprobrando* o jovem diretor da Saúde Pública. Quanto à vacina obrigatória, a imprensa excitou as cóleras populares. No Largo da Carioca, Oswaldo Cruz foi apedrejado. Dirigiu-se o cientista ao Palácio do Catete, apresentou-se a Rodrigues Alves e pediu demissão. Não lha concedeu o Presidente e deu-lhe ordem para que continuasse a obra benemérita.

A essa altura, os políticos contrários a Rodrigues Alves fizeram deflagrar uma arruaça que ficou conhecida como “noite dos quebra-lampeões”. Aproveitando-se da exaltação dos ânimos, positivistas militares e civis, que não acreditavam em micróbios, levantaram a Escola Militar. Na rua da Passagem deu-se o combate dos revoltosos contra as fôrças legais. No Catete, aconselharam Rodrigues Alves a refugiar-se num navio da esquadra mas êle respondeu enèrgicamente: “O meu lugar é aqui”. O levante foi dominado. Mais dominadas e derrotadas foram a varíola, a bubônica e a febre amarela, que desapareceram do Rio de Janeiro.



Barão do Rio Branco

Um dos segredos de Rodrigues Alves estava em saber escolher seus auxiliares. Teve-os da melhor estirpe, entre os quais Rio Branco. Apesar de monárquico, serviu a República como ministro do Exterior, resolvendo nossas questões de limites com nossos vizinhos. A mais importante foi a do Acre, que se incorporou ao território brasileiro, devendo-se o feliz resultado à habilidade de Rio Branco. Para isso foi-lhe muito útil a documentação histórica e a situação criada pelos brasileiros daquela região, comandados por Plácido de Castro, os quais derrotaram um corpo do exército boliviano a cuja frente vinha o próprio presidente daquele país. O lema dos acreanos era: "ou nos incorporamos ao Brasil ou, se este ceder nosso território à Bolívia, proclamaremos nossa independência". O assunto foi resolvido pelo Tratado de Petrópolis.



Afonso Pena

Afonso Pena

Em 15 de novembro de 1906, assumiu a presidência o Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena. Encontrou o país em prosperidade. Desenvolveu um programa ferroviário, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro a Vitória. Incrementou a imigração estrangeira, tendo entrado no Brasil, durante o seu governo, mais de 100.000 colonos, notadamente italianos. Reorganizou a Marinha de Guerra, adquirindo os couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo". Mas o acontecimento mais notável do seu quadriênio foi a vitória do Brasil no Congresso de Haia. Reuniram-se ali as nações do mundo para uma conferência internacional a favor da paz. Foi mandado por Afonso Pena, como representante do nosso país, o Conselheiro Rui Barbosa.

Em Haia, o representante da Alemanha, Barão Marshall, propôs que os problemas internacionais fossem resolvidos pelas nações mais poderosas. Insurgiu-

se Rui Barbosa, sustentando a igualdade jurídica dos povos. O Barão Marshall era apoiado pela Rússia, Inglaterra, Japão, França e Estados Unidos. O nosso Rio Branco estava atento. Comunicou-se com o governo norte-americano, declarando que, se os Estados Unidos não apoiassem Rui Barbosa, estaria destruída a União Pan-Americana. Em consequência da ameaça, baseada em acôrdo dos governos sul-americanos, que Rio Branco articulara, o governo dos Estados Unidos transmitiu ordem ao seu representante para que se solidarizasse com a tese brasileira. Com isto, os "grandes" tiveram de submeter-se à esmagadora maioria das nações.

Quando se esboçavam os preparativos para a escolha do sucessor de Afonso Pena, cujo candidato, ao que se dizia, era David Campista, surgiu grave crise suscitada por Pinheiro Machado. Apresentou Pinheiro a candidatura do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Atirava, assim, o Exército contra o Presidente. Não resistiu Afonso Pena a êsse golpe, que parecia querer reviver o militarismo dos primeiros tempos da República. Morreu, segundo se afirmava, de "traumatismo moral".

Assumiu o governo o vice-presidente Nilo Peçanha. Durante o exercício do seu mandato, foi lançada, contra a candidatura militar, o nome de Rui Barbosa, com o apoio de dois Estados: São Paulo e Bahia. *Deflagrou-se* em todo o país, a chamada "campanha civilista". Eram massas populares delirantes, a aclamar a "águia de Haia" e formidáveis discursos do candidato e brilhantes oradores, seus adeptos. Vieram as eleições. Apesar da enorme votação obtida pelas candidaturas Rui Barbosa e Albuquerque Lins (êste para vice), fizera Pinheiro funcionar a máquina eleitoral e os instrumentos parlamentares da apuração. Foi eleita a chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Braz.



Hermes da Fonseca

Marechal Hermes da Fonseca

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca tomou posse a 15 de novembro de 1910. Seu governo foi grandemente influenciado por Pinheiro Machado. Empreendeu este a derrubada dos grupos dominantes nos diversos Estados, mediante intervenções federais que não se justificavam em face do claro texto da Constituição em seu artigo 6.º. O *arguto* Pinheiro percebia o descontentamento do povo onde aqueles grupos se perpetuavam no poder. Em certos Estados, a derrubada foi fácil, em outros provocou reações como no Ceará, em Pernambuco e na Bahia. Nesta, a capital foi bombardeada. Diante do êxito que vinha alcançando, pensou Pinheiro em intervir no Estado de São Paulo. Na verdade, não havia ali uma *oligarquia* mas o *caudilho* não perdoava à secção do Partido Republicano Paulista, que apoiara Rui Barbosa. Os paulistas, entretanto, organizaram as "ligas anti-intervencionistas", que empolgaram a opinião pública. O Secretário de

Segurança, que era Washington Luís, preparou a Fôrça Pública com armas modernas e uma Missão Francesa que a adestrava. Foi o unico Estado, diante de cuja resistência Pinheiro recuou.

No Rio de Janeiro, Hermes teve de enfrentar uma revolta da esquadra, comandada pelo marinheiro João Cândido, que pasmou os técnicos, até estrangeiros, pela precisão de suas manobras. O govêrno entrou em entendimentos com os *amotinados*, prometendo-lhes *anistia*, o que não foi cumprido. Logo depois, surgiu a revolta dos Fuzileiros Navais e do "scout" Rio Grande do Sul. Foi dominada e os responsáveis cruelmente punidos.

No Paraná, o govêrno Hermes teve um caso semelhante ao de Canudos. O fanático João Maria, apelidado "Monge", mobilizou milhares de sertanejos contra os quais iam sendo infrutíferas as expedições militares. Os fanáticos só foram dominados no quadriênio seguinte, sob o fogo de 6 000 homens comandados por Setembrino de Carvalho.



Wenceslau Braz

Wenceslau Braz

O sucessor de Hermes da Fonseca foi Wenceslau Braz Pereira Gomes, que tomou posse em 15 de novembro de 1914. Rebentara a Guerra Mundial. Conservou-se o Brasil em neutralidade, aproveitando-se da situação para elevar o índice de suas exportações de gêneros alimentícios e matérias primas. Era comércio arriscado porque a Alemanha exercia forte bloqueio contra seus adversários. Assim, chegou o dia em que fomos atingidos, com o afundamento do nosso navio "Paraná". O Brasil declarou guerra aos Impérios Centrais (Alemanha e Áustria). Nossa ajuda consistiu em fornecimento de mercadorias e na remessa de pequeno *contingente* militar.

No final do governo Wenceslau, a tremenda "gripe espanhola", que assolava todo o mundo, atingiu o Brasil. A *mortandade* foi tão grande que nas cidades mais populosas os cadáveres eram conduzidos em caminhões e nas zonas rurais em carros de bois, tudo aos montes. O comércio cerrou as portas, paralizaram-se os serviços públicos.

Epitácio Pessoa

Fôra eleito para o quadriênio de 1919 a 1923, o Conselheiro Rodrigues Alves, que já exercera a presidência, da qual tratamos no lugar próprio. Seu companheiro de chapa era Delfim Moreira. Após um adiamento de posse, pois o velho *estadista* se achava gravemente enfermo, Rodrigues Alves veio de Guaratinguetá para o Rio, amparado por seus familiares, para assumir a presidência. Morreu, porém, a 18 de janeiro de 1919. Substituiu-o no governo Delfim Moreira e marcaram-se novas eleições. Foi eleito Epitácio da Silva Pessoa, que teve Rui Barbosa como competidor.

A posse de Epitácio foi em 28 de julho de 1919. Praticou um governo lúcido, de grande visão dos problemas nacionais: empreendeu as obras contra as sêcas do Nordeste, amparou a lavoura cafeeira, estimulou a siderurgia, traçou normas à política financeira. Para as pastas militares nomeou dois civis: Pandiá Calógeras para a Guerra e Raul Soares para a Marinha. O primeiro, no consenso geral dos militares, foi o melhor ministro da Guerra desde a proclamação da República.



Epitácio Pessoa

O prestígio do Brasil cresceu no governo Epitácio por ocasião da comemoração do centenário da nossa Independência. Uma exposição internacional foi realizada no Rio. Entre as personalidades ilustres que o governo atraiu ao Brasil, mencionaremos o Rei Alberto I da Bélgica, acompanhado da Rainha e Príncipes, e o presidente de Portugal Antonio José de Almeida.

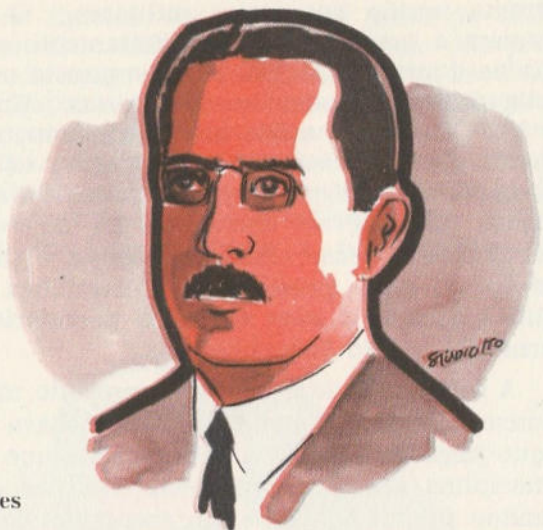
Dois fatos, entretanto, vieram perturbar a paz desse grande governo: os movimentos operários e a

extrema tensão nos meios militares. O após-guerra trouxera a questão social. Subitamente entravam no país as doutrinas socialista e comunista e surgiam os instigadores das rebeliões *proletárias*. Em princípios de 1920, irrompe no Rio um movimento operário; em janeiro de 1921, declaram-se em greve os trabalhadores marítimos, seguidos pelos trabalhadores de construção. O governo decreta a lei de repressão ao anarquismo. Nesse clima realizou-se o pleito para a eleição do novo presidente da República. A paixão política atingiu o auge entre os partidários de Artur Bernardes e Nilo Peçanha.

A agitação militar ia num crescendo mas Eptácio, homem de indomável energia, não hesitava em praticar o que julgava necessário. Percebendo que o centro da indisciplina era o ex-presidente Hermes da Fonseca, mandou prendê-lo. Esse ato *exacerbou* os ânimos em certos setores das tropas. Em 5 de julho de 1922, revoltou-se a guarnição do forte de Copacabana, secundada pela Vila Militar e pela Escola de Guerra. Decretando o estado de sítio, Eptácio agiu com presteza e dominou a situação.

Artur Bernardes

Tendo por companheiro de chapa Estácio Coimbra, Artur da Silva Bernardes foi empossado em 15 de novembro de 1922. Seu quatriênio foi tumultuoso, assinalando-se por contínuas agitações, ataques da imprensa, conspirações e rebeliões. Um matutino carioca publicou uma carta falsa atribuída a Bernardes na qual ele diria pesadas ofensas ao Exército. Mais tarde verificou-se a verdade e o próprio autor da falsificação confessou o crime. O expediente deu resultado e propiciou os acontecimentos que depois se registraram.



Artur Bernardes

O mais grave foi a *sedição* de 5 de julho de 1924, em São Paulo. Sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, *coadjuvado* pelo major da Fôrça Pública Miguel Costa e pela guarnição de Mato Grosso comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, irmão do marechal Hermes, os revolucionários dominaram a Capital. As tropas que defendiam o Palácio Presidencial retiraram-se para Guaiaúna, próxima da Penha, de onde o presidente Carlos de Campos, recebendo reforços do interior e do Rio, opôs enérgica ação contra os rebeldes. A Presidência da República agiu com decisão, mobilizando tôdas as tropas disponíveis e mandando avisar a população civil de São Paulo, por meio de boletins, que a cidade seria bombardeada. Realmente, o bombardeio se verificou, dando cobertura ao avanço das tropas legalistas. Os revolucionários, depois de terem governado alguns dias, retiraram-se em comboios da Estrada de Ferro Sorocabana. Houve ainda um combate em Catanduvas (Paraná) entre legalistas e revoltosos. Êstes, em parte, dispersaram-se, mas alguns contingentes se uniram a fôrças rebeldes que

vinham do Rio Grande do Sul e formaram uma coluna que, por muito tempo, percorreu o território brasileiro, até ser finalmente desbaratada recolhendo-se à Bolívia.

Artur Bernardes governou sempre sob a vigência do estado de sítio, mas conseguiu terminar seu quadriênio.

Washington Luís

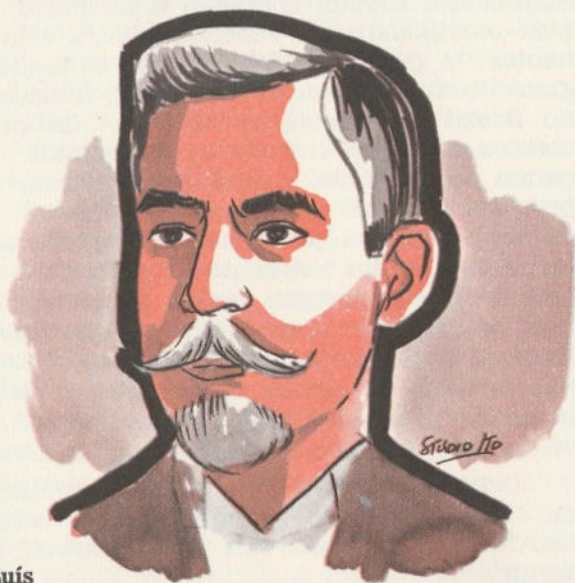
Em 15 de novembro de 1926, assumiu a presidência Washington Luís Pereira de Sousa. Tratou logo o novo presidente de pôr em execução o seu plano financeiro, que era o da estabilização do “mil-réis” e posteriormente a instituição de nova moeda, o “cruzeiro”. Os primeiros tempos do seu governo foram relativamente calmos. Até então, as revoltas e revoluções brasileiras não tinham conteúdo doutrinário. Eram simples movimentos de rebeldia contra situações dominantes. A partir de 1926, quando se realizou um congresso comunista em Buenos Aires, começaram a atuar no Brasil os agentes moscovitas. Os primeiros elementos a conquistar eram os intelectuais. Estes começaram a agir junto a militares e a levar material de propaganda aos revoltosos internados na Bolívia (Gaíba), os quais conquistados pelas idéias marxistas, foram conduzidos à Argentina e postos em contato com agentes internacionais. Esses elementos, seguindo a lição de Lenine, aguardavam a “oportunidade histórica”. A hora chegou com a ruptura do equilíbrio político mantido no Brasil, desde Campos Sales, pelo triênio São Paulo-Minas-Rio Grande do Sul. Foi quando se cogitou da sucessão de Washington Luís.

O Partido Republicano Paulista apresentou o nome de Júlio Prestes de Albuquerque ao beneplácito mineiro e rio-grandense. Os “três grandes” se desentenderam.

A candidatura de Júlio Prestes foi lançada com o apoio de todos os presidentes de Estado, exceto Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, os quais, em contraposição, adotaram a candidatura de Getúlio Vargas.

Nas eleições de 1.º de março de 1930, saiu vitorioso Julio Prestes. Não se conformaram os que lhe eram contrários. Firmou-se um *pacto* entre os governos de Belo Horizonte e Pôrto Alegre, organizando-se a frente de oposição que tomou o nome de Aliança Liberal. Na realidade, preparava-se a revolução que estalou a 3 de outubro de 1930.

A luta que se oferecia às tropas legais não era fácil. Tinham de enfrentar os revolucionários que, partindo de Paraíba, se irradiavam pelo Nordeste; precisavam opor-se aos batalhões de Minas Gerais e mandar contingentes para conter os *insurretos* que vinham do Sul. Além do mais, colhia Washington Luís os frutos das crises militares sucessivas que vinham dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, agora unidos aos que os tinham combatido. Eram os descontentamentos da tropa, de que Washington não fôra a causa.



Washington Luís

Outra dificuldade encontrava o Presidente: o nenhum desejo das altas patentes do Exército e da Marinha no sentido de que se lançasse no país uma guerra fratricida. Embora fiéis, por uma questão de hierarquia, não levavam a sua fidelidade a ponto de se comprometerem com um governo que sentiam fortemente abalado. Assim, em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o almirante Isaias Noronha entenderam ser o momento para uma pacificação. Contando com as forças sediadas no Rio de Janeiro, impuseram-na a Washington Luís. Sabendo disso, os partidários civis da revolução saíram às ruas em manifestações de *desapreço* ao Presidente da República. Foi quando os “pacificadores” resolveram prendê-lo no forte de Copacabana. Mandaram logo os revolucionários do Sul um emissário (Oswaldo Aranha) para se entender com a Junta Pacificadora. A Junta entregou o poder a Getúlio Vargas. Foram exilados Washington Luís e Julio Prestes.

QUESTIONARIO

- Quanto tempo governou o Marechal Deodoro e por que renunciou à presidência?
- Quais os acontecimentos principais no governo de Floriano Peixoto?
- Qual o fato mais importante no governo de Prudente de Moraes?
- Que fez Campos Sales?
- Quais as realizações de Rodrigues Alves? Seus auxiliares mais notáveis?
- Como decorreu o governo de Afonso Pena?
- Qual o fato mais importante do governo de Wenceslau Braz?
- Como governou e o que fez Epitácio Pessoa?
- E Artur Bernardes?
- Como principiou e como terminou o quatriênio de Washington Luís?

DEBATE: Governo que mais realizou pelo Brasil de 1891 a 1930.



LEITURA COMPLEMENTAR

PANDIÁ CALÓGERAS

Excerto do livro **CALÓGERAS** de Antonio Gontijo de Carvalho — da Coleção Brasileira, vol. LIV.
— pág. 100-106.

Epitácio Pessoa o conheceu de perto em Versailles e depositava tanta confiança na sua argúcia, na sua competência e no seu prestígio, que não hesitou um minuto em lhe passar a chefia da nossa delegação, ao ser eleito presidente da República.

Designou-o, como civil, que poderia com brilho e energia, arcar com as tremendas responsabilidades de gerir, pela primeira vez na República, o Ministério da Guerra.

Calógeras fôra sempre partidário de um civil na pasta militar.

As funções de comando e de administração, advogava com lógica, deveriam ser subdivididas. A primeira, dirigida pelo chefe do Estado Maior, e a segunda, pelo ministro que prepara e fornece os elementos para o primeiro os utilizar tecnicamente.

Ja este civil de vocação militar realizar no Ministério a empolgante idéia de transformar o exército em escola de civismo e o reduzir a ser "o grande silencioso".

Encara o problema da reconstrução militar pelo duplo aspecto do elemento humano e material.

O primeiro, nós o possuímos e em condições que lhe permitiam, na opinião do Gamelin, sustentar airoso o paralelo com os melhores soldados.

Faltava-nos o segundo. Era preciso resgatar-nos da nossa patente inferioridade de armas e de aquartelamentos.

Auxiliado com eficácia por uma elite de generais, de notória competência, como Malan D'Angrogne, Tasso Fragoso e Cândido Rondon, realiza integralmente o seu patriótico programa.

Adversário acérrimo da teoria pregada pelos velhos e retrógrados oficiais inspirados em Augusto Comte, do "soldado cidadão", combate sem tréguas o grande mal da geração anterior que visava preparar filósofos da guerra e não guerreiros.

Procura integrar o exército na nação e é incessante a sua atividade. Percorre diariamente os quartéis e põe-se em contato direto com as tropas. De uma pasta acéfala faz uma organização. Enfrenta com êxito extraordinário os três grandes problemas militares: o da educação, o do pessoal e o do material.

Reforma radicalmente a instrução dos quadros e das tropas. Institue a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinada a completar a instrução técnica de todas as armas. Remodela a do Estado Maior do Exército e funda escolas de aplicação de serviços de saúde.

Da cooperação do Estado Maior com a Missão Militar surge um exército novo. Em seu governo, é criado o Código de Organização Judiciária e do Processo Militar.

O problema das indústrias militares é enfrentado com tanta clareza que constituem as suas realizações um dos seus títulos de glória. Piquete e Realengo recebem incremento decisivo de sua administração.

Em síntese modelar, descreve o glorioso ministro os motivos que o determinavam a enfrentar o problema capital e mais angustioso de seu governo, que é o dos quartelamentos e cuja concretização é a maior de suas vitórias.

"A criação das novas unidades, o aumento dos efetivos de instrução de outras, a melhoria das condições precaríssimas e até inacreditáveis de muitas casernas antigas, o desenvolvimento do ensino militar, o indispensável estabelecimento de depósitos regionais que não existiam, e de outros centrais, que eram insuficientíssimos; os melhoramentos nas instalações dos

serviços de saúde e veterinária, tudo isso pôs em foco e em primazia no Exército o problema dos aquartelamentos, sem os quais nada vale resolver os do pessoal e os do material.

Empreende e intensifica com incrível rapidez a construção de quartéis em todo o país. Conclue cerca de cem obras militares.

A Companhia Construtora de Santos, fiscalizada pela Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, são dadas as empreitadas de maior vulto e as de menor às pequenas empresas.

O General Cândido Rondon depõe dizendo que o intuito de Calógeras era o de executar o seu vastíssimo programa dentro do curto período de seu triênio de governo.

Pensava com razão Calógeras (é ainda o ilustre general quem afirma) que só conseguiria o seu desideratum confiando os trabalhos a empresas organizadas e de indiscutível capacidade financeira.

A construção dos quartéis e a luta titânica que sustentou para manter a Missão Militar Francêsa, de resultados tão benéficos, constituem serviços imorredouros que o sagram, no julgamento de seus concidadãos, o maior dos ministros que exerceram, quer no Império e quer na República, a pasta da Guerra

Em cada oficial do nosso Exército, deixava um amigo.

**Procure ler o livro do qual foi
tirado o excerto que você acabou de ler.**

CAPITULO XIX

PRESIDENTES DA REPÚBLICA - 2

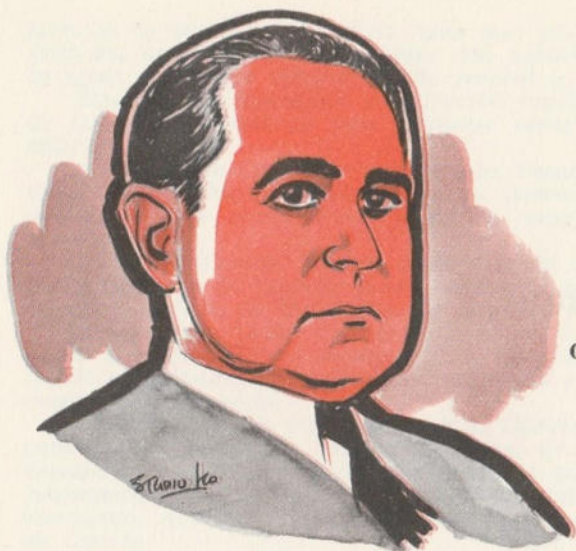
Getúlio Vargas

Assumindo o poder, Getúlio Vargas proclamou o seu “governo *discricionário*”. Derrogava-se a Constituição de 1891. Seus primeiros atos foram os de substituir os governos dos Estados, nomeando “*interven- tores*” de sua confiança.

Ideològicamente, reinava no país a maior confusão. Formara-se um grupo militar, o dos “tenentes”, que era uma espécie dos “exaltados” do Primeiro Império ou dos “jacobinos” do tempo de Prudente. Não tinham *ideologia* nem programa mas exerciam influência no governo. Para suprir às deficiências ideológicas desse grupo, fundaram-se diversos clubes e legiões.

As nomeações de interventores para os Estados sucediam-se não se demorando muito tempo em seus postos os delegados do Poder Discricionário. Em 1932, centenas de milhares de paulistas, na Praça da Sé, clamaram pela ordem constitucional no país.

Na sucessividade das substituições de interventores no Estado Bandeirante, foi nomeado para o cargo o velho político e diplomata Pedro de Toledo. A essa altura, a conspiração civil atingira os quartéis. No dia



Getúlio Vargas

23 de maio, ocorreram distúrbios entre os *adeptos* da Ditadura Vargas e os propugnadores da Constituição. Houve vários mortos no conflito. O movimento, dali por diante, criou uma *mística* tão forte que evoluiu para verdadeiro fanatismo cívico.

Em 9 de julho de 1932 rebentou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, com a adesão da Fôrça Pública, sob o comando do general Julio Salgado e tôda a tropa do Exército sediada no Estado, assumindo a direção geral das tropas os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger. Os voluntários acorriam em massa, formando batalhões.

Os paulistas mandaram suas tropas para as divisas de Minas, Paraná, e Mato Grosso e um corpo do seu exército seguiu para o Rio, detendo-se, por grave êrro, em Queluz. Se tivessem as tropas ido diretamente para a capital da República, encontrariam o entusiasmo do povo carioca a recebê-las e a guarnição ali sediada não lhes faria resistência.

A guerra que se travou e que durou três meses custou milhares de vidas. Para conseguir o apoio dos demais Estados, a Ditadura, pelo rádio, anunciava que se tratava de uma revolução separatista.

A 3 de outubro de 1932, São Paulo teve de capitular. Os chefes da revolução foram presos e exilados. Vencidos militarmente, os paulistas alcançaram grande vitória política. A opinião pública brasileira, agora esclarecida sobre a verdade do que se passara, agitou-se em favor da constitucionalização do país. O Ditador viu-se forçado a convocar a Constituinte.

Nesse ano, ao terminar a revolução paulista, surgiu ali mesmo, em São Paulo, um movimento que exerceu grande influência na formação de uma nova consciência nacional. No dia 7 de outubro foi lançado um Manifesto pelo grupo que havia fundado uma "Sociedade de Estudos Políticos". Iniciava-se a "Ação Integralista Brasileira", baseada nas idéias de Alberto Torres, Euclides da Cunha, Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana e na inspiração nacionalista de Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves e Olavo Bilac. Pregava o espiritualismo cristão, o nacionalismo, a sustentação dos grupos naturais baseados na família, o municipalismo, a sindicalização dos operários, a moralização dos costumes, a Unidade Nacional, declarando guerra aos capitalismo colonizador, ao comunismo, ao cosmopolitismo, aos excessos do liberalismo. Tais proposições empolgaram os espíritos lúcidos do país e as massas proletárias. Homens eminentes nas letras, na cátedra, na ciência, vieram dar o seu apoio àquela juventude disposta a todos os sacrifícios pela salvação do Brasil.

Enquanto esse movimento crescia, contrapondo à audácia dos nazistas, que desfilavam com suas camisas cáqui e cruz suástica, a brasilidade de uma camisa verde, vejamos o que ocorria após a convocação da Constituinte.

Instalada em 1933, a Constituinte elaborou a Nova Carta, que foi promulgada em 1934. Nas Disposições Transitórias, transformava-se ela própria em Congresso Ordinário e elegia primeiro presidente constitucional o mesmo ditador Getúlio Vargas.

Em 25 de novembro de 1935, os comunistas promoveram uma revolução. A essa altura, a "Ação Integralista Brasileira" já havia preparado um clima anti-bolchevista nos quartéis e navios. Os comunistas tiveram de restringir-se a um batalhão no Rio Grande do Norte, outro em Recife, havendo um golpe no regimento da Praia Vermelha, no Rio, com assassinio de oficiais contrários a Moscou, que dormiam. A rebelião vermelha foi dominada.

Em 1937, veio o problema da sucessão presidencial. Apresentaram-se três candidatos: Armando Sales de Oliveira, apoiado pelos governos de São Paulo e Rio Grande do Sul; José Américo de Almeida, por todos os demais governos de Estado; e Plínio Salgado, contando com o eleitorado integralista.

A 10 de novembro, entretanto, as Fôrças Armadas desferiram um golpe. Fecharam o Congresso, suprimiram a liberdade de imprensa, restauraram a ditadura e entregaram o poder a Getúlio Vargas. O Ditador *outorgou* uma constituição dando predominância total ao Poder Executivo.

A 3 de dezembro, foram suprimidos todos os partidos. No primeiro semestre de 1938, essas agremiações se uniram com o mesmo espírito da revolução paulista de 1932, objetivando restaurar a Constituição de 1934. Estavam à frente desse movimento Otávio Mangabeira, Flôres da Cunha, Júlio de Mesquita Filho, os generais Castro Júnior, Guedes da Fontoura, Basílio Taborda, Euclides Figueiredo e quase a totalidade das fôrças navais. Assumiu a chefia o general Castro Júnior. Os integralistas, instados por Mangabeira, aderiram ao movimento, o mesmo fazendo, segundo se dizia, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Na madrugada de 10 para 11 de maio, entretanto, um pequeno grupo de liberais e de integralistas do Rio, à revelia do general Castro Júnior e completo desconhecimento de Mangabeira e Plínio Salgado, antecipou-se ao movimento nacional e atacou o palácio presidencial da Guanabara. Foram dominados e, ali mesmo, oito deles fuzilados.

Durante os anos de vigência do chamado Estado Novo, duas foram as preocupações administrativas de Getúlio Vargas: o desenvolvimento industrial do país e as novas leis trabalhistas.

Em 1939, irrompeu a Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, manteve-se neutro. Quando, mais tarde, a nação norte-americana entrou no conflito, Vargas manteve a neutralidade. Somente em 22 de agosto de 1942 o Brasil tomou posição no conflito declarando guerra aos países do eixo Roma-Berlim.

Nossos soldados, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, portaram-se com bravura nos campos de batalha da Europa e nossos marinheiros, comandados pelo almirante Gerson Macedo Soares, integralista dos mais convictos, policiaram o Atlântico, lutando contra os submarinos alemães.

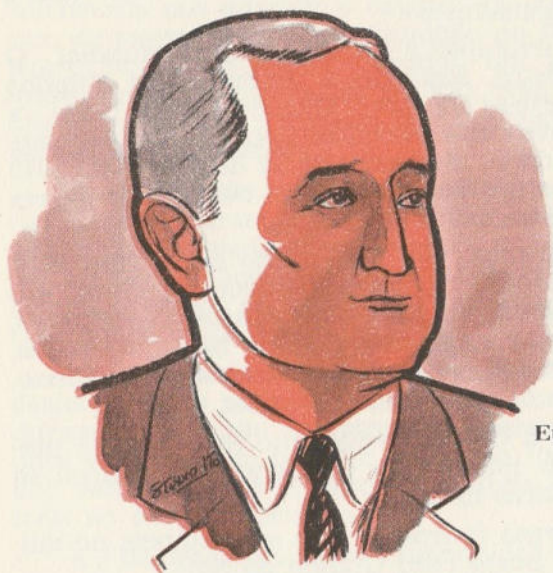
Terminada a Guerra, o Exército fez o que se pretendia fazer em 1938: depôs o Ditador e restaurou as liberdades políticas no país.

Getúlio Vargas retirou-se para sua estância no município de São Borja (Rio Grande do Sul).

José Linhares

Foi investido no governo da República, em 29 de outubro de 1945, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, José Linhares. Tratou-se de eleger o presidente que deveria convocar uma Constituinte à qual competiria elaborar uma nova Carta Magna. Apresentaram-se candidatos os escolhidos pelas agremiações partidárias então organizadas: Marechal Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático, e Brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional, havendo também um candidato do Partido Comunista: Yedo Fiuza.

Foi eleito o marechal Dutra.



Eurico G. Dutra

Eurico Gaspar Dutra

Três são os aspectos principais do governo Dutra (1946-1950): a promulgação da nova Constituição, as atividades político-partidárias e as realizações administrativas.

A Constituinte, em 18 de setembro de 1946, promulgou a nova Carta Magna. Em consequência da restauração das liberdades políticas, foram organizados os partidos, entre os quais o Comunista, por imposição dos Estados Unidos que declaravam não poder o Brasil fazer parte da ONU (Organização das Nações Unidas) se não fossem estabelecidas as relações diplomáticas do nosso país com a Rússia e não fosse aberto legalmente o partido comunista em nossa Pátria.

Durante o governo Dutra, porém, o Partido Comunista foi cancelado pelo Superior Tribunal Eleitoral,

baseado na Constituição de 1946 que proibia a existência de agremiações partidárias contrárias à pluralidade dos partidos.

O Presidente Dutra adotou uma linha conservadora que trouxe a paz interna durante o seu quinquênio. Quanto à administração, duas obras se salientaram: o asfaltamento da estrada de rodagem Rio-São Paulo e o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio São Francisco.

Em 3 de outubro de 1950, realizaram-se as eleições para o sucessor de Dutra. Três candidatos se apresentaram: Cristiano Machado, pelo PSD e aliados; Eduardo Gomes, pela UDN e Getúlio Vargas pelo PTB. Tudo fazia crer que o vencedor seria Cristiano, dadas as enormes possibilidades do PSD, mas dentro desse partido havia saudosistas da Ditadura, que somaram seus *contingentes* com os partidários ostensivos de Vargas, que foi eleito.

Novamente Getúlio

Governou, novamente, Getúlio Vargas de 1951 a 1954. Seus poderes eram agora limitados pela nova Constituição.

Ergueu-se, contra êle, tormentosa oposição. A campanha, num crescendo assustador, atingiu o auge quando, num atentado contra o jornalista Carlos de Lacerda (5 de agosto de 1954), os sicários assassinaram o major da Aeronáutica Rubens Vaz. As autoridades da Aeronáutica chamaram a si o inquérito para apurar as responsabilidades do crime. Começaram a ser presos comensais do Presidente no próprio palácio. A situação agravou-se na madrugada de 23 para 24 de agosto. Os generais e almirantes reunidos, exigiram que Getúlio Vargas se *licenciasse*. Sob esta imposição, uma bala no peito foi o epílogo da tragédia. Morto o Presidente, assumiu o seu lugar o Vice, Café Filho.



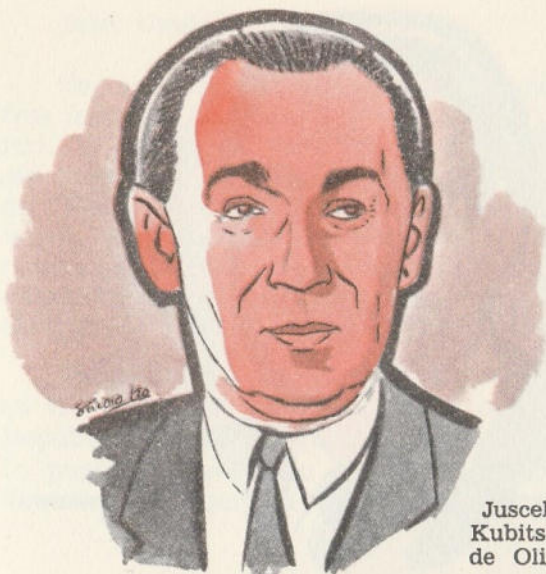
Café Filho

Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos

O período de 1954 a 1955 foi, inicialmente, de relativa calma, conquanto tumultuoso nos últimos dias.

Realizaram-se as eleições para a presidência da República (3 de outubro de 1955). Candidataram-se Juscelino Kubitschek de Oliveira, general Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado. Foram eleitos Juscelino (presidente) e João Goulart (vice).

Achando-se enfêrmo, Café Filho solicitou licença, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. A essa altura tramava-se uma conspiração visando impedir a posse dos eleitos em 3 de outubro. Para coibi-la, na manhã de 11 de novembro de 1955, as tropas do Exército depuseram Carlos Luz, que se refugiou a bordo do cruzador "Tamandaré". Não contando com fôrças navais suficientes, Carlos Luz desistiu de qualquer reação. O Congresso declarou-o impedido e assumiu a presidência Nereu Ramos, que decretou o "estado de sítio", o qual se prolongou até ao fim do seu govêrno.



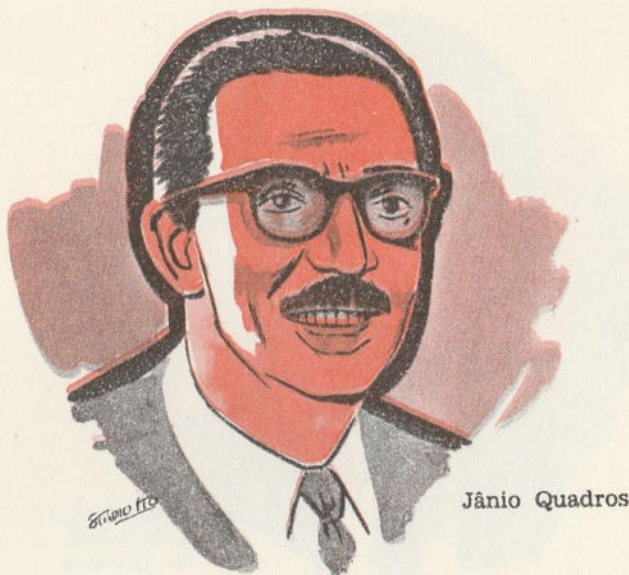
Juscelino
Kubitschek
de Oliveira

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Para o nôvo quatriênio, tomou posse o candidato eleito. O governo de Juscelino distinguiu-se por obras administrativas de importância. Construiu as barragens e usinas elétricas de Três Marias e Furnas; incrementou a indústria automobilística; criou a indústria naval; lançou a Organização Pan-Americana (OPA), de que se originou, por iniciativa de Kennedy, a Aliança para o Progresso; e construiu Brasília.

A inauguração da Nova Capital realizou-se em 21 de abril de 1960, com a presença do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que trouxe a cruz diante da qual foi celebrada a primeira missa no Brasil, em 1500.

A 3 de outubro de 1960, realizaram-se as eleições presidenciais, sendo candidatos o marechal Teixeira Lott, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Foi eleito Quadros.



Jânio Quadros

Assumiu Jânio da Silva Quadros a presidência da República em 31 de janeiro de 1961. Exerceu o cargo apenas 6 meses e 25 dias, pois a 25 de agosto, alegando que "fôrças ocultas" o impediam de governar, renunciou a seu mandato. No pequeno espaço de tempo em que ocupou a suprema magistratura, reatou as relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética.

Declarado vago o cargo de Presidente da República, foi convocado o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, que assumiu o govêrno, aguardando o regresso do vice-presidente que se encontrava no Exterior.

Nesse interregno, os ministros das pastas militares opuseram-se à posse do vice-presidente João Goulart, alegando seu comprometimento com os comunistas e seus discursos quando recebido em Moscou e Pequim, na qualidade de representante de Jânio Quadros.

João Goulart

Depois de muitas dificuldades criadas pelos ministros militares, assumiu a presidência o Vice João Goulart. O Congresso, para conciliar a complicada situação, instituiu o sistema parlamentar, pelo qual os atos do Presidente estariam sob o controle do Poder Legislativo. Não durou muito e o próprio Congresso autorizou a realização de um plebiscito, a fim de que o povo escolhesse o regime que julgasse mais conveniente. O eleitorado preferiu o sistema presidencialista.

Datam daí as agitações de caráter esquerdista não só toleradas mas até estimuladas pelo Presidente da República. Em consequência, houve grande movimento popular que influiu nas Forças Armadas e estas depuseram o Chefe da Nação em 31 de março de 1964.

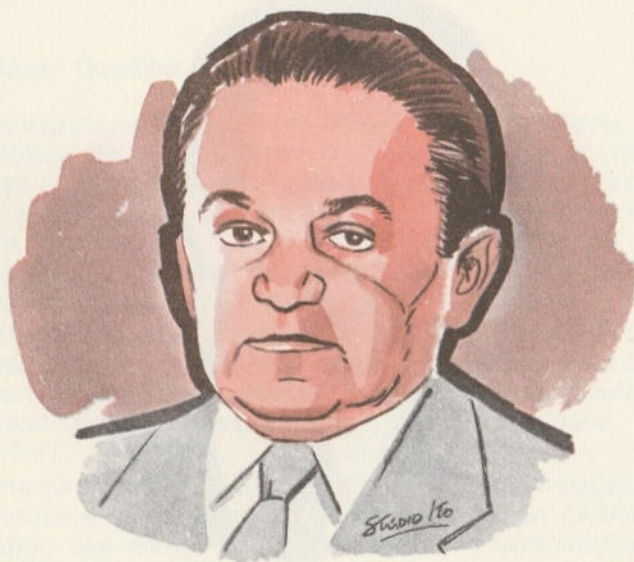


João Goulart

Castelo Branco

O Congresso elegeu para Presidente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Apesar das dificuldades de um período de transição, seu governo foi assinalado por várias reformas no campo econômico, financeiro e social. No tocante às agitações perturbadoras da ordem pública, duas medidas foram tomadas: o expurgo dos "pelegos" e agentes internacionais nos sindicatos operários e a substituição da UNE (União Nacional dos Estudantes) por outro órgão isento das influências julgadas pelo governo nocivas à classe estudantil.

Castelo Branco soube manter boas relações entre o Executivo e o Legislativo. Preocupou-se com a idéia de estabilizar as instituições, legando a seu sucessor uma carta constitucional que, mantendo os princípios democráticos da de 1945, adotasse os oriundos da revolução de 1964.



Castelo Branco

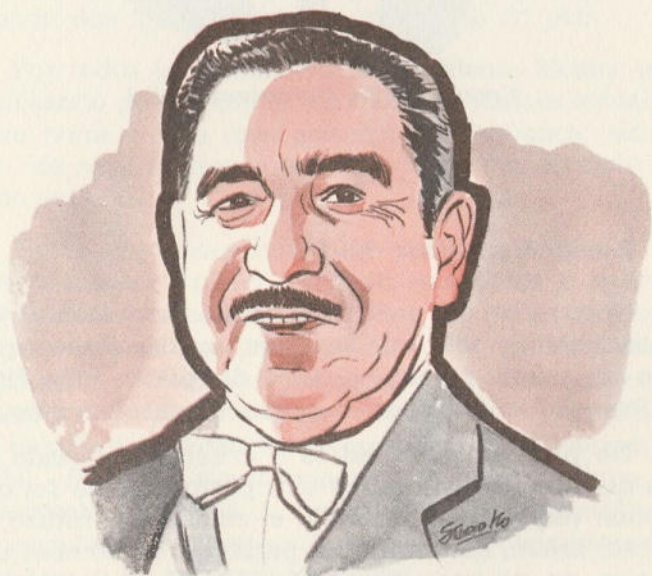
Costa e Silva

Eleito para substituir Castelo Branco, ao término do mandato deste, o marechal Arthur da Costa e Silva prosseguiu na mesma diretriz de seu antecessor.

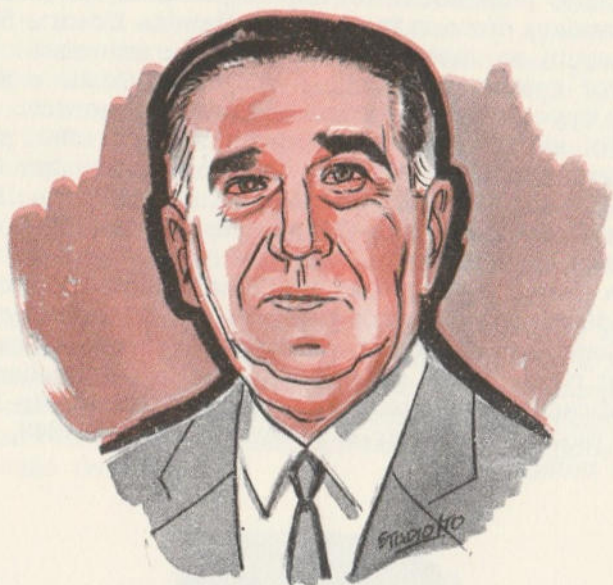
Por motivo de saúde, o marechal Costa e Silva viu-se impedido de permanecer à testa do governo.

Foi substituído, em 31 de agosto de 1969, pelos ministros militares: Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha de Guerra; Aurélio de Lyra Tavares, do Exército; e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica Militar.

A junta governativa, no exercício provisório da Presidência da República, tendo em vista o recesso do Congresso Nacional, assinou a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, introduzindo modificações na Constituição de 24 de janeiro de 1967. Esta passou a vigorar a 30 de outubro de 1969, com nova redação.



Costa e Silva



General Emílio Garrastazu Médici

Emílio Garrastazu Médici

O governo do presidente Garrastazu Médici vem se assinalando sob dois aspectos: um senso de equilíbrio na esfera da vida política do país e uma firme deliberação objetivando o nosso desenvolvimento.

No primeiro caso, adota o critério enunciado em seu discurso, ao assumir o alto posto que lhe foi conferido: esquecer o passado e cuidar do futuro da Nação; assim, não cogita de perseguir os homens contrários ou omissos com referência à Revolução de 1964: é a norma de Caxias, o condestável da Unidade

Nacional. Com isto, vem restaurando o clima de tranqüilidade e confiança, propiciador da união necessária em torno dos superiores ideais que animam seu governo.

No segundo caso (a luta pelo desenvolvimento do Brasil) é de admirar como, em tão pouco tempo, já tem realizado tanto. Em todos os setores da administração, percebe-se a vontade firme do presidente, a inspirar e estimular os seus ministros. Haja vista a campanha pela alfabetização no Brasil (MOBRAL) que deverá, em breve, produzir seus benéficos resultados.

Tendo assumido o governo num momento de grave crise, e encontrando ainda o *rescaldo* das agitações, que tanto perturbaram o período do marechal Costa e Silva, e ainda a ação internacional manifestada por uma onda de terrorismo, tem sabido impor sua autoridade serena e decidida, dando ao país aquele ambiente de ordem sem o qual não é possível o trabalho fecundo dos que objetivam o progresso do país.

Por todos esses motivos, o presidente Médici vem grangeando popularidade em todas as classes sociais e o seu nome é hoje uma garantia de confiança, sendo, pois, de esperar que o seu mandato seja coroado de pleno êxito.

Entre as grandes iniciativas do seu governo, devemos destacar o plano da Transamazônica e a Integração Social. A Transamazônica vai cortar horizontalmente as vastas regiões do maior dos rios do mundo, realizando, através do povoamento, nossa conquista definitiva de imensas áreas que até hoje constituem um desafio à capacidade dos brasileiros. A Integração Social, fórmula genuinamente brasileira, resolve o importante problema da participação e cooperação de empregadores e empregados no desenvolvimento das empresas e da economia nacional.

QUESTIONÁRIO

- Que tipo de governo exerceu Getúlio Vargas de 1930 a 1934?
- O que foi a revolução paulista de 1932?
- Em que ano foi promulgada a nova Constituição? Quanto tempo durou?
- Quando foi desferido por Vargas o golpe de Estado que restaurou a ditadura com o nome de Estado Novo?
- Quanto tempo durou a ditadura estado-novista? Quando e como terminou?
- Quem foi eleito presidente em 1946?
- Que fez o presidente Eurico Gaspar Dutra?
- Como de novo governou Vargas e como terminou seu governo?
- Quais as obras realizadas no quinquênio de Juscelino Kubitschek de Oliveira?
- Quantos meses governou Jânio Quadros até sua renúncia?
- Por que foi instituído o regime parlamentar?
- Como voltou o sistema presidencial?
- Qual a orientação e o comportamento do presidente João Goulart?
- Por que ocorreu a revolução de 1964?
- Qual o primeiro presidente depois da revolução? Como se portou?
- Qual o segundo, como se conduziu e por que deixou o governo?
- Que tem feito e o que promete fazer o presidente Emílio Garrastazu Médici?

DEBATE: Pontos altos do discurso do Presidente Médici no Conselho Deliberativo da SUDAM. (vide leitura complementar)

LEITURA COMPLEMENTAR

DISCURSO DO PRESIDENTE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, EM MANAUS, NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA — EM 8 DE OUTUBRO DE 1970.

“Brasileiros da Amazônia, homens de todo o Brasil;

“Venho à Amazônia sob o signo da fé. Venho para estar

com o povo na romaria do Círio e confluir com êle na mesma corrente das ruas de Belém. Venho para trazer à gente desta terra a crença de meu govêrno e o entusiasmo do Brasil inteiro nos destinos da Amazônia.

"E, por isso mesmo, quero ser, aqui, mais do que nunca, realista e verdadeiro, para não ser, um instante sequer, messiânico, fantasista ou prometedor, na terra em que tudo sempre se permitiu à imaginação.

"A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm tido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura sócio-econômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação, porque, sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecida.

"O pouco que dela se sabe foi visto ao longo dos rios. Depois, o avião, sobretudo o avião da FAB, encurtou as distâncias, no apoio aos postos fronteiriços, onde hoje o pracinha do Exército é o herdeiro do bandeirante. Mas, o coração da terra continuou escondido. Sômente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia".

Planos "milagrosos"

"Vez por outra, quase sempre vindas do estrangeiro, debatem-se as idéias de planos milagrosos para o despertar da Amazônia que, se nem sempre se mostram válidos, viáveis e coerentes, ao menos dizem do interesse estrangeiro sobre a terra prometida e nos acendem o brio nacional.

"Cumpre, pois, conhecê-la mais a fundo, visto que sem possuir dados concretos que se situem além da lenda, da ficção e do imediatismo, ninguém pode garantir agora qual seja a sua vocação econômica, nem oferecer-lhe o milagre de romper, em curto prazo, o seu isolamento geo-econômico, desencadeando o processo de seu desenvolvimento em bases equilibradas e permanentes, rentáveis e auto-sustentáveis.

"Seria insensato realizar, aqui e nesta hora, um grande projeto de desenvolvimento puramente regional, que desviasse poupanças e créditos capazes de gerar riquezas maiores e mais rápidas noutras regiões. Muito mais insensato seria, no entanto, ignorar a Amazônia, usando rígidos critérios de prioridade econômica e deixá-la ficar no passado e ainda envolta no mistério, sempre vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante que se alimenta e se fermenta em nossa incúria.

"O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil.

"Manaus é lugar para que o meu governo apresente as linhas gerais da primeira fase de sua política para a Amazônia e diga a sua decisão de assegurar, com energia e vontade, a soberania brasileira nesta outra metade do Brasil e de fazer andar o relógio amazônico, que muito se atrasou ou ficou parado no passado".

Descoberta e humanização

"Quero dizer que o problema inicial da Amazônia é conhecê-la de verdade. E que, para conhecê-la, como é preciso, impõe-se torná-la mais próxima e mais aberta, para se poder povoá-la. Assim, a política de meu governo na Amazônia está voltada, prioritariamente, para a realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização.

"Sòmente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento.

"Há poucos exemplos de países assim tão providos de recursos naturais e humanos e tão lentos em aproveitá-los. É esse tempo perdido que nos dispomos a ultrapassar, cumprindo compromisso fundamental da Revolução".

Um Brasil integrado

"Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15% da renda interna. Sei que essa pequena produção está nas mãos de um décimo da população daquela área."

"Constato que, por falta de uma infraestrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do País. Que estão à espera de braços para constituírem novos pólos de prosperidade e riqueza. Conheço todo o drama de sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas.

"E, no entanto, a Amazônia, mais da metade do território nacional, poderia absorver muito mais do que toda a população

atual do Brasil. E sei que a participação da Amazônia e do Centro-Oeste na renda interna equivale a menos de 5%, enquanto apenas uma região, o Centro-Sul, fornece quase a totalidade dos meios de que dispõe a União para atender às necessidades de investimento e de custeio da atuação governamental em todo o País.

"No confronto desses dados, compreende-se afinal que, para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil.

"O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas, que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Para não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul".

Pressão inflacionária

"Nessas condições, é legítimo afirmar que a pobreza do Nordeste e a escassez do homem na Amazônia exercem uma pressão estrutural na alta dos preços no Brasil e que só o equilíbrio das regiões e estruturas permitirá a eliminação das forças inflacionárias no País.

"O governo não pretende limitar-se a minorar os sintomas das dificuldades da economia, por isso que visa ao objetivo mais profundo de rearticular a própria estrutura econômica do País. Seria criminoso supor que se possa retardar a solução dos problemas amazônicos e nordestinos até que o País atinja um nível de prosperidade em que delas possa cuidar. Estamos convencidos do contrário, temos de combater agora esses desequilíbrios, pois o destino nacional é indivisível.

"Em síntese: ou cresceremos juntos todos os brasileiros, ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E, como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil".

Terra e homens

"Impõe-se oferecer um novo horizonte ao nordestino carente de terra e de capital, e mostrar-lhe os caminhos de ser formador da riqueza, valorizador da terra, fator de poupança, de acelerador do crescimento econômico nacional.

"Aquilo que não se pode fazer, devido à escassez de capital, pode ser feito com um programa integrado de colonização e

de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia.

"Reconhecemos o trabalho realizado pela SUDAM e pela SUDENE, que conseguiram, nos últimos anos, lançar as bases de uma infra-estrutura de trabalho e promover o desenvolvimento inicial de algumas atividades econômicas. Impõe-se, agora, a introdução de adaptações essenciais nesses dois órgãos, com a finalidade de fazê-los instrumentos ainda mais atuantes a serviço da redução dos desníveis inter-regionais e da integração nacional.

"Há muito nos demos conta de que a industrialização em curso na área da SUDENE não pode resolver os problemas do desemprego e da falta de uma infra-estrutura agrícola onde cerca de 60% da população depende desse setor.

"Embora disponha de trechos favoráveis à agropecuária e de promotoras reservas minerais, o Nordeste não permite, sem um dispendioso esforço de irrigação, níveis de renda adequados à sua grande massa populacional. Nessas condições, se impõem a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização, na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM".

A Transamazônica

"As possibilidades mais promissoras de pronto atendimento desses objetivos encontram-se em áreas amazônicas de Goiás, Mato Grosso e Acre, na fértil faixa entre Itaituba e Altamira, no sul do Maranhão e do Piauí, e no vale do Rio São Francisco.

"Nosso esforço inicial será concentrado na Transamazônica, começando em Picos, no Piauí, onde se interliga com a Rede Rodoviária Nordeste, vai atingir Itaituba, depois de passar por Pôrto Franco, Mareba e Altamira, obra essa entregue ao dinamismo do ministro dos Transportes, Mario Andreazza, para servir aquelas regiões cuja ocupação deverá processar-se de pronto e com absoluta prioridade.

"Prolongando a estrada até às fronteiras com o Peru e a Bolívia, cortando as rodovias Cuiabá-Santarém e Pôrto Velho-Manaus, e complementando todo o sistema fluvial amazônico, ao interceptar os terminais navegáveis dos principais afluentes, estaremos facilitando a exploração de reservas de ferro, manganês, estanho, chumbo, ouro, cobre e fecundando terras virgens e solos férteis, que vão deixar de ser bens geográficos

para se transformarem em verdadeiros bens econômicos. Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História”.

Ação prioritária

“Quero, agora, dizer ao povo amazônico a minha total identificação com os seus problemas e os seus anseios. O meu governo considera a Amazônia prioritária para a ação dos Ministérios dos setores econômico, social e de segurança.

“Sabendo o que representam os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus para o surto de progresso da região, cuida o governo de aperfeiçoá-los. Empenha-se em dinamizar os programas de colonização e de construção de casas, em atender à demanda de energia, de intensificar a pesquisa dos recursos do subsolo, assim como de melhorar as vias navegáveis, estimular a criação de sistemas de transporte fluvial de maior rendimento na região, de aparelhar os portos e de abrir novas estradas, que haverão de funcionar como verdadeiros tributários dos grandes rios.

“Estuda o governo todo um sistema de apoio e proteção ao comércio regional, igualmente atento à valorização da livre empresa e à garantia de justa retribuição ao suor do trabalhador.

“Em breve, o Norte haverá, também, de integrar-se ao sistema brasileiro de telecomunicações e de sentir-se mais em contato com as outras regiões do País, pela presença mais atuante da nossa radiodifusão.

“Atenções ainda mais especiais, dedico aos campos da Educação e do Trabalho, mesmo porque aí disponho, atestando até a presença da Amazônia na vida nacional, de dois homens amazônicos.

“Papel de extraordinário relêvo está reservado ao Ministério da Saúde nesta hora de conquista e povoamento nas terras altas da Amazônia. Aos participantes da epopéia da construção e colonização desta Transamazônica e de outras vias de desbravamento, que Deus haverá de me conceder a coragem de iniciar ao Sul e ao Norte do Rio-Mar, confio em que não haverá de faltar todo um sistema de proteção da vida humana.

“A soberania brasileira na Amazônia, meta essencial de todo o esforço que aqui começamos a realizar, compreende também a presença e a participação das Forças Armadas, no propósito de assegurar ainda maior capacitação e eficiência a bases e aeroportos, aos órgãos logísticos e operacionais, ao sistema de proteção ao voo, às frotas, às unidades e colônias de fronteira, assim como aos beneméritos batalhões de Engenharia.

"Quero dizer ao povo amazônico o meu testemunho, que venho recolhendo ao longo de minhas viagens, do entusiasmo que se levanta na alma de todos os brasileiros com a iniciação do Programa de Integração Nacional.

"Não sei de tema que hoje mais exalte a imaginação dos moços que o tema de desenvolver a Amazônia, nem sei o que mais possa unir, nesta hora, os brasileiros de todas as idades.

"Trago à Amazônia a confiança do governo e a confiança do povo em que a Transamazônica possa ser, afinal, o caminho para o encontro de sua verdadeira vocação econômica e para fazer-se mais próxima e mais aberta ao trabalho dos brasileiros de todas as partes.

"E se aqui estou testemunhando aos amazônicos o entusiasmo e a solidariedade da Nação inteira, quisera que os círios, da sempre renovada romaria em louvor da milagrosa imagem de Nossa Senhora de Nazaré, não se acendessem, neste ano, tão-somente na promessa de cada um, mas que se acendam todos os círios em ato de fé pelo Brasil de todos nós".

CAPÍTULO XX

RETROSPECTO DA VIDA CULTURAL BRASILEIRA - 1

1. DO SÉCULO XVI AOS FINS DO SÉCULO XVIII

A literatura como expressão dos grupos humanos

Um povo, sobretudo em processo de formação e desenvolvimento, não se revela apenas pelo que faz, mas pelo que fala. A palavra é a revelação psicológica de uma população que já adquiriu consciência de suas origens e de seu destino. Através de seus escritores é que uma Nação dá sinal de vida.

Primeiro século depois do Descobrimento do Brasil

Nos tempos iniciais da colonização em nosso país, ainda não havia ambiente propício ao cultivo das letras. O que se escrevia eram cartas, atas de edilidades, testamentos. Os jesuitas foram os primeiros que deram notícia da natureza, dos costumes e dos acontecimentos que iam ocorrendo.

O padre Manuel da Nóbrega escreveu em 1554 o "Diálogo sobre a conversão do gentio".

Anchieta produziu mais em latim e tupi do que em português. No idioma latino compôs o poema "De Beata Virgine" e uma "Brasilia Societatis Historia et vita clarorum patrum vixerunt". Na língua tupi produziu comédias e hinos, deixando-nos também uma gramática.

Não podemos *omitir* **Fernão Cardim**, jesuíta que missionou no Brasil de 1582 a 1599. Deu-nos a obra intitulada "Do princípio e origem dos índios do Brasil" e o "Tratado da terra e da gente do Brasil".

Outro que não pode ser esquecido é **Gandavo** (Pero de Magalhães Gandavo). Escreveu uma "História da Provincia de Santa Cruz", impressa em 1576, trazendo na abertura do livro tercetos de Luís de Camões, de quem era amigo. Foi esta a primeira história sobre o Brasil, escrita em 1570 mas publicada 256 anos mais tarde. Admite-se que Gandavo era *oriundo* de Gand (Flandres).

Gabriel Soares, no seu "Tratado Descritivo do Brasil", nos fins do século XVI, dá-nos preciosas notícias do que era nosso país no seu tempo.

Entrando no século XVII

Os últimos que escreveram na passagem do século XVI para o XVII foram **Frei Vicente do Salvador** e **Manuel Moraes**. O primeiro, nascido na Bahia (1564-1636), produziu uma "História do Brasil"; o segundo, natural de São Paulo, deu-nos uma "História da América" e "Memórias Históricas de Portugal e do Brasil".

Já em pleno século XVII, registramos **Diogo Gomes Carneiro**, natural do Rio de Janeiro, **Antônio de Sá** e **Francisco Souza**.

Grandes e menores figuras setecentistas

O primeiro a destacarmos é **Bento Teixeira Pinto**. Sua "Prosopopéia" foi impressa em 1601. O poeta, de estilo *empolado*, tece louvores ao terceiro donatário de Pernambuco, **Jorge de Albuquerque Coelho**. Mas a

figura de maior relêvo, nas letras brasileiras setecentistas, é **Gregório de Matos Guerra**, baiano, cujas *sátiras* lhe deram não poucos dissabores, inclusive o exílio em Angola. Suas obras principais são: "Sátiras aos nobres presumidos" e "Sátira aos namorados".

Seu irmão, **Eusébio de Matos**, foi apreciado orador sacro e também poeta satírico. Segue-se, na ordem cronológica, **Manuel Botelho de Oliveira** (1636-1711), também baiano. Escreveu "Música do Parnaso", mas a sua composição mais conhecida é a descrição da "Ilha da Maré". Foi o iniciador do lirismo no Brasil. Muito o prejudicou a influência do *gongorismo*, lançado pelo espanhol Góngora, cujo estilo obscuro e redundante identifica-se com certas expressões de correntes do nosso atual modernismo. Vem depois **Nuno Marques Pereira**, igualmente baiano (1652-1711), autor de "O peregrino na América".

Vulto de projeção na época foi **Rocha Pita** (Sebastião) que compôs, com ênfase de estilo e fausto de expressão, a "História da América Portuguesa". É considerado o pai da História do Brasil.

Temos agora **Jaboatão** (Frei Santa Maria) 1695-1760. Pertenceu à Academia Brasileira dos Renascidos. Produziu o "Orbe Seráfico" e o "Nôvo Orbe Seráfico Brasileiro". Dedicou-se ao estudo da *genealogia* pernambucana. Transmite-nos notícias das tradições e lendas brasileiras.

Merece menção **Itaparica** (Frei Santa Maria) que publicou o poema "Eustaquidos" e a descrição da ilha em que nasceu.

O artífice do Tratado de Madri, **Alexandre de Gusmão**, tem lugar de importância no século XVIII. Além do que se conhece de sua pena, versando matéria política, fez uma descrição da entrada e cerimônias da embaixada portuguesa na corte de Luís XIV, escreveu um *panegírico* de D. João V e notas à crítica que o Marquês de Valença fizera à tragédia "Cid" de Corneille. Compôs poesias, publicadas em 1749, sob o título de "Cantigas inéditas".

Prosa e poesia no século XVIII

Entre os valores literários dos meados do século XVIII, cumpre-nos pôr em evidência três paulistas: **Matias Aires, Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques**. Foi Matias Aires (Ramos da Silva de Eça), filósofo e pensador. Publicou em 1752 a "Reflexão sôbre a vaidade dos homens". Escreveu também em francês e uma "Filosofia" em latim. De Frei Gaspar da Madre de Deus, diremos que suas "Memórias para a história da Capitania de São Paulo" constituem uma das melhores fontes para o conhecimento dos habitantes de Piratininga. Historiador, como êle, foi Pedro Taques de Almeida Paes Leme, pesquisador das origens das famílias paulistas.

Passemos agora a quatro poetas do período oitocentista: **Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Caldas Barbosa e Souza Caldas**.

O primeiro, natural de Minas Gerais (1722-1789), é o autor do famoso poema "Caramuru", em que narra as aventuras de Diogo Álvares Correia. Em seus versos, Durão descreve cenas comoventes, pinta quadros dos costumes silvícolas, incluindo-se o episódio da Moema, que morre nadando atrás do navio em que Diogo viaja para a França, levando sua rival Paraguaçu. O crítico Silvio Romero considera o "Caramuru" como o poema "mais brasileiro que possuímos".

Outro mineiro, Basílio da Gama (1740-1795), escreveu o poema *épico* "Uruguai". Enquanto Garrett julga êste poema o de maior mérito do tempo em que foi produzido, Ronald de Carvalho, cem anos depois o confirma dizendo ser o mais perfeito aparecido no período colonial. O episódio de "Lindóia" comove até hoje os que o lêem. Com justa razão, Basílio da Gama é tido como o precursor do romantismo brasileiro.

Quanto a Caldas Barbosa, nascido no Rio de Janeiro (1738-1800), viveu em Portugal, participando do grupo de poetas da geração de Bocage. Com êste, frequentava os salões da Condessa de Oeynhausner, marquesa de Alorna. Tocador de guitarra e viola, no tempo em que se realizavam os "outeiros" que eram

reuniões de músicos, cantores e literatos, Caldas Barbosa escreveu quatro peças teatrais e um livro de versos intitulado "Viola de Lereño".

Na mesma ocasião, estava em Lisboa outro brasileiro, Sousa Caldas (1762-1814). Suas principais poesias são os "Salmos" de David que êle passou para o nosso idioma em versos de grande correção e beleza. Escreveu também composições *profanas*, das quais se destaca "Pigmalião".

A escola mineira

O fato literário mais importante no século XVIII foi o aparecimento do grupo de poetas de Minas Gerais: Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Alvarenga Peixoto (1744-1793), Silva Alvarenga (1749-1814) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1807). A inspiração predominante nestes poetas era a da Arcádia, movimento literário que dominou a Europa, principalmente a Itália.

De Cláudio Manuel da Costa ficaram "Epicédio", "Labirinto do amor", "Números harmônicos" e "Vila Rica". De Alvarenga Peixoto foram *legados* à literatura brasileira numerosos sonetos, *odes* e um "Canto genetliaco". Quanto a Silva Alvarenga, foi o elo que ligou os *arcades* aos românticos. Era o mais brasileiro do grupo mineiro. Seus versos foram reunidos sob o título "Glaura". Finalmente, temos Tomás Antônio Gonzaga, o grande poeta de "Marília de Dirceu". A sua paixão pela jovem Maria Dorotéia de Seixas Brândão, com quem tinha ajustado casamento na ocasião em que, com os poetas *precedentes*, foi prêso por envolvido na Inconfidência Mineira, inspirou-lhe belíssimas poesias do gênero denominado pastoral ou *anacreôntico*. A noiva era designada pelo poeta sob o pseudônimo de Marília.

CAPITULO XXI

RETROSPECTO DA VIDA CULTURAL BRASILEIRA - 2

DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS

A herança do século XVIII

Vimos, no capítulo anterior, o desenvolvimento do Brasil no setor das letras desde o Descobrimento até os fins do século XVIII. Verificamos agora o que foi *legado* ao país no século XIX pelo seu precedente, em tudo o que se refere, não só à literatura, mas a outras atividades intelectuais nos diversos ramos da arte e dos conhecimentos científicos.

Arquitetura

Depois das construções jesuítas, no estilo neo-clássico, veio o esplendor do “barroco”, sobretudo nas cidades de Minas Gerais com o gênio inventivo do famoso **Aleijadinho**. Nos fins do século, predominou o estilo *pombalino*, com prédios a ostentar sacadas de ferro e águas furtadas à maneira de Mansard, e nos palácios as formas versalhescas emolduradas pelos jardins ao gosto de Le Nôtre. Já produzíamos apreciáveis trabalhos de ourivesaria e mobiliário.



Aleijadinho

Escultura

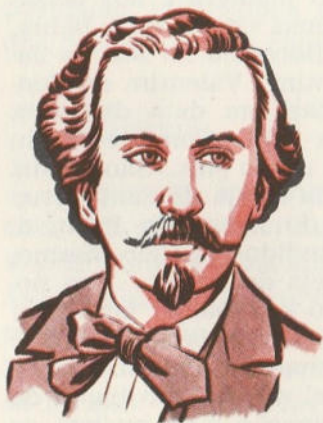
A escultura no Brasil, anteriormente ao século XIX, revelou-se na estatuária do Aleijadinho e na arte dos santeiros que esculpiam em madeira e nos deixaram copiosos exemplares em Minas Gerais e na Bahia. Na transição dos dois séculos, floresceu no Rio de Janeiro o talento de Mestre Valentim (Valentim da Fonseca e Silva) nascido em Minas, em data discutida (1745-78?) e falecido no Rio em 1813. Com êle surgiu verdadeiramente a escultura em nosso país. São de sua autoria as estátuas da fachada da igreja de Santa Cruz dos Militares, as do chafariz do Largo do Paço, o portão e o grupo de jacarés, fundidos por êle mesmo, os medalhões das portas da igreja do Carmo. Era notável entalhador. Foi o primeiro a trabalhar em nosso país em moldagens de barro e fundição de ferro e chumbo com aplicações de esmalte. Engenheiros e arquitetos socorriam-se do genial mestiço em busca de desenhos criados por sua imaginação e os ourives se valiam de seus moldes para castiçais, lampadários, relicários, cálices, salvas e tabernáculos.

Foram discípulos de Valentim os escultores José Carlos Pinto, Nazaré, Paula Borges, Braz de Almeida.

Com a Missão Francesa, veio o escultor **Augusto Taunay** que exerceu influência na formação de novos escultores. Entre os escultores dignos de nota, de 1830 a 1900, mencionaremos: **Chaves Pinheiro** (autor das estátuas de Pedro II e João Caetano), **Bernardelli** (autor das estátuas de Pedro Álvares Cabral, Caxias, Osório, Mauá e José de Alencar); **Correia Lima** (autor da estátua de Barroso); *Francisco Andradé* (autor da estátua de Tiradentes) e outros que seria longo enumerar. Assim, chegamos aos nossos dias em que é expoente a arte de Brecheret.

Pintura

Os primeiros pintores brasileiros surgiram no século XVIII. Fundada a Escola de Belas Artes por D. João VI, foram surgindo, sob influência de Le Breton e Debret, pintores acadêmicos. Entre todos, se tornaram-se famosos: **Vitor Meirelles** com seus quadros "Primeira Missa no Brasil", "Batalha do Riachuelo", "Batalha de Guararapes" e "Passagem de Humaitá"; **Pedro Américo** que, além das telas "Batalha do Avaí"



Vitor Meirelles



Pedro Américo

e “Combate de Campo Grande”, produziu o quadro “Proclamação da Independência” que se encontra no museu do Ipiranga; **Almeida Júnior**, com a belíssima “Partida da Monção”; **Amoedo**, que nos deu “Marabá” e o “Último Tamoio” e **B. Calisto** com a “Fundação de São Paulo”.

A partir de 1920, iniciou-se um movimento de renovação da arte, com Anita Malfati, Tarcila Amaral e mais tarde, **Cândido Portinari**.

Música

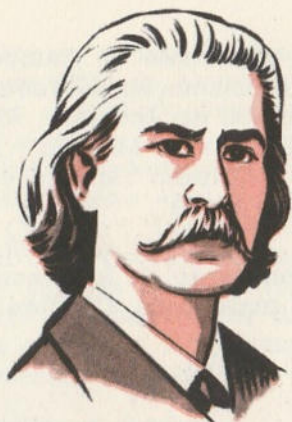
A música brasileira nasceu com José Maurício (1767-1830). O período das primeiras décadas do século XIX foi entre nós de grande interesse pela arte musical. Em 1817, Spix e Martius assinalavam o culto da música pelos brasileiros. Nos meios populares dominava o gosto pelas “modinhas”, tendo ocorrido naquele tempo o aparecimento do “fado” que depois passou para Lisboa e naturalizou-se português. Na sociedade elegante cultivava-se a música clássica. No teatro São João, levavam-se óperas. Foi nesse ambiente que *esplendeu* o gênio de José Maurício.

Outro grande compositor foi **Francisco Manuel** (1795-1865), autor do Hino Nacional que até hoje cantamos. Fundou o Conservatório de Música. Sua influência de tal modo se exerceu que os críticos mais conceituados classificam grande parte do século XIX, como o período de Francisco Manuel.

Numerosos são os compositores em nosso país na segunda metade do século que nos precedeu. O maior de todos foi **Carlos Gomes** (1836-1896). Iniciou seus triunfos com a ópera “Noite no castelo”, no Rio. Enviado à Europa por D. Pedro II, obteve sucesso internacional no teatro Scala de Milão, com a ópera “Guaraní”, em 19 de março de 1870. Ouvindo-o, disse Verdi: “Este jovem começa por onde eu acabo”. Produziu ainda Carlos Gomes as óperas “Salvador Rosa”, “Maria Tudor”, “O condor”, e o “Schiavo”, esta considerada a sua obra mais perfeita.



Francisco Manoel



Carlos Gomes

Além de Carlos Gomes, podemos mencionar outros compositores: Alexandre Levy, Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, Beviláqua, Mignoni, Guarnieri, vindo culminar nossas revelações musicais o grande intérprete da alma nacional: Vila Lobos.

Literatura

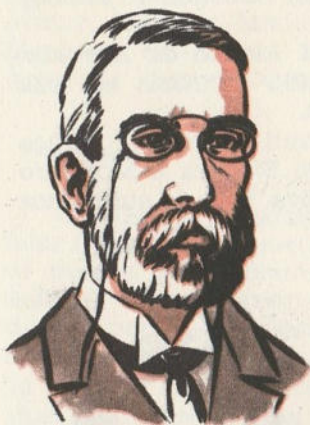
A vida literária, nos primeiros tempos da nossa emancipação política, manifestava-se tanto na poesia como na prosa, sob a influência do romantismo europeu, que rompera com os moldes clássicos e buscava maior liberdade de expressão. Mais tarde, nossos poetas seguiram os modelos parnasianos (culto da forma) e os nossos romancistas adotaram os critérios dos naturalistas e realistas. Veio depois o simbolismo nos fins do século XIX e começo deste e, finalmente, os chamados modernistas.

Poesia

O ponto de partida são os poemas de Gonçalves de Magalhães e Pôrto Alegre.

O romantismo, no Brasil, tomara duas feições: a da expansão do estado psicológico e o do espírito nacionalista. Nesta fase, apresentam-se, entre outros:

Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Machado de Assis (em sua primeira fase), Gonçalves Dias e Castro Alves.



Machado de Assis



Gonçalves Dias

Passada a fase romântica, veio a do parnasianismo e os poetas principais desta escola foram: Luis Delfino, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Vicente de Carvalho e Amadeu Amaral.

Ainda no século XIX, aparece no Brasil o movimento simbolista e entre seus representantes citaremos os nomes de **Cruz e Souza**, embora ainda sob influência parnasiana, **Alphonsus de Guimaraens** e **Mário Pederneiras**.

Devemos ainda incluir entre os simbolistas, os mais recentes como Eduardo Guimarães, Homero Prates, Mansueto Bernardi, Rodrigo Otávio Filho e Felipe de Oliveira.

As primeiras décadas do século XX produziram os poetas que trouxeram as formas revolucionárias do modernismo. Citaremos apenas: Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia, Jorge de Lima, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Raul Bopp.

Romances e Contos

O primeiro romance brasileiro foi o de **Manuel Antônio de Almeida** "Memórias de um Sargento de Milícias". Em seguida: Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, Visconde de Taunay e Coelho Neto.

Entre os realistas aparecem: Aloísio de Azevedo, Júlio Ribeiro e o grande Machado de Assis em sua segunda e mais importante fase.

Ocupam lugar à parte: Raul Pompéia, Graça Aranha, Lima Barreto, Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato. Veio depois a geração nova, rica de autênticos valores.



José de Alencar



Euclides da Cunha

História Crítica e ensaios

Temos uma enormíssima lista de historiadores, críticos, ensaistas e cronistas. Daremos, em reduzida relação, os nomes de: Varnhagem, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Afonso E. Taunay, Oliveira Viana, Rui Barbosa, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras.

O teatro

O primeiro teatrólogo foi Anchieta que escreveu autos para os indígenas representarem. Só no século XVIII surgiu um autor teatral, o carioca Antônio José da Silva. No século XIX temos: Martins Pena, França Júnior, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis. Posteriormente, Viriato Corrêa, Artur de Azevedo, Oduvaldo Viana e Joraci Camargo.

Oratória

Do teatro passemos à oratória. A arte de bem falar é *inerente* ao povo brasileiro. Se fôssemos alinhar os nomes dos grandes oradores, ocupariamos longo espaço. Mencionaremos como principais os oradores sacros, pondo em destaque, com o período colonial, Antônio Vieira, português de nascimento mas integrado na vida do Brasil. Posteriormente, Frei Francisco de Monte Alverne e Frei Francisco Sampaio, aos quais poderemos acrescentar Januário da Cunha Barbosa que ocupava com a mesma virtuosidade o púlpito e a tribuna política. Citaremos, em seguida, os tribunos parlamentares Evaristo da Veiga, Antônio Carlos e Bernardo Vasconcelos (1.º Império e Regências) e, no 2.º Império, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Como orador do povo, José do Patrocínio.

Ciência e técnica

Já nos últimos anos do período colonial, os brasileiros distinguiam-se na Metrópole, ocupando a cátedra e cargos técnicos. Entre eles distinguia-se Frei Mariano da Conceição Veloso, que veio mais tarde ser o organizador do nosso Jardim Botânico. Um grupo de moços, nossos patricios, percorria a Europa, estudando mineralogia e metalurgia, entre êsses, José Bonifácio, o intendente Câmara e Alexandre Rodrigues Ferreira. Eram muitos os jovens de nosso país que estudavam nas Universidades européias. O surto cultural no

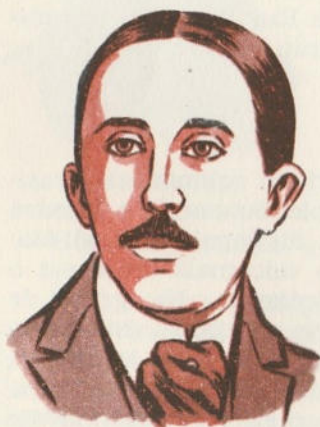
Brasil foi enorme após a vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro. Fundaram-se escolas de Medicina, Agronomia, Química, Economia Política. O rei trazia sábios eminentes do Velho Mundo que estimulavam a mocidade brasileira. Tornado o país independente, fundaram-se os **Cursos Jurídicos**, em São Paulo e Recife.

No campo das ciências naturais, depois dos trabalhos de europeus, destacaram-se grandes brasileiros. Citaremos, entre outros: Ladislau de Souza Melo, diretor do Museu Nacional; Barbosa Rodrigues, etnógrafo e folclorista; Batista Caetano e Couto de Magalhães, estudiosos da indiologia.

No setor da medicina, podemos ostentar os nomes de Francisco de Castro, Manuel Vitorino, Pirajá da Silva, Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Miguel Couto, e **Oswaldo Cruz**.

Na engenharia, mencionaremos os nomes de André Rebouças, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Ramos de Azevedo.

Na ciência do Direito, Tobias Barreto, Teixeira de Freitas, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, e Rui Barbosa. No campo da filosofia e da sociologia tivemos vários nomes dos quais citaremos somente: Faria Brito, Sílvio Romero e o Padre Leonel Franca.



Santos Dumont



Oswaldo Cruz

Conclusão

Neste capítulo está resumidamente a história das atividades intelectuais dos brasileiros até os dias de hoje. Não nos alongamos em comentários ou juízos críticos, sendo omitidos muitos nomes. Entretanto, demos aqui uma visão de conjunto do que fizeram os brasileiros para criar o seu patrimônio científico, artístico, literário, projetando nossa Pátria no mundo, como fizeram Rui Barbosa em Haia, e Santos Dumont em Paris onde ensinou a humanidade a voar.

Daqui por diante, só temos de desenvolver-nos mais, sôbre a base de uma firme estrutura econômica e social e inspirados pelas tradições cristãs da Nacionalidade.

Imperadores, Regentes e Presidentes.

Imperadores

1822 - 1831 — D. Pedro I

1840 - 1889 — D. Pedro II

Regências

Regência Trina Provisória

1831 — José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas)

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Senador Vergueiro)

Francisco de Lima e Silva

Regência Trina Permanente

1831 — Francisco de Lima e Silva

José da Costa Carvalho

João Bráulio Muniz

Regência Una

1834 — Padre Diogo Antônio Feijó

1837 — Pedro de Araújo Lima

Presidentes

1889 - 1891 — Deodoro da Fonseca

1891 - 1894 — Floriano Peixoto

1894 - 1898 — Prudente de Moraes

1898 - 1902 — Campos Sales

1902 - 1906 — Rodrigues Alves

- 1906-1910 — Afonso Pena (por seu falecimento, completou o mandato Nilo Peçanha)
- 1910-1914 — Hermes da Fonseca
- 1914-1918 — Wenceslau Braz (com interrupção de um mês em que assumiu a presidência Urbano dos Santos)
- 1918-1919 — Rodrigues Alves (eleito pela 2.^a vez, faleceu antes de iniciar o quadriênio, sendo substituído por Delfim Moreira que exerceu o mandato em 1919)
- 1919-1922 — Epitácio Pessoa
- 1922-1926 — Artur Bernardes
- 1926-1930 — Washington Luís (foi deposto por uma revolução. O eleito, Júlio Prestes para substituí-lo foi impedido de tomar posse)
- 1930-1945 — Getúlio Vargas (governou como ditador exce-
'tuando o período de 1934 a 1937)
- 1945-1946 — José Linhares (Presidente do Supremo Tribunal Federal, governou até as eleições e posse de seu substituto)
- 1946-1951 — Eurico Dutra
- 1951-1954 — Getúlio Vargas (terminou trágicamente seu go-
vêrno antes de findar seu mandato)
- 1954-1955 — Café Filho (substituiu Vargas como Vice que era)
- 1955 — Carlos Luz (assumiu a Presidência por moléstia de Café Filho e foi deposto pelo Exército)
- 1955-1956 — Nereu Ramos (substituiu Carlos Luz como Pre-
sidente do Senado que era)
- 1956-1961 — Juscelino Kubitschek
- 1961 — Jânio Quadros (renunciou depois de 6 meses de
governo. Foi substituído por Ranieri Mazzili,
Presidente da Câmara dos Deputados, na ausên-
cia do Vice que estava no Exterior)
- 1961-1964 — João Goulart (foi deposto, não terminando o
mandato)
- 1964-1967 — Castelo Branco
- 1967-1969 — Costa e Silva (faleceu antes de terminar o man-
dato)
- 1969 — Emílio Garrastazu Médici (atual Presidente)

VOCABULÁRIO

Abdicação — ação de abdicar; renunciar.

Absolutismo — poder exclusivo do rei.

Absolutistas — partidários do absolutismo ou poder total dos reis.

Abordagem — abalroar um navio para o assaltar.

Abroquelara — guardara, escondera, defendera.

A cavaleiro — em lugar de posição elevada.

Acérrimo — ferrenho, pertinaz.

Acervo — grande quantidade; conjunto de bens que integram um patrimônio.

Acirravam-se — estimulavam-se.

Açulavam — provocavam, excitavam, instigavam.

Adeptos — partidários, seguidores.

Advento — chegada, começo.

Afanosas — trabalhosas, cansativas.

Agnóstico — que não toma conhecimento.

Alça — de alçar; levantar.

Aleivosas — de aleivosia; traição, fraude.

Aliciamento — de aliciar; angariar, atrair para si.

Alvitre — solução, proposta ou resolução.

Anacreôntico — relativo a Anacreonte, poeta grego (560-478 AC).

Anistia — perdão geral.

Anspeçada — primeiro posto militar acima de soldado.

Antinomia — oposição de duas idéias, dois conceitos, dois governos.

Apeado — destituído, demitido.

Arbitragem — de arbitrar; resolver por acôrdo das partes interessadas.

Arbitral — feito por árbitros, juizes.

Árbitros — os que resolvem questões por acôrdo.

Árcades — estilo literário dos membros das arcádias, antigas academias literárias romanas.

Ardego — ardente, petulante.

Arguto — de espírito vivo, engenhoso, inteligente.

Ariete — antiga máquina de guerra para arrombar portas ou muralhas.

Artifice — autor.

Assentimento — de assentir; concordar.

Atritos — choques, desentendimentos, conflitos.

Áulicos — cortesãos; que pertencem à corte.

Auspícios — proteção, patrocínio.

Autóctones — habitantes primitivos de uma terra.

Autógrafo — documento, carta ou qualquer papel escrito pela mão do próprio autor.

Antônoma — livre, independente; que se governa por leis próprias.

Autonomia — governo próprio, sem intervenção de outrem.

Autos — comédias ou dramas antigos.

Brida — disparada, rédea solta.

Brigada — corpo militar composto, geralmente, de dois regimentos.

Brigue — embarcação de guerra com dois mastros.

Bloqueou — cercou.

Calado — espaço ocupado por um navio sob a superfície das águas.

Capitulou — rendeu-se; entregou-se.

Caudilho — chefe militar.

Cioso — zeloso.

Cinzel — instrumento cortante numa das extremidades, usado pelos escultores e gravadores.

Coadjuvado — auxiliado, ajudado.

Coerência — atos ou palavras de acôrdo com o que se fez.

Coercitivas — proibitivas, impeditivas.

Comboio — em terra, reunião de carros; no mar, reunião de navios.

Conjuntura — acontecimento, oportunidade; conjunto de fatos.

Conjurar — impedir, abafar.

Compelir — forçar, obrigar.

Compacentes — de agrado, benevolentes.

Conciliar — entrar em acôrdo.

Conciliatória — harmonizadora, de acôrdo.

Condoreira — de estilo elevado.

Conivência — cumplicidade.

Controvérsias — opiniões contrárias.

Corporificou-se — de corporificar; tomar corpo, importância.

Correligionários — que adotam as mesmas idéias.

Corruptela — alteração; modo errado de escrever uma palavra.

Corveta — navio de guerra, maior do que o brigue.

Cota — porção de homens que cada circunscrição territorial tem que dar para o serviço militar.

Decantada — apregoada.

Deflagrou-se — de deflagrar; atear, declarar.

Demagogia — propaganda que explora as paixões populares.

Demagogos — os que falam ao povo despertando-lhes paixões populares.

Democracia representativa — sistema político baseado em eleições.

Demover — fazer desistir.

Derrogar-se — de derrogar; anular, abolir.

Desaprêço — menosprêzo, falta de consideração.

Desavenças — contendas, inimizades, brigas.

Deturpação — desfiguração.

Discricionário — sem restrições, caprichoso.

Divergências — desentendimentos.

Dissensões — divergências; diversidade de opiniões.

Eficiente — que produz muito; eficaz.

Emancipação — direito que tem alguém de praticar todos os atos que lhe dizem respeito.

Emanou — de emanar; originar-se, sair.

Empastelaram — de empastelar; destruir (jornal ou tipografia).

Empolado — ostentoso.

Entreveros — combates entre duas cavalarias.

Épico — grandioso; que diz respeito aos heróis.

Erudição — instrução vasta e variada.

Escravocratas — os que eram a favor da escravidão.

Esplendeu — brilhou; notabilizou.

Esporão — arma ofensiva de um navio que serve para pôr a pique uma nau inimiga.

Esquema — conjunto de fatores ou fatos.

Estadista — pessoa versada em negócios políticos.

Estruturado — organizado, construído.

Estuário — tipo de foz em que o curso de água se abre mais ou menos largamente.

Exacerbou — de exacerbar; irritou, agravou.

Exéquias — cerimônias fúnebres por alma de pessoa falecida.

Expoente — principais; os mais notáveis.

Exprobrando — censurando, repreendendo.

Facção — partido político, grupos.

Flagrantes — delitos; prisão no ato ou imediatamente ao ato praticado.

Florentíssimo — próspero.

Fragatas — navios de guerra com peças de artilharia em número de 30 a 60.

Frota — conjunto de navios.

Genealogia — estudo da origem das famílias.

Glutonaria — vício de comer demais.

Gongorismo — escola espanhola, que segue o modelo do poeta espanhol Góngora.

Habeas-corpus — restituição da liberdade.

Hipertrofia — desenvolvimento excessivo.

Hulha — carvão de pedra.

Ideologia — conjunto de idéias e convicções políticas ou religiosas.

Ideólogos — portadores e pregadores de idéias.

Ilíbada — limpa, sem mancha.

Inação — inércia; falta de ação.

Incongruência — contradição.

Incunábulo — livros impressos nos primeiros anos da arte de imprimir, até 1500.

Inerente — que por natureza está ligada.

Inexeqüíveis — que não se podem executar.

Inexpugnável — invencível.

Infra-estrutura — o que está em baixo, sustentando a super-estrutura.

Insanos — pessoas sem juízo.

Insurretos — os que se acham em revolução armada.

Intendente — pessoa que dirige alguma coisa; chefe.

Intuitivo — pressentimento; espécie de instinto pelo qual se adivinha o que é, ou deve ser.

Irredutível — que não cede, não concorda.

Lanchões — lanchas grandes.

Latente — oculto, parado, sem ação.

Laudo — parecer, opinião.

Legados — deixados.

Liberalismo — lutas pelas liberdades individuais.

Licenciase — de licenciar; isentar do serviço temporariamente, conceder licença.

Litígios — questões, pendências.

Luminares — diz-se das pessoas colocadas na primeira plana em qualquer atividade literária, científica, filosófica, artística.

Luminárias — pequenas lanternas; iluminação por festa ou regozijo público.

Lusido — pomposo, esplendoroso, vistoso.

Macega — arbusto rasteiro; capim dos campos quando está sêco.

Maioridade — a idade em que se entra no gozo de todos os direitos civis.

Maledicência — difamação; murmuração.

Mística — sentimento que se transforma em força espiritual.

Montepio — associação em que cada membro, mediante uma prestação mensal, adquire direitos, ou de aposentadoria, ou de benefícios a sua família em caso de morte.

Nativismo — sentimento exclusivista e contrário a tudo o que é estrangeiro.

Naturalista — dedicado às ciências naturais.

Odes — composições em versos para serem cantadas.

Oligarquia — governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido ou facção.

Omitir — esquecer.

Oriundo — natural, proveniente.

Outorgada — de outorgar; concedida, permitida. Em relação a uma Constituição, diz-se da que não foi discutida por um parlamento, mas imposta pelo chefe do governo.

Pacto — ajuste, contrato, convenção.

Pállo — pano de seda, sustentado por varas, que serve para cobrir, como sinal de honra, a pessoa a que se pretende honrar.

Panegírico — discurso em louvor de alguém.

Pendência — questão, briga, conflito.

Pombalino — relativo ao primeiro marquês de Pombal ou ao seu tempo.

Possessão — colônia; Estado.

Platino — argentino.

Plenipotenciário — que tem plenos poderes.

Precedentes — anteriores; fatos que se deram antes do assunto de que se trata.

Precocemente — com antecipação; antes do tempo normal.

Pretexto — razão aparente que se alega para encobrir o verdadeiro motivo porque se fez ou deixou de fazer alguma coisa.

Profanas — opostas ao respeito que se deve a coisas sagradas.

Proletário — cidadão pobre, operário.

Protelação — adiamento; demora.

Provisório — interino, transitório.

Quilombolas — negros que se juntavam nos quilombos.

Reabilitar — reconstituir; restituir à estima pública.

Reboaram — de reboar; repercutir, soar.

Recalcitrante — que resiste com obstinação.

Recrudescia — aumentava, intensificava.

Reduto — defesa, trincheira, abrigo.

Regurgitava — de regurgitar; transbordar, estar muito cheio, repleto.

Remanescentes — os que sobraram ou restaram.

Ressalva — exceção; restrição; cláusula.

Ressentimento — ato de sentir; magoar-se, ofender-se.

Retilínio — que se guia por linha reta, firme.

Revide — resposta a qualquer agressão ou ofensa.

Rígido — firme, inquebrantável.

Sagazes — espertos, vivos.

Sanção — ato do rei ou do presidente da república, aprovando uma lei.

Sátiras — composições poéticas que contêm censuras.

Sedição — revolta, perturbação da ordem.

Sedicioso — insubordinado; que se revolta contra os chefes ou as leis.

Séquito — comitiva, acompanhamento.

Sensatez — prudência, bom senso, discrição.

Sicários — assassino pago; facinora, faquista.

Signatários — os que assinam um documento.

Sumariamente — rapidamente; sem recorrer a provas nem ao direito de defesa.

Super-estrutura — essa expressão designa as coisas que são aparentes e se destacam.

Teares — armações de madeira ou de ferro, onde se estendem os fios para tecer.

Tílburi — carro puxado por um só cavalo.

Tráfico — compra e venda, comércio.

Tramitação — diz-se do encaminhamento de papéis passando pelas vias legais (trâmites).

Ufania — vaidade, orgulho.

Unilaterais — vistas por um lado só.

Urdia-se — tramava-se.

Urgia — era preciso sem demora.

Vinculava — estava ligado.

Vínculo — ligação, elo.

LIVROS QUE PODEM SER CONSULTADOS

Affonso de Escragnolle Taunay

- História Seiscentista da vila de S. Paulo.
- São Paulo no século XVI.
- São Paulo nos primeiros anos.
- Grandes vultos da independência brasileira.
- História geral das bandeiras paulistas.

Afonso Celso

- Oito anos no parlamento.

Alfredo Ellis

- O bandeirismo paulista e o recuo do Meridiano.
- Raças de gigantes. A civilização do planalto paulista.

Alfredo de Escragnolle Taunay

- A retirada da Laguna.

Campos Sales

- Da propaganda à Presidência.

Capistrano de Abreu

- Capítulos de história colonial.
- Caminhos antigos e povoamento do Brasil.

Euclides da Cunha

- À margem da história.
- Os sertões: Campanha de Canudos.

Fernão Cardim

- Tratado da terra e gente do Brasil.

Gaspar Madre de Deus (Frei)

- Memórias históricas da Capitania de São Vicente.

Hans Staden

- Memórias

J. F. de Almeida Prado

- Primeiros povoadores do Brasil.

Jaboatão (Frei)

- Nôvo Orbe Seráfico Brasileiro.

Jean de Léry

- História de uma viagem feita na terra do Brasil.

João Manoel Pereira da Silva

- História da fundação do império brasileiro.
- História do Brasil de 1831 a 1840.
- Primeiro estudo especializado sobre a época regencial.
- Segundo período do reinado de D. Pedro I, no Brasil.

Malheiro Dias

- A semana de Vera Cruz.
- História da Colônia Portuguesa no Brasil.

Manoel da Nóbrega

- Cartas do Brasil.

Oliveira Lima

- D. João VI no Brasil.
- O império brasileiro.
- O Movimento da Independência.
- O papel de José Bonifácio no movimento da independência.
- O reconhecimento do império.

Oliveira Viana

- O Ocaso do Império.

Orville A. Derby

- As bandeiras paulistas de 1601 a 1604.
- Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais.

Pandiá Calógeras

- Formação histórica do Brasil.

Pedro Taques

- Nobiliarchia paulistana.

Pero de Magalhães Gandavo

- Tratado da terra do Brasil.

Rocha Pita

- História da América Portuguesa.

Ruy Barbosa

- Queda do Império.

Serafim Leite

- Páginas de história do Brasil.

Simão de Vasconcellos

- Crônica da Companhia de Jesus no estado do Brasil.

Theodoro Sampaio

- O sertão antes da conquista.

Tobias Monteiro

- História do Império.

Varnhagem (Pôrto Seguro)

- História do Brasil.
- História da Independência do Brasil.



COMPOSTO E IMPRESSO NO ANO DE 1970, NAS OFICINAS DA
EMPRESA GRÁFICA DA REVISTA DOS TRIBUNAIS S. A.,
RUA CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO, BRASIL.





EDITORA F. T. D. S. A.
SÃO PAULO - BRASIL